

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-UEPG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

História da Cartilha Progressiva (1907) nas escolas do Estado do Paraná

Solange Aparecida de Oliveira Collares

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

Fevereiro 2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-UEPG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

História da Cartilha Progressiva (1907) nas escolas do Estado do Paraná

Autora: Solange Aparecida de Oliveira Collares

Orientadora: Maria Isabel Moura Nascimento

Este exemplar corresponde à redação provisória para defesa da dissertação de mestrado de Solange Aparecida de Oliveira Collares submetida à Comissão Julgadora.
Em 28/02/2008

Orientadora:

Maria Isabel Moura Nascimento

Comissão Julgadora:

Profa Dra. Maria Cristina Gomes Machado-(UEM)

Profa Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira (UEPG)

Prof. Dr. Adair Dalarosa(UEPG)

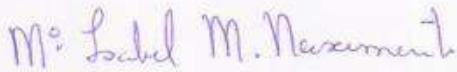
Ponta Grossa-PR-2008

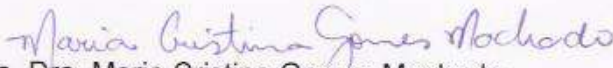
TERMO DE APROVAÇÃO

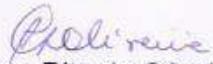
SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA COLLARES
HISTÓRIA DA CARTILHA PARANAENSE NAS ESCOLAS DO ESTADO DO
PARANÁ

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento
UEPG


Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado
UEM


Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira
UEPG


Prof. Dr. Adair Angelo Dalarosa
UEPG

Ponta Grossa, 28 de fevereiro de 2008

© by Solange Aparecida de Oliveira Collares, 2008

Solange Aparecida de Oliveira Collares .
N17p História da Cartilha Paranaense nas Escolas do Estado do Paraná/Solange
Aparecida de Oliveira Collares. – Ponta Grossa,SP: [128 p.], 2008.

Orientadora: Maria Isabel Moura Nascimento.
Dissertação de (mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Faculdade de Educação.

1. Cartilha Paranaense, PR - História. 2. Paraná- História-Brasil
3. História da Educação. 4. Autor Paranaense – Instituição Escolar. 4.
Educação – Brasil – História. I. Maria Isabel Moura Nascimento. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Faculdade de Educação. III.
Título.

04-004-BFE

History of the Progressive Prime at The schools in the state of Paraná.

Área de Concentração: História e Política da Educação

Titulação: Mestrado em Educação

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (UEM)

Prof. Dr. Adair Dalarosa (UEPG)

Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira (UEPG)

Data da Defesa: 28-02-2008

Programa de Pós-Graduação: Educação

e-mail: solcollares@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como recorte regional o Estado do Paraná, com a análise da Cartilha Progressiva – a primeira cartilha de autor paranaense, elaborada em 1900 e utilizada até 1907, cujo método de ensino de leitura fora adotado oficialmente neste Estado. Desta forma, acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para a produção na área da História da Educação Brasileira. O termo “cartilha” é o desdobramento da palavra “cartinha” que por sua vez era usada em língua portuguesa desde o princípio da Idade Moderna, para identificar aqueles textos impressos, cujo propósito explícito seria o de ensinar a ler, escrever e contar. O vocábulo derivou de “carta”, pois, como não existia qualquer livro didático até então, os professores elaboravam alguns textos manuscritos para o ensino da leitura, ou utilizavam cartas, ofícios e documentos de cartório. Assim, das cartas passaram-se às cartilhas. Foram utilizadas, inicialmente no Brasil, as “cartinhas” e depois “cartilhas” de editora portuguesa – isso para as primeiras séries, das escolas primárias. A cartilha encontrada para análise foi editada em 1907, e utilizada nas escolas paranaenses, é chamada de “Cartilha Progressiva” e é de autoria de Lindolpho Pombo – homem que se destacou como diretor da escola pública e escritor. Para compreender como surgiram as cartilhas e a sua contribuição para a área da educação, é necessário entender alguns aspectos da História. O objetivo geral desta pesquisa é buscar compreender em que contexto social e político surgiram a Cartilha Progressiva, a primeira de autor paranaense, utilizada no Estado do Paraná para a instrução pública. Os objetivos específicos desta pesquisa: Analisar a primeira cartilha paranaense de alfabetização, bem como o seu surgimento e a sua importância; Investigar a concepção pedagógica do autor explicitado na Cartilha Progressiva; Para alcançarmos os objetivos propostos, foram analisados documentos oriundos dos seguintes lugares: Museu Paranaense; Biblioteca Pública do Paraná; Casa da Memória (Curitiba); Ciclo de Estudos Bandeirantes; Arquivo Público do Estado do Paraná; e outros projetos relacionados à pesquisa como o projeto Memória do Livro Didático (USP/SP).

Palavras-chaves: Cartilha Progressiva, História da Educação Brasileira, Livro Didático

ABSTRACT

This research has as regional cutting the State of Paraná, with the analysis of the progressive spelling book – the first spelling book of author paranaense, elaborated in 1900 and used up to 1907, whose method of reading teaching had been adopted officially in this State. This way it is believed that this research can contribute for the production in the area of the Historizes od the Brazilian Education. The term “spelling book” is the unfolding of the word “letter” that was used in Portuguese language from the beginning of the modern age for your time, to identify those texts printed, whose the explicit purpose would be it of teaching to read to write and to count the the word flowed of letter, therefore, as any didn’t exist text book until then, the teachers elaborated some hand written texts for the teaching of the reading, or they used letters, occupations and registry documents. Like this of the letters they happened to the spelling books. They were used initially in Brasil, the letters and later spelling books of Portuguese publisher, that for the first series, of the elementary schools. The spelling book found for analysis it was edicted in 1907, and used in schools paranaenses, it is called progressive schools. And it is of Lindolpho Pombo’s authorship – man that stood out as director of the public school and writer. To understand how the spelling books and your contribution appeared for the area of the education, it is necessary to understand some aspects of the history. The general objective of this research is to look for to understand in that social and political context appeared the progressive spelling book, the first of author paranaense, used in the State of Paraná for the public instruction, the specific objectives of this research: To analyse the first spelling book literacy paranaense, as well as your appearance and your importance; to investigate the pedagogic conception of the author explicated in the progressive spelling book; for us to reach the proposed objectives, Some documents were analysed originating from of the following places: Museum Paranaense; Public Library of Paraná; House of the Memory (Curitiba); Cycle of Studies of Bandeirantes; Public File of the State of Paraná; and other projects related to the research as the project Memory of the text book (USP/SP).

Key-word: progressive spelling book, Historizes od the Brazilian Education, text book.

A minha mãe que mesmo de longe acalentava as minhas noites mal dormidas e as
minhas preocupações, com gesto de carinho e dedicação.

Agradeço ao meu esposo que com carinho e compreensão
me acolheu em seus braços na hora de dificuldade e ajudou a vencer todas as
etapas percorridas.

Aos meus filhos que com amor e atenção sempre auxiliaram na minha vida
contribuindo com pequenos gestos de generosidade, responsabilidade e amor.

AGRADECIMENTOS

Em especial aos meus tios Carlos e Helena Nekatschalow Benetti, Lourival e Anacléia Bonfim que inúmeras vezes estiveram apoiando as minhas decisões, com afeto, generosidade.

A todos os amigos que fiz nesta caminhada, entre eles: Lauro Nascimento Júnior, Marta Beatriz, Isabel Neves, Patrícia Abdanur, Maria Aparecida Honoratto.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa do HISTEDBR, Aracely, Renata, Sônia, Cláudia, Rodrigo, Vera, Gislaine, Célia, Lúcia.

A minha orientadora Dr^a Maria Isabel Moura Nascimento, pela disposição em orientar-me, pela atenção e apoio.

Aos coordenadores do Mestrado, aos professores e os funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná, em especial aos da Seção de Documentação Paranaense, do Instituto Histórico e Biográfico do Paraná e do Círculo de Estudos Bandeirantes.

A minha chefe do Departamento de Pedagogia Clarice Linhares, que sempre incentivou e juntas participamos na criação do Grupo de Pesquisa HISTEDBR em Guarapuava- na Universidade Estadual do Centro-Oeste, através do apoio da professora Dr^a Maria Isabel Moura Nascimento.

Aos meus colegas do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Em especial as minhas amigas Luciane Neuvald e Rosangela Wolf, Suzana Tozetto.

Aos professores Doutores Dermeval Saviani, Analete Regina Schelbauer, Maria Cristina Gomes, Rita de Cássia de Oliveira, Adair Dalarosa.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Cartilha da Infância Tomaz Galhardo.....	25
FIGURA 02 - Cartilha Analítica	26
FIGURA 03 – Página do 1º Livro de Leitura.....	28
FIGURA 04 - Lições na Escola-Cartilha Progressiva	44
FIGURA 05 - Opinião da Imprensa.....	45
FIGURA 06 - Lições na Escola.....	46
FIGURA 07 - 1ª. Lição.....	56
FIGURA 08 - 5ª. Lição.....	57
FIGURA 09 - 9ª Lição.....	65
FIGURA 10 - Lição da escola.....	68
FIGURA 11 - Cathedral de Curitiba.....	72
FIGURA 12- O menino e o gato	74

TABELA Nº 1.....41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	11
OS PRIMEIROS PASSOS REPUBLICANOS: O INTERESSE NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS	11
1.1. Paraná na primeira República: E o material Didático	15
1.2. As cartilhas utilizadas na escola primária na República no Paraná.....	24
1.3. A Formação de Professores na Escola Normal: E os primeiros professores do Estado do Paraná.....	29
CAPÍTULO II.....	34
A PRIMEIRA GERAÇÃO DE ESCRITORES PARANAENSES	34
2.1. As primeiras escolas do Estado do Paraná	39
2.2. A Primeira Cartilha Paranaense : Cartilha Progressiva	42
2.3. O primeiro livro de leitura utilizado nas escolas primárias, no Estado do Paraná.....	43
CAPÍTULO III.....	47
A IDEOLOGIA NA CARTILHA PARANAENSE	47
3.1. A Cartilha e o método aplicado para leitura Progressiva.....	55
3.2. A Cartilha Progressiva e os Aspectos Ideológicos do Estado.....	67
3.3. Produção didática utilizada na escola.....	69
3.4. Os Manuais didáticos: na sociedade brasileira.....	76
CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXO.....	86
ANEXO Nº 1-CARTILHA PROGRESSIVA.....	87

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como recorte regional o Estado do Paraná, com a análise da Cartilha Progressiva – a primeira cartilha de autor paranaense, elaborada em 1900 e utilizada até 1907, cujo método de ensino de leitura fora adotado oficialmente neste Estado (POMBO, 1957). Desta forma, acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para a produção na área da História da Educação Brasileira.

O termo “cartilha” é o desdobramento da palavra “cartinha” que “[...] por sua vez era usada em língua portuguesa desde o princípio da Idade Moderna, para identificar aqueles textos impressos, cujo propósito explícito seria o de ensinar a ler, escrever e contar” (BOTO, 2004, p.494). O vocábulo derivou de “carta”, pois, como não existia qualquer livro didático até então, os professores elaboravam alguns textos manuscritos para o ensino da leitura, ou utilizavam cartas, ofícios e documentos de cartório. Assim, das cartas passaram-se às cartilhas. Foram utilizadas, inicialmente no Brasil, as “cartinhas”¹ e depois “cartilhas” de editora portuguesa – isso para as primeiras séries, das escolas primárias.

Na segunda metade do século XIX, o ensino da leitura ocupou um lugar de destaque nos discursos políticos da época, mobilizando, dessa forma, os seus pares para instrução primária, já que, a maioria da população não tinha acesso à escolaridade básica. Com isso, foi-se fortalecendo a disputa pela hegemonia em relação aos “[...] métodos de ensino de leitura, mediante o entrecruzamento [...] de tematizações normatizações e concretizações a respeito do método analítico para o ensino da leitura” (MORTATTI, 2000, p.73).

O século XX trouxe uma melhor qualidade na impressão gráfica e registrou o aparecimento de várias cartilhas no país. Assim, estas foram a principal fonte de formação impressa utilizada pelos alunos que conseguiram ter acesso às poucas escolas públicas existentes no país.

¹ As primeiras “cartinhas” e “cartilhas” editadas em português figuram a Cartinha de Aprender a Ler, da autoria de João de Barros (1539), que provavelmente foi utilizada no Brasil-Colônia. Também foram usadas a cartilha de Antonio de Araújo Travassos (1820), o Método Castilho (1850) e a Cartilha Maternal (1877), escritos pelo poeta João de Deus Ramos. Com Ramos ocorre a passagem do abecedário (do be-a-bá) para os métodos analíticos.

As cartilhas foram destinadas, somente para aqueles que tinham condições financeiras para adquiri-los, muitas alunos permaneceram distantes desse, material impresso, o professor utilizava-se do material comum a todas as escolas como o quadro-negro e o giz.

A idéia de estudar a cartilha paranaense com autores brasileiros teve início no Grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil/HISTEDBR, quando foi feito os primeiros contatos com o tema da pesquisa, e revelado o fato de que existem trabalhos referentes às cartilhas² e livros antigos em outros Estados, e que estes são muito pouco explorados no Estado do Paraná. Este estudo é realizado no âmbito da linha de pesquisa “História das Instituições Escolares”, constituída no Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação nos Campos Gerais – PR – HISTEDBR”.

Foi visitado o Projeto Memorial do Livro Didático na Universidade Estadual de São Paulo, coordenado por Circe Bittencourt, onde se encontram várias cartilhas de alfabetização além de outras obras raras. Outro projeto que merece ser destacado é o Projeto de Extensão “Memória da Cartilha”, que está disponível para consulta na Biblioteca Setorial de Educação da FAGED/UFRGS.

Analisar a cartilha utilizada nas escolas primárias do Estado do Paraná nos seus aspectos ideológicos passa a ser foco desta pesquisa. Isso, considerando ideologia como um conceito que implica ilusão, ou que se refere à consciência deformada da realidade que se exerce por meio das idéias e do pensamento,

[...] da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios da produção intelectual está submetido igualmente a classe dominante (MARX ; ENGELS, 1979, p.55-56).

A existência de um determinante ideológico em torno da cartilha e dos conteúdos propostos nas páginas desta faz com que a sociedade crie uma variedade de determinações que impõem os interesses da própria sociedade. Desta maneira, o resultado dessa ação ideológica da classe dominante se manifesta, implicitamente, na

² Ver também o Museu da Cartilha (do Instituto de Educação General Flores da Cunha), o Projeto Memória da Leitura (do IEL, UNICAMP), o arquivo histórico da FAGED/UFRGS e a Divisão Documental da Biblioteca Nacional

forma como organizam a sociedade e seus interesses políticos e econômicos que resultam de uma:

[...] produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc. de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc...., mas os homens reais ausentes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e de modo de relações que lhe correspondem, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece com uma câmara obscura, isto apenas é o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico (MARX; ENGELS, 1979, p.25-26).

O material didático, a cartilha no caso, constitui um corpo ideológico, capaz de camuflar os reais interesses da classe burguesa, ao mesmo tempo em que pretende apresentá-los como sendo explicação verdadeira do mundo, correspondente, portanto, aos interesses de todos os homens. Nos registros encontrados no Arquivo Público (como Leis, decretos e regulamentos), as cartilhas estão contempladas no material didático. A escolha deste estudo é motivada pela necessidade de compreender a influência desse material – que contribuiu na formação de pessoas do Estado do Paraná, no início da Primeira República – na educação.

A cartilha encontrada para análise foi editada em 1907, e utilizada nas escolas paranaenses, é chamada de “Cartilha Progressiva” e é de autoria de Lindolpho Pombo – homem que se destacou como diretor da escola pública e escritor. Para compreender como surgiram as cartilhas e a sua contribuição para a área da educação, é necessário entender alguns aspectos da História.

As idéias que orientam esta pesquisa são baseadas na História enquanto ciência que estuda e analisa:

[...] a história dos homens, o modo como eles produzem socialmente a sua vida, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo com sua posição nas relações de produção, na sociedade e no estado, e gerando, assim, os eventos e processos históricos que evidenciam como produção a sociedade e o estado

se preservam ou se alteram ao longo do Estado (MARX; ENGELS, 1979, p.47).

Por essa razão, vêem os seres humanos não como “objeto” ou matéria-prima, mas literalmente como os produtores da História. Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (MARX, ENGELS, 2003).

Nesse sentido, a cartilha é fruto das relações determinadas pela classe dominante, a qual impõe as condições econômicas, política e educacional. Infelizmente a cartilha serviu como um veículo para disseminar e manipular o ideal da classe burguesa que

[...] representa o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade, ou exprimindo a coisa no plano das idéias, a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade, a representá-los como únicos, razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos (MARX; ENGELS, 1979, p.57).

O objetivo geral desta pesquisa é buscar compreender em que contexto social e político surgiram a Cartilha Progressiva, a primeira de autor paranaense, utilizada no Estado do Paraná para a instrução pública. São, então, os objetivos específicos desta pesquisa:

- Analisar a primeira cartilha paranaense de alfabetização, bem como o seu surgimento e a sua importância;
- Investigar a concepção pedagógica do autor explicitado na Cartilha Progressiva.

Assim, esta pesquisa pretende contribuir para suprir a lacuna existente nos estudos sobre a cartilha na História da Educação Brasileira, especificamente, no que diz respeito às transformações históricas no processo de formação da sociedade ligado ao material didático, focando a cartilha das séries iniciais.

Nesta pesquisa, o material encontrado está sendo digitalizado na íntegra e organizado em um banco de dados de todos os documentos que, no decorrer do trabalho, foram encontrados, isso para que no final do trabalho possam ser disponibilizados para o

grupo de pesquisa HISTEDBR. Não basta apenas encontrá-los, é necessário fazer uma leitura no sentido de desvelar os fatos, compreender o processo de produção material.

Para alcançarmos os objetivos propostos, foram analisados documentos oriundos dos seguintes lugares: Museu Paranaense; Biblioteca Pública do Paraná; Casa da Memória (Curitiba); Ciclo de Estudos Bandeirantes; Arquivo Público do Estado do Paraná; e outros projetos relacionados à pesquisa como o projeto Memória do Livro Didático (USP/SP).

Para este trabalho, para facilitar a identificação do tipo fonte (primária ou secundária) que serão utilizadas, também recorreremos aos seguintes recursos gráficos:

- “*itálico*” - para as fontes primárias (as citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica);

- “sem *itálico*” - para as fontes secundárias (NASCIMENTO, 2004).

Para conhecer as pesquisas que foram defendidas no país com o tema “cartilhas”, foi necessária a construção do Estado do Conhecimento³, aqui realizado por meio do levantamento das dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação no país. Esse levantamento foi elaborado tomando como referência a base de dados do CAPES⁴, do IBICIT, INEP. Foram encontradas as seguintes pesquisas, destacadas a baixo, que se utilizam “da cartilha” como objeto principal considerando as séries iniciais de alfabetização e defendidas na educação⁵.

Em 1979, a autora Helena Costa Lopes De Freitas, defendeu a dissertação Alfabetização e universo cultural: análise de Cartilhas utilizadas nas Escolas da Cidade de Campinas, na Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. A autora faz uma análise das cartilhas utilizadas nestas escolas. As escolhidas foram: Caminho Suave, Hora Alegre, No Reino da Alegria e a Cartilha Mimi. Os critérios estabelecidos para a análise foram as imagens e os exercícios que apareciam nas páginas das cartilhas. Ela constatou, após a análise dos livros escolares, que ao invés deles serem um material de aproximação do aluno com a realidade, tornam-se um instrumento de imposição de valores ideológicos.

³ Entende-se por Estado do Conhecimento o levantamento de produções sobre o assunto estudado com categorias específicas que ajudem no levantamento e estudo do tema. Nesta pesquisa estão levantadas as teses e dissertações defendidas no Brasil e nos programas de Pós-Graduação

⁴ CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; IBICIT - Instituto de Informação em Ciências e Tecnologia (NASCIMENTO, 2004).

⁵ Cabe aqui registrar o trabalho de Lacerda (1999), encontrado em estudo de Bastos (1999) sobre o estado da Arte, da História e da Educação no Rio Grande do Sul – quando este discute a ausência de estudos sobre cartilhas e livros de leitura adotados nas escolas gaúchas.

No ano de 1990, o autor José Carlos Abrão, defendeu a tese sob o título *Alfabetizar: quem se habilita?* (A propósito de cartilhas e relatos de práticas alfabetizadoras com crianças), na Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. O olhar deste pesquisador foi direcionado para as cartilhas de um modo geral e àquelas utilizadas no meio rural. A pesquisa dele foi estruturada em torno de dois recursos didáticos que estão ao alcance do alfabetizador: cartilhas e relatos de práticas de alfabetizadores. Ele buscou, em um determinado momento, compreender o significado que contempla o termo “cartilha” nas práticas de alfabetização. Para isso, utilizou-se do referencial teórico de alguns pesquisadores na área da alfabetização como: Montessori, Luria, Vygotsky, Teberosky e Ferreiro, mostrando os vários posicionamentos adotados por eles para a prática do ensino da leitura e da escrita. No final do seu trabalho apresenta a cartilha como uma prática que possibilita um diálogo e reflete, também, os aspectos da totalidade, os aspectos ideológicos e político.

Em 1994, a autora Lázara Nanci de Barros Amâncio, defendeu a dissertação sob o título *O espaço da cartilha na sala de aula*, na Universidade Federal de Goiás-Faculdade de Educação. A pesquisadora considerou o espaço da sala de aula, como uma fonte inesgotável de pesquisa, pois possibilita a compreensão dos processos de apropriação e de construção do conhecimento. O interesse da pesquisa surgiu, após acompanhar as atividades dos estagiários nas escolas e ao perceber que, “a cartilha”, como um instrumento didático, tem papel fundamental no ensino da leitura e da escrita, sobretudo na primeira série do ensino fundamental. No trabalho, a autora buscou compreender, no cotidiano, o papel que esse instrumento de ensino, que é a cartilha, desempenha no âmbito da comunicação verbal e nas atividades de sala de aula.

Amâncio contemplou no seu trabalho, o estudo etnográfico, realizou algumas entrevistas e fez observações em salas de aula, de primeiro ano, com o intuito de compreender, por meio da fala dos alfabetizadores e dos alunos, o papel destinado “a cartilha” nos espaços escolares. No trabalho, que é dividido em cinco capítulos, ela concluiu que o professor, em sala de aula, destina um espaço específico para a “cartilha” que, muitas vezes, supre a sua atuação enquanto educador, dificultando, assim, a aprendizagem. Ao invés de ser um material de apoio, a cartilha acaba roubando do professor o ato de ensinar e se tornando um instrumento de reprodução. Também destaca que nas escolas há inúmeras dificuldades que precisam ser trabalhadas: como a falta de interesse dos professores, as péssimas condições salariais, a falha no ato pedagógico e o descontentamento dos alunos.

Em 1988, Georfravia Montoza Alvarenga, defendeu a tese intitulada *Cartilhas de Alfabetização* (São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo). O foco central desta pesquisa em questão, foi a análise da adequação das cartilhas de alfabetização utilizadas nas Escolas Estaduais de Londrina. A autora direciona o trabalho para alguns aspectos tais como a forma como ocorre o processo de alfabetização (envolvendo definição do Conceito de Alfabetização; Linguagem e Leitura). Depois, procura analisar quais são os critérios adotados para a escolha do livro didático; e, por último, quais os conteúdos que são contemplados nas páginas dos livros. O método utilizado pela pesquisadora foi a seleção e amostra de cartilhas utilizadas pelo grupo, bem como a sua caracterização material e de procedimentos. A autora concluiu expondo que não há neutralidade nos livros didáticos, pois eles transmitem valores, crenças e visão do mundo dos autores que os produziram.

Na tese *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, Nacional e Mestra. Queres Ler?*, de Iole Maria Faviero Trindade (Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001), é feita uma análise dos discursos e representações presentes nas cartilhas ou primeiros livros de leitura. A pesquisa teve por finalidade analisar as cartilhas ou primeiros livros usados na fase inicial da alfabetização, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, no Rio Grande do Sul. O trabalho foi estruturado em seis capítulos, como cita a autora, embora contemple sete.

No segundo, intitulado “Em busca do começo”, ela apresenta o discurso sobre métodos de ensino da leitura e sua representação na obra didática. Faz uma análise do método de João de Deus e a Cartilha. Nos capítulos seguintes, faz também uma análise do período histórico e como se constituiu o modelo de material no final do Império e no início da República. Para o desenvolvimento da pesquisa, Trindade se embasou teoricamente na Análise do Discurso, na interpretação textual, além do próprio objeto, as cartilhas, e em outras fontes documentais. A instrução Pública no Rio Grande do Sul foi formatada nos moldes das cartilhas e livros de leituras, foram produzidas em um contexto em que a educação estava em construção de uma nova ordem republicana, na qual não bastava apenas ensinar a ler e a escrever, era necessário outro cuidado com a higienização do próprio ambiente escolar e, também, envolviam questões da nacionalidade e patriotismo.

O estado do conhecimento realizado para esta pesquisa

[...] é um instrumento importante para o trabalho do pesquisador, que permite-se familiarizar com outras pesquisas dentro do tema escolhido, dando-lhe mais segurança e menores problemas em enunciar o seu problema de pesquisa. Outro benefício para o desenvolvimento da pesquisa é oferecer aos pesquisadores um tema com os limites de outras pesquisas já realizadas, anunciando o quanto a sua proposta de pesquisa pode somar as demais pesquisas já produzidas. O exercício de garimpar é contínuo, o fato de um tema ser muitas vezes trabalhado não significa que teremos menos dificuldades. O importante é não desistir. Uma pedra rústica, como um diamante bruto, nas mãos de uma pessoa habilidosa e ágil, pode tornar-se um belo brilhante (NASCIMENTO, 2006, p.142).

Dessa forma, o estado do conhecimento realizado sobre os temas “cartilhas de autor paranaense” e “educação” demonstra que inexistem estudos no Estado do Paraná se referindo às cartilhas de alfabetização paranaense.

Para a análise da relação ideologia-educação, no âmbito das cartilhas, é considerado, aqui, necessário realizar a análise histórica do objeto em estudo, não apenas para desvendar o passado, mas para a sua análise e compreensão no processo histórico contemporâneo.

No estudo, foi adotada a concepção de homem como um ser essencialmente social e histórico, que realiza a sua existência no trabalho. O homem movido por necessidades básicas e objetivas age sobre o mundo, conhece-o, transforma-o e, ao mesmo tempo, transforma-se. Nesse processo, ele se faz humano pelo trabalho que realiza, por humanizar o meio em que vive. O conhecimento, como resultado desse processo de transformação da natureza e a si próprio, é um processo histórico dialético, socialmente construído, que não resulta da imposição da natureza. Os homens fazem sua própria história, porém, “[...] não a fazem como querem, sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam, diretamente ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1987, p.329).

A concepção de história desenvolvida por Marx e Engels, na crítica feita à filosofia e ideologia alemã, está essencialmente dirigida contra a crença de que idéias, pensamentos e conceitos produzem, determinam e dominam os homens, suas condições materiais e sua vida real, e essa concepção pode ser sintetizada em uma única frase: “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (IBIDEM, 1987).

A abordagem histórica da relação cartilha e educação se fundamentam na obra da “Contribuição para a crítica da economia política” e na noção de que a

[...] história moderna e contemporânea é dominada pelo capital e conseqüentemente o material didático que é utilizado nas escolas públicas em [...] não é possível, portanto, compreender radicalmente a história da sociedade contemporânea sem se compreender o movimento do capital (SAVIANI, 2004, p.17).

Com essa concepção da História, deseja-se compreender o objetivo de estudo, de maneira a entender a sociedade civil em suas diferentes formas, como no fundamento da História, apresentando a sociedade em sua ação enquanto Estado e explicando, a partir dela, o conjunto dos diversos produtos teóricos e formais da consciência – como a religião, filosofia e moral (MARX, 1987).

O referencial teórico-metodológico do materialismo histórico, nesta pesquisa, possibilita a explicitação e a reconstrução, no plano teórico, das diferentes contradições sociais presentes. Como pressuposto fundamental para uma adequada análise histórica, consideramos que os fatos sociais não são descolados de uma materialidade objetiva e subjetiva e, portanto, a construção do conhecimento histórico implica o esforço de abstração e teorização do movimento dialético (conflitante, contraditório, mediado) da realidade. Trata-se de um esforço de ir à raiz das determinações múltiplas e diversas (nem todas igualmente importantes) que constituem determinado fenômeno.

Na condução deste estudo, considera-se a ideologia como categoria fundamental para a análise da sociedade e como princípio educativo, mediador das relações entre os homens, determinando as formas de organização social, política e jurídica.

Assim, os procedimentos adotados para a realização desta pesquisa incluiu a leitura e fichamento das informações documentais, bibliográficas, teses e dissertações levantadas no Estado do Conhecimento, corroborados pela seleção de imagens para validar a pesquisa proposta. Isso, tendo em vista os objetivos propostos nesta dissertação que será organizada, fundamentalmente, em três capítulos.

O primeiro capítulo é dedicado à construção do processo histórico do Brasil e do Paraná, e para o entendimento de como se formaram as Colônias e os primeiros grupos escolares e as cartilhas utilizadas na escola primária na Primeira República.

No segundo capítulo, aborda-se a primeira geração de escritores que contribuíram para a formação política e econômica do Paraná, por meio de suas lutas e conquistas.

No terceiro capítulo, serão mencionadas as questões ideológicas subjacente na Cartilha Progressiva no Estado do Paraná.

CAPÍTULO I

OS PRIMEIROS PASSOS REPUBLICANOS: O interesse nas escolas primárias

As idéias nacionalistas e desenvolvimentistas eram assim, ideologicamente apresentadas, mascarando os interesses específicos em assegurar que as elites oligárquicas não perdessem o poder político e as vantagens que tinham na economia, diante de capital interno que se volta para o país (NASCIMENTO, 2006).

Foi no final do Império e no início da República que surgiram algumas mudanças que propiciaram o desenvolvimento da indústria literária no Paraná e a expansão da compra e venda de livros didáticos. O sistema econômico financeiro do país, no início, era formado pela exploração de produtos primários e o controle de intercâmbios como mecanismo para assegurar a continuidade da produção agro-exportadora.

O país inicia os primeiros passos republicanos quando a oligarquia era quem estava no poder, e a educação, desta forma, estava de acordo com interesses desses oligárquicos, o que se tinha, então, era a maioria da população, marginalizada do processo escolar. As poucas escolas que existiam estavam a serviço da preparação da “elite” brasileira.

Porém, já fazia parte dos discursos dos governantes da época, a noção de que era preciso oferecer, para a população mais pobre, as escolas primárias como forma de superação “[...] do analfabetismo, da abertura do país em nível dos países desenvolvidos, aumentaria o “curral eleitoral”, por meio da presença de novas forças sociais” (CURY, 1992, p.18). Ao criar escolas, o Estado Brasileiro provocaria mudanças sociais nas bases, acomodando “[...] diferentes classes sociais pela própria ascensão que a mesma geraria” (IDEM, 1992, p.18).

O Estado do Paraná se consolidou por meio do processo imigratório. No período em questão, mantinha-se a leva de imigrantes no país, a rede ferroviária se ampliava consideravelmente. A ligação dos Campos Gerais com o litoral se contemplava desde 1894, e Ponta Grossa estava com comunicação para Curitiba e Paranaguá. A partir de

1900, os trilhos de aço se dirigem para o sul, e com a chegada da estrada de ferro e o desenvolvimento de grandes mercados consumidores fora do Estado, inicia-se o grande surto industrial.

No Estado do Paraná, utilizavam-se nas escolas primárias as cartilhas, estimulando a

[...] dependência ao recorte arbitrário dos conteúdos contidos na cartilha; a socialização de um tipo de aula onde o professor, por não ter voz e nem vez, é mero repassador e/ ou cobrador de lições; a perenização das carências de infra-estrutura (falta de espaço da sala de aula, falta de biblioteca, acesso muitas vezes ao próprio material didático), quando se destinava à mecanização da mente e a passividade do aluno (SILVA, 1996, p.12).

Os programas de ensino foram instituídos no Estado do Paraná, com a finalidade de reintegrar as crianças que estavam em desvantagem nos caminhos da escola. Embora as condições oferecidas pelo estado fossem deficitárias, elas cumpriam com o seu papel de gerenciador do ensino público. Proporcionando, assim, uma educação, centrada nos direitos do cidadão, porém em situações onde as instituições públicas juntas possam garantir a realização tal direito. O Estado cria essa estrutura para a escola, tornando esta uma propriedade educacional que se adquire (através da compra) e se vende no mercado dos bens educacionais - “serve”, então, enquanto propriedade possuída da classe dominante.

No Estado do Paraná, muitos professores alfabetizadores das escolas públicas, por meio do material didático, transmitiam as informações e as idéias de uma sociedade republicana. Pelo modelo de cartilha, pequenos cadernos ou livros, que continham letras e sílabas e, depois, palavras, vieram importados de Portugal e foram aplicados até o início da República no Brasil.

Nesses materiais disponíveis para o ensino da leitura, como a cartilha, figuravam muitos títulos de origem européia, dando continuidade aos moldes europeus. Só foram substituídos por modelos brasileiros com o advento da imprensa⁶ aqui estabelecido, porém de forma parcial. O modelo europeu das cartilhas de alfabetização adotadas no Brasil contemplava em suas folhas as seguintes lições:

⁶ Imprensa no Brasil- Com a vinda da família real para o Brasil, sob a guarda inglesa, a conjunção de tais interesses obriga o príncipe regente a decretar a abertura dos portos e se fez necessária uma série de medidas atinentes ao campo intelectual, como a Criação da Imprensa Régia (13-5-1808) e da Biblioteca Pública (RIBEIRO, 2000).

[...] que apresentavam litogravuras bem cuidadas que, em cores ou em branco e preto, ostentavam meninas vestidas à européia, brincando com suas bonecas e com animais de estimação. Ainda influenciadas pelo mundo europeu, são as figuras de meninos que deslizavam seus “arcos” por civilizadas alamedas e as tantas outras ilustrações, que arrebataram o leitor iniciante com a sintonia das cores e a sugestão de suas sombras (DIETZSCH, 1996, p.44).

As gravuras das cartilhas de um modo geral traziam figuras de brinquedos que, muitas vezes, eram desconhecidos pela maioria das crianças brasileiras, pouquíssimas tinham acesso a esse tipo de brinquedo ou brincadeira. As figuras também contemplavam algumas situações representadas por outros países, que atribuíam, assim, alguns conceitos e modos de vida diferentes do nosso.

Com o processo de urbanização, muitas famílias começaram a deixar o campo na procura de um trabalho assalariado e melhores condições de vida. À medida que o Brasil se industrializava, as escolas da cidade passam a atender as outras demandas, que não são as mesmas das escolas do interior (IDEM, 2005).

Quanto à política educacional adotada na República (1889-1930) para a escola rural, denotou que o homem do campo não precisaria de uma formação educacional qualificada como o homem da cidade.

[...] durante este período foi de atendimento restrito e preferencial às populações urbanas, em detrimento das populações residentes em áreas rurais, que eram justamente aquelas consideradas, na época, como as mais avessas à educação escolar. [...] deixavam-se os setores considerados mais arredios sempre para momentos posteriores, ou recebendo uma educação diferenciada e inferior à que se propunha para as áreas urbanas (DEMARTINI, 1989, p.12).

Um exemplo desse fato é a diferenciação de ensino proposto para as escolas das capitais e para a escola rural. No período, existiam cerca de doze escolas nas capitais, cinco na cidade e duas nas vilas e uma nos povoados.

Nas escolas das capitais eram selecionadas as cartilhas a serem utilizadas. *“Enquanto nas escolas rurais, os alunos que conseguiam freqüentar a escola, traziam as cartilhas e livros de suas próprias casas”* (Relatório do Estado do Paraná, 1920). Embora tivessem ocorrido várias tentativas para uma unificação, como consta no relatório de

1920⁷ apresentado por César Pietro Martinez, elas não foram aplicadas, isto é, não saíram do papel. Uma delas era de [...] uniformizar por um lado, mas diferenciar-se por outro, uniformizar valores e sentimentos da cultura nacional e diferenciar a formação específica do aluno que freqüentava escolas no campo e na cidade (ALMEIDA, 2005, p.283).

Entretanto, havia interesse por parte da classe dominante, para que ocorresse essa uniformização das massas populares por uma educação minimizada. Para as escolas afastadas dos grandes centros, procurava-se direcionar um ensino voltado para condições mínimas de escolaridade. Nesse sentido havia poucas

[...] e precárias escolas distantes uma das outras, dificuldades de comunicação, ausência de orientação metodológica e didática, falta de verbas públicas na escolarização, deficiências na formação de professores, currículos por vezes inadequados, poucos materiais pedagógicos, falta de livros, entre outros. Certamente, não é ao acaso que muitos professores, ao evocarem suas memórias, referem-se à solidão e à renúncia que os acompanhava em seu trabalho nas escolas rurais (ALMEIDA, 2001, p.25).

A educação, por si só, era contraditória, pois era organizada nos moldes burgueses, e a burguesia, na medida em que detinha o poder sobre o saber, dosava o conhecimento a ser transmitido pela escola primária. Atuava, assim, utilizando-se de argumentos de natureza econômica, imputando à escola a necessidade de qualificar, pela instrução, a massa trabalhadora para os novos processos de desenvolvimento.

Nem tudo o que “[...] a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a todos, a não ser na medida em que “esse bem comum” pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar a classe dominante” (PONCE, 1898, p.28). Separando, assim, a riqueza e o saber para a classe dominante, e o trabalho e a ignorância para os trabalhadores. Por isso, a condução do processo educativo, quer pelos materiais impressos, quer pelas teorias difundidas e até mesmo pelos professores que conduzem tal processo, é alvo de tamanha vigilância e fiscalização.

⁷ Em 1920, Prietro Martinez promoveu palestras, visando à definição dos métodos a serem adotados nas escolas, uma vez que a liberação dos métodos e procedimentos previstos nos Códigos gerara desordem nos procedimentos de ensino e diversidade de aprendizado nas escolas. Elencou também um rol de livros a serem adotados nas escolas da capital e nas vilas. Entre eles estão os livros de Felisberto Carvalho 1º, 2º, 3º, Cartilha Nacional, A Cartilha das Mães, Thomaz Galhardo, 1º e 2º livro de Hilário Ribeiro, 1º e 2º de Kope.

Essa questão ideológica se mantinha pela ocultação da sua gênese, isto é, se mantinha pela divisão social das classes, já que é, justamente, função da ideologia dissimular a existência dessa divisão. Por essa razão, a ideologia deve fabricar teorias a respeito da origem da sociedade e das diferenças sociais de modo a poder negar sua verdadeira origem (CHAUÍ, 1979).

As cartilhas constituíam uma forma bastante eficaz de ensinar aos povos, além de propagar a ideologia sócio-político-econômica dominante da época. Desse modo, elas serviram como uma espécie de instrumento de tutela. Os métodos adotados, no período da organização republicana no Brasil para a instrução pública adotada, consolidavam concepções silenciosas e operantes, cuja finalidade era manter a hegemonia do pensamento dominante. Para tais propósitos foram utilizados alguns materiais didáticos, entre eles a cartilha.

No próximo passo, podem ser verificados os materiais utilizados nas escolas públicas e privadas do Estado do Paraná.

1.1- Paraná na primeira República: e o material didático

No Paraná, no período de 1878- 1910, ocorreram várias mudanças provenientes da alteração nas relações de trabalho em função da abolição da escravidão e da entrada de contingentes populacionais estrangeiros, bem como da movimentação imigratória nacionais, paulista e mineiras para ocupação e exploração das terras (SILVA, 1976). Havia, nesse período, poucas escolas, em relação ao número de habitantes.

Embora a base econômica do Estado do Paraná estivesse alicerçada no plantio do café, devido às próprias condições da região caracterizado por um clima favorável e o solo fértil, foi despertado o interesse de produtores de café de outros Estados tais como Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. Um dos fatores que dificultava um pouco o desenvolvimento econômico da região do Paraná era o transporte, problema também enfrentado em outras regiões, assim, buscou-se uma solução, com a construção de estradas de ferro apoiada pelo capital cafeeiro brasileiro.

A expansão cafeeira se deu em alguns Estados como São Paulo, Minas Gérias, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Era comum encontrar nas fazendas de cafezais os negros servindo como escravos, pertencendo à maioria dos fazendeiros como uma propriedade de força de trabalho. Embora, neste período, tivesse ocorrido a abolição dos escravos, muitos permaneciam no antigo sistema escravocrata.

No início, o trabalho desenvolvido nas fazendas de café foi destinado à mão-de-obra escrava, contudo a produção não estava apoiada nela, predominava um sistema que retinha o trabalhador à terra (SILVA, 1976).

No regime escravocrata, em que o trabalho se desmoraliza e é resultante de uma imposição, o grupo dominante se vê freqüentemente obrigado a recorrer à violência física, quando quer alcançar seus desígnios e a ordem (IDEM, p.281).

Com a permuta do modo de trabalho, da utilização de escravos para a de trabalhadores livres, são criadas novas forças produtivas adequadas às exigências do capital.

As relações produzidas [...] entre um estado a outro dependem do estado de desenvolvimento em que se encontram cada uma delas no que concerne às forças produtivas, a divisão do trabalho e do intercâmbio interior (MARX; ENGELS, 1979, p.28).

O trabalho, assim, deixou de ser subordinado à vontade do senhor da fazenda e passou a ser um trabalho livre, destinado à vontade do trabalhador de ser explorado pelo capital. Esse foi um dos fatores que contribuiu para o regime do colonato, que não pode ser definido como trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, na forma capitalista, a única forma de remuneração da forma de trabalho. “Para o fazendeiro paulista, o trabalho livre do colono, associado à prosperidade da lavoura, afigura-se muito mais rendoso” (BELLO, 1969, p.47). Essa forma de trabalho prosperou, pois não havia força para se opor à rápida transformação que ocorreu. Com a modificação na

[...] estrutura da sociedade e no trabalho, surge uma nova fase de divisão de trabalho, que determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere tanto ao material quanto ao instrumento e ao produto de trabalho (MARX; ENGELS, 1979, p.29).

Em alguns Estados do Sul, como Santa Catarina e Paraná, nos quais os colonos se tornaram proprietários, os núcleos urbanos ganharam importância, assim que foi ultrapassada a fase da economia de subsistência, integrando-se a região nas correntes comerciais (COSTA, 1985). Muitos fazendeiros do Paraná saíram de suas terras e foram morar na capital, movimentando, assim, a economia, tanto no setor do comércio como nos aspectos culturais.

Os grandes proprietários de terra movimentavam o sistema econômico e participavam das decisões políticas sob a forma de oligarquia⁸.

[...] Houve a preponderância da população rural sobre a urbana, pelos padrões assumidos pelos grupos urbanos e pela sobrevivência de estruturas de dominação, valores e formas de comportamento compatíveis com a sociedade tradicional (IDEM, 1985, p.225).

O distanciamento entre o campo e a cidade fez com que os grupos dominantes não se preocupassem com os espoliados e privados do meio rural. Tal distanciamento provocou mudanças estas eram oriundas,

[...] das alterações das relações de trabalho da classe proletária e na entrada de novos contingentes populacionais, representados, pela entrada de elementos estrangeiros e reforçam a diversidade do quadro étnico-cultural existente, configurado por aqueles já radicados no Paraná; responsáveis pela ocupação e exploração do solo, como os paulistas e mineiros, em áreas desabitadas ao norte do estado e outras regiões do Estado do Paraná, contribuíram para a formação de um mercado interno (OLIVEIRA, 1994, p.4).

A estrutura da sociedade foi alterada no momento em que o desenvolvimento econômico passou a determinar o modo de produção e das relações dos indivíduos e, consecutivamente, modificou os aspectos políticos. A elite cultural do país, formada nos ideais liberais, apostava na vinda dos imigrantes europeus, tendo crença na “[...]superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja raça era distinta daqueles europeus que tinham colonizado o país” (KREUTZ, 2000, In: NASCIMENTO, 2004, p.34-35).

Somente após a abolição, é que o trabalho, até então desenvolvido pelos escravos, foi ocupado pelos imigrantes com a imigração em massa, fizeram, assim, com que o trabalho escravo cedesse lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café. “Em meados do século XIX o fluxo imigratório foi maior e mais diversificado, ou seja, os imigrantes procediam das mais diferentes regiões da Europa para o Paraná”. A mão-de-

⁸ Oligarquia - como é chamado o governo em que a autoridade está nas mãos de poucos. No Brasil, é o governo fundado na estrutura patriarcal (NASCIMENTO, 2004). Continuavam, no entanto, na dependência das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da oligarquia, escrevendo em jornais e revistas, publicando livros [...](COSTA, 1985, p.224).

obra imigrante veio para atender as necessidades de plantio de produtos para subsistência dos habitantes do Estado do Paraná, pois estavam envolvidos na exploração da erva-mate ou na atividade da criação de gado.

A imigração foi maciça, isso devido ao fato de que:

[...] vinham para o Brasil com a promessa de ocupar um território próprio, onde poderiam se desenvolver com autonomia nas suas colônias, com liberdade de ministrar ensino para os seus filhos na sua língua pátria, sendo isentos de impostos e outros malefícios, desde que habitassem no local e produzissem para abastecer o mercado interno (NASCIMENTO, 2004, p.31).

Os imigrantes vieram na esperança de encontrar trabalho, uma vez que no seu país de origem não havia, uma vez que, já estava incluso, aqui, como uma parte do pagamento que receberiam: a moradia e a alimentação oferecida pelos fazendeiros. O que facilitou a vinda dos imigrantes foi a proibição do tráfico externo de escravos africanos, assim o tráfico interno foi incentivado. Os filhos de imigrantes tinham escolas nas colônias, porém os colonos brasileiros, esses, sim, ficavam à margem, pois não tinham acesso às colônias e muito menos às escolas. Ao se instalarem no Paraná, perceberam que a ajuda, até então oferecida pelo governo, era ilusória, as terras destinadas a eles eram distantes da capital, cobertas de matas e com dificuldades para o transporte. Até conseguirem sobreviver da sua própria produção, levariam algum tempo, dessa forma, muitos foram trabalhar na construção da estrada de ferro, com o propósito de manterem o sustento das suas famílias.

Diante disso, houve um aproveitamento da mão-de-obra dos imigrantes que fundaram as suas Colônias no Estado do Paraná. As primeiras colônias fundadas foram: a Colônia de Rio Negro (na divisa Paraná/Santa Catarina, criada com o objetivo de atrair alemães), a Colônia Assungui (de ingleses, ficava há uns 100 quilômetros de Curitiba, ligeiramente à Noroeste, perto do Rio Ponta Grossa; surgiu com o intuito de se tornar um celeiro agrícola), depois, as Colônias Orleans e Tomás Coelho (surgiram no período de 1875 a 1877, com a finalidade de resolver o problema de abastecimento de produtos alimentícios na Região). Cabe lembrar que muitos imigrantes não se adaptaram e desejaram voltar aos seus países de origem.

Há, nesse período, uma preocupação em restaurar e estruturar a sociedade por meio da educação, ao molde burguês de educação. Para uma sociedade que se encontra

em pleno avanço industrial, ferroviário, hidroelétrico e com a organização de pequenas colônias, a escola, em alguns centros,

[...] surge, neste período, como um instrumento de legitimação e de camuflagem de desigualdades, logo de conservação social, e ainda para alguns em seu papel de preparação da força de trabalho adequada às necessidades do aparelho produtivo de acordo com a evolução da divisão do trabalho e a organização do trabalho capitalista (NOGUEIRA, 1993, p.11).

Assim, em uma sociedade de classes, os homens são divididos em categorias diferenciadas de sujeitos e possuem oportunidades desiguais, inclusive quanto às oportunidades educacionais. A educação surge como uma propriedade da classe burguesa. Sendo esta última capaz de camuflar os direitos dos cidadãos à igualdade de condições, colaborando com a divisão do trabalho e, ao mesmo tempo, acentuando a contradição entre os interesses individuais e os familiares, acarretando, ainda, numa separação, em termos educacionais, já que prioriza, para a classe trabalhadora, a formação para o trabalho, e para a elite, um ensino diferenciado.

De forma que esta escola, que sempre estivera comprometida com a instrução daqueles que detinham o poder econômico e político,

[...] ministrando um saber desvinculado das necessidades do mundo do trabalho, baseado quase sempre num conteúdo humanístico, de ilustração, passou a receber cada vez mais as crianças das classes subalternas, cujo aprendizado sempre se dera no trabalho [...] (FISCHMANN, 1987, p.38).

Quando as crianças, filhos das classes proletárias, começaram a freqüentar a escola, começaram também a ver no ensino a possibilidade de ascensão social, isso porque, nas sociedades industriais, é colocada inevitavelmente a questão do posto de trabalho. Assim, a colocação do indivíduo no trabalho passava a ser associada ao seu desempenho escolar, e o êxito profissional estava relacionado ao esforço despendido para alcançá-lo. Embora, na maioria das vezes, a educação não fosse exigida pela classe trabalhadora devido:

[...] a desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redundando para o capital em acréscimo imediato de mais valia, pois tudo o

que reduz o tempo do trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente (MARX, 1890, p.402).

Para os trabalhadores, o ensino estava direcionado ao processo do trabalho e, em particular, ao processo de produção. “[...] a educação das classes dominantes, cujas condições de vida se traduzem pela ociosidade e a instrução por uma cultura desvinculada da produção” (NOGUEIRA, 1993, p.115).

Entretanto, os estados ficam à mercê dos seus próprios recursos econômicos e financeiros. O resultado dessa ação foi a garantia institucional, por parte do estado republicano, em dar, às massas populares, um ensino de condições precárias, alegando ser responsável na arrecadação de recursos e na sua descentralização.

Ainda no período republicano, persistiu a separação entre a Igreja e o Estado, delimitando, assim, o espaço e a função de cada um. Dessa forma, à Igreja coube o papel de secularizar nos hospitais e nos cemitérios, e de decretar o casamento e o registro civil de óbitos e nascimentos. Com a ruptura, pensava-se que havia ocorrido, de fato, uma mudança, mais esqueceram os governantes, também que as condições estavam, por muito tempo, atreladas aos ensinamentos dos jesuítas e que foram estes os primeiros educadores. Era comum encontrar, nessa época, solicitação por parte dos professores de remessa de “Catecismo de religião”, que

[...] não constava na relação de livros e cartilhas indicados pela Congregação. Esses pedidos retratavam a persistente influência religiosa nos meios escolares, como é constatado no pedido da professora da escola pública [...], que não teve seu pedido atendido, tendo em vista a substituição deste ensino pelo uso da moral e do civismo (PR Relatório de 31/12/1907).

A educação religiosa estava impregnada na memória e na ação das pessoas, pois, mesmo tendo passado vários anos, a educação religiosa persistiu no Brasil por meio da ação dos professores. Mesmo a burguesia sendo inimiga da Igreja,

[...] necessitava dela. Inimiga, na medida em que pretendia realizar os seus negócios sem a interferência desse sócio de má fé, que sempre estava disposto a apropriar-se dos melhores bocados; aliada na medida em que via a Igreja, e com razão, um poderoso instrumento para inculcar nas massas operárias a sagrada virtude de se deixar tosquiar sem protestos (PONCE, 1991, p.154).

O Estado e a Igreja compreenderam a necessidade de controlar, de um modo mais minucioso, o ensino nas escolas, de modo a impedir que as crianças fossem contaminadas por idéias subversivas. No final do século XIX e início da República, a educação estava atrelada ao poder da classe burguesa e os currículos escolares eram centrados na educação para os valores e na obediência à pátria. Os currículos escolares, a partir de 11 de março de 1901, conforme disposto pelo decreto nº 93, do Governador do Estado do Paraná, foram complementados com o Regimento Interno da Instrução Pública. Foram estabelecidos como prioridade, então, alguns conteúdos que deveriam ser trabalhados nas séries iniciais (como a Educação Moral e Cívica) contemplavam a maneira de tratar os pais, os professores e as pessoas idosas, também continham a leitura de textos que contemplem bons sentimentos e explicações das datas comemorativas no dia apropriado. Esses temas, então, passaram a fazer parte das cartilhas de alfabetização e livros de leitura, como uma forma de determinar o comportamento humano às normas sociais, estipulando o modo de pensar, de ser e agir.

O escritor Lindolpho Pombo, em suas obras tais como a *Cartilha Progressiva* e outras, buscava incluir justamente esses itens, após ressaltar vários fatos heróicos e vultos históricos, buscava salientar o fato do nacionalismo e civismo. Nesta época, a maior parte dos escritores que publicavam suas obras eram aqueles que forçosamente procuravam expressar os aspectos ideológicos do Estado. Tanto os livros quanto as cartilhas passaram a ser utilizadas nas escolas das capitais e nas vilas. Mesmo com a implantação de diversos tipos de escolas, como as estrangeiras, os externatos, as públicas e as privadas, houve a necessidade de regimentos para determinar o que seria ensinado em cada instituição.

As escolas estrangeiras eram destinadas aos filhos dos imigrantes, o Estado não os auxiliava devido ao fato da língua oficial ser desconhecida por parte dos professores e alunos, assim, essas escolas não se mantiveram por muito tempo. O Estado do Paraná dificultou a manutenção deste tipo de escola, pois ela não se adequava às normas postas pelos fatores econômicos e políticos, e os governantes viam esta iniciativa como uma ameaça para a ordem e para o progresso.

Antes da implantação dos grupos escolares, o ensino era ofertado em pequenas casas que serviam para agrupar o maior número de crianças, mas era um local sem estrutura, sem condições de trabalho e os professores eram mal preparados. Outro modelo de escola era aquela

[...] com um professor e alunos de diferentes idades e adiantamentos foram agrupadas numa escola com uma só direção, sendo cada uma das escolas transformadas em séries e, cada série, sob a responsabilidade de um professor. As escolas agrupadas foram denominadas de semigrupos ou grupo escolares, conforme o número de escolas agrupadas. A Portaria nº 4, de 1914, tratava das “Instruções sobre a Organização escolar e Programa de Ensino para as Escolas Públicas do Estado do Paraná, nas quais ficavam definidos objetivos e conteúdos para cada série, incluindo determinações para os Trabalhos Manuais, a Ginástica e as aulas práticas de Agronomia, que seriam roteiros para professores sem formação pedagógica (PR Relatório de 31/12/1914).

Para haver controle por parte dos diretores e inspetores, que eram também representantes do Estado em relação ao ensino ofertado, foi decidido, através do Regimento Interno da Instrução Pública, fazer a organização das salas de aula de forma a agrupar o maior número de crianças em um único ambiente, separando as disciplinas por séries e pelo horário de recreio.

Em contrapartida, para atender a essa realidade, era necessária a mobília escolar, que, em geral, achava-se em péssimas condições, havia falta de material didático e, em relação aos livros escolares, colocava-se outra dificuldade para os professores, pois não havia material para atender a todos os alunos nas poucas escolas brasileiras.

O Estado se exime da sua responsabilidade, ocultando-se dos seus serviços e da distribuição de recursos, para manter a educação e a saúde da população brasileira, ocorrendo a descentralização da gestão e o imbricamento maior com instâncias fora do Estado, ONG's, associações em geral, empresas, entre outras. Com a transnacionalização do capital e a hegemonia do capital financeiro, este padrão de acumulação foi sendo implodido juntamente com a referência do “estado-nação” como regulador e organizador da atividade econômica (HOBBSBAWM, 1992). Na escola paranaense, são constatados vários exemplos da ausência do Estado; em um pequeno trecho, transcrito de uma carta enviada ao governo, é confirmado à precariedade em que os alunos eram obrigados a conviver, pois era destinado aos pais prover o material de seus filhos, como esses eram pobres e os livros tinham um

[...] preço por demais excessivo, os livros que são adoptados ao ensino público deste estado e, havendo na escola que dirijo algumas alumnas de paes muito pobres que fazem grande sacrificio para comprarem esses livros afim de fazerem com que

suas filhas frequentem a escola, entendi que, para remediar o trabalho fastioso que tenho tido, com algumas dellas, copiando o Primeiro Livro de Leitura e outros, que me toma algum tempo, peço-vos que, sendo possível, me remetaes alguns livros e compendios de arithmetica, grammatica e geometria elementar, prestando vós, com isto, mais um serviço relevante á causa da instrução da mocidade (Escola Publica da Villa do Tibagy, 27 de março de 1893).

Como podemos perceber, o texto deixa claro que era grande a dificuldade dos professores que ficavam na dependência da providência dos representantes do Estado, pois estes poucos faziam, já que era do seu interesse orquestrar tal precariedade do ensino para as massas populares. Para haver um controle do material a ser utilizado na escola, houve, por parte dos governantes estaduais, uma

[...] preocupação em autorizar o uso e adoção dos livros didáticos nas escolas públicas, quer seja sob a alegação da necessidade de uniformização do ensino quer, seja porque legislavam sobre programas e currículos, ou ainda porque se converteram em principais compradores do produto (RAZZINI, 2005, p.107).

Assim, as livrarias se destacaram em relação ao lucro que vinham obtendo. Isso porque sabiam, principalmente, que o produto que vendiam atendia aos fins republicanos de preparação das massas populares e, também, porque era acordada a venda, para o Estado, dos livros escolares produzidos.

O ensino era visto como uma mercadoria, pois priorizava a compra e a venda do produto, por isso, não atingia a todos, já que poucos eram os que tinham condições financeiras que lhes permitiam o acesso a essa mercadoria.

Assim, os professores das poucas escolas públicas, vinculados a esses métodos e materiais, procuravam organizar as suas turmas de modo a atender ao conteúdo proposto nas cartilhas. Dessa forma, tanto na escola como na educação, os professores são os principais executores do aparelho ideológico do Estado.

1.2- AS CARTILHAS UTILIZADAS NA ESCOLA PRIMÁRIA NA REPÚBLICA NO PARANÁ.

A nacionalização do livro didático e das cartilhas aconteceu no Paraná com o surgimento da imprensa⁹. Podemos dizer que, com a produção das primeiras cartilhas no Paraná, houve um avanço em relação à aprendizagem de leitura, que era, até então, como foi visto neste trabalho, feita em abecedários e documentos de cartórios. Foi a partir da década de 1890 que houve um grande desenvolvimento da indústria brasileira e paranaense,

[...] sendo que muitas tipografias e litografias dedicavam-se à impressão de periódicos e ao impresso comercial (rótulos, folhetos, cartazes, cartões- postais e de visita, etc). Além do aumento da circulação de jornais, os centros urbanos assistiram à eclosão de diversos materiais impressos, especialmente da revista, gênero da publicação periódica que, junto com o jornal e cartaz, “aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem (MARTINS, 2001, p.166-177).

As indústrias editoriais no Brasil começaram a se expandir por meio dos folhetos, dos cartazes e revistas. “Num país de tão escassas atividades intelectuais, por intermédio dos livros ou das revistas de cultura, convertera-se à imprensa no melhor instrumento de divulgação de idéias” (BELLO, 1969, p.43).

A produção do material impresso contribuiu para as atividades intelectuais nos moldes de preservação das classes dominantes sobre as massas populares desenvolvidas – o fez tanto para professores, que utilizaram os livros didáticos e das cartilhas para efetuarem a sua profissionalização, como para os alunos.

Essa produção ocasionou o surgimento de várias editoras no Brasil e, inclusive, no Paraná, entre as que se destacam estão as dos irmãos Eduardo e Henrique Lammert, a do Garnier e a de Francisco Alves de Oliveira.

⁹ No Paraná, a tipografia surgiu juntamente com a imprensa, como em São Paulo; Curitiba, ao ser escolhida como capital da nova província, já possuía ourivesarias, ferrarias, marcenarias, olarias e sapatarias, mas não possuía nenhuma tipografia (MARTINS, 1957). A tipografia que estava instalada em Niterói e foi transportada para Curitiba, após ser contratada pelo então presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, com o intuito de publicar os atos oficiais do governo. No início, a tipografia atendia somente aos pronunciamentos do presidente, foi para essa finalidade que ela surgia, não se permitia a impressão de qualquer documento sem antes ter a autorização dos seus representantes.

Foram comercializados por meio dessas editoras, vários livros didáticos como a Cartilha de Tomaz Galhardo, com mais de trezentos exemplares.

FIGURA-1

Cartilha da Infância 1890

TOMAZ Galhardo



Fonte: do Pesquisador

Também se destacam cartilhas tais como: Coração, de Edmondo de Amicis, traduzida por João Ribeiro; Contos Pátrios, de Olavo Bilac; Através do Brasil, de Olavo Bilac e Manuel Bomfim. Ainda, A Cartilha de Infância, de Tomás Galhardo - lançada na década de 1880 e baseado na silabação. Cabe observar que, nos métodos silábicos se empregam como “unidades-chaves as sílabas que depois se combinam em palavras e frases. Em suas primeiras formas, servem como exercitação mecânica no reconhecimento e pronúncia das sílabas” (BRASLAVSKY, 1962, p.55).

Usada nas escolas até a década de 1980, o material impresso Cartilha Analytica, de Arnaldo Barreto, foi publicado em 1907 e muito usado em vários estados, marcando a ascensão do método analítico no Brasil, método utilizado nas escolas primárias. Este método parte da leitura da frase ou palavra e, às vezes, chegam ao reconhecimento de seus elementos, da sílaba ou da letra. O professor, ao trabalhar com a cartilha analítica, deve enfatizar as sílabas até a constituição da palavra. A cartilha analítica foi utilizada no processo de alfabetização nas escolas públicas do Estado do Paraná e em outros estados também.

FIGURA -2

Cartilha Analítica 1909



Fonte: Acervo da Pesquisadora

Essas editoras, já tradicionais no segmento de livros didáticos, expandiram seus negócios, abrindo filiais e ampliando sua rede de representantes. Dentre essas editoras, destaca-se a Livraria Francisco Alves que foi a que mais cresceu, já que, além de vender seus livros nas capitais, vendia em outras cidades do país por meio de representantes locais (RAZZINI, 2005).

Os livros escolares e as cartilhas adotadas não eram para todos, pois é importante lembrar que havia uma diferenciação no ensino proposto para a classe dominante e aquele destinado à classe dominada. O Estado impunha a condição dele na seleção do material didático a ser utilizado nas escolas primárias, por exemplo, as cartilhas ou os livros não podiam transmitir aos alunos idéias que despertassem ou alimentassem oposição ou que os levassem a alguma possibilidade de luta de classe.

Os primeiros autores de cartilhas no Brasil eram figuras próximas ao governo e que, de alguma maneira, eram responsáveis pelo “fazer erudito”. Estrategicamente, poderiam, assim, ter o controle sobre o conhecimento a ser passado pela escola (BITTENCOURT, 1993).

Os livros e materiais didáticos eram organizados de acordo com os ideais da classe dominante, dessa forma, as obras eram submetidas a uma comissão montada pelos governantes. A função da comissão era:

[...] de um controle político ideológico da cartilha do que propriamente uma função didática ou pedagógica, sobretudo quando diz que a competência dessa comissão “ultrapassava em muito a tarefa burocrático-pedagógica de avaliar os diversos livros didáticos e proferir parecer sobre sua aprovação ou não (BOMÉNY, 1984, p.34).

O livro era considerado uma ferramenta da educação política e ideológica, assim o Estado era como um censor no uso desse material didático. O livro imprimiria a identidade, os valores, os lugares e disposições sociais do Estado capitalista, bem como imbricava em sua textura intrínseca nos mecanismo de poder. Essa relação dos livros didáticos com as cartilhas não é apenas quanto às palavras, frases e textos, mas de todo um “pré-arranjo”, pois traduzem por técnicas, escrita na trama,

[...] do estado, de distanciamento permanente das massas populares dos centros de decisão: por uma série de rituais, de formas de discursos, de modos estruturais de tematização, de formulação e tratamento dos problemas pelos aparelhos de estado de maneira tal (monopolização do saber) que as massas populares (nesse sentido trabalho manual) ficam de fato à parte disso (POULANTZAS, 2000 p.58).

O Estado, nesse caso, apóia-se nas relações de produções, que no interior da sociedade capitalista, a escola e os materiais que alimentavam o aparato,

[...] ideológico do estado como também [...] família, redes diversas de formação profissional e pelo conjunto de seus aparelhos (partidos políticos burguesia e pequenos burgueses, sistemas parlamentar, aparelhos culturais, imprensa, [...])(IDEM, 2000, p.58).

Com o surgimento da imprensa nada se modificou, pelo contrário, criaram-se novas leis e regulamentos para a elaboração de materiais didáticos, leis que reforçavam, novamente, o poder ideológico do Estado.

Ainda que, no decorrer do final do século XIX e início da república, as leis brasileiras:

[...] de obrigatoriedade, gratuidade e neutralidade religiosa partissem paulatinamente do poder central, a educação pública nacional permaneceu regionalizada, com leis próprias, a cargo dos governos provinciais (e, depois da Proclamação da República, as expensas dos governos estaduais). Seu movimento desigual e

dependente dos recursos e das vicissitudes políticas locais. Desta maneira, nota-se um desenvolvimento maior do sistema de ensino nas regiões mais urbanizadas, geralmente voltadas para a agroexportação e incrementadas pelas ferrovias e pela imigração européia. Nesse sentido, a expansão da escola pública elementar, encetada no início da República, viria a acelerar o desenvolvimento do mercado editorial (RAZZINI, 2005, p.102).

Para o Estado, as leis contribuía, de forma decisória, como forma de garantir o distanciamento entre as classes, para isso, a elaboração e confecção das cartilhas e dos materiais escolares se faziam importantes.

Ocorreu o fato do próprio Estado¹⁰ ter sido o autor de algumas cartilhas, como a “Cartilha do Povo”, por exemplo, que chegou a 11ª edição, em 1938, provavelmente, sem citar o nome do autor. De acordo com o prefácio, a intenção de não citar era para reforçar o caráter popular da obra. Os livros escolares ficavam sem modificações quanto aos contextos de estudo, como se a sociedade estivesse congelada. As raras mudanças verificadas no conteúdo dos livros didáticos são mais de ordem técnica, tais como modificações de uma palavra por outra ou corte do enunciado.

Na imprensa brasileira, após 1910, os livros didáticos começaram a apresentar apenas modificações em relação à capa e à grafia, contemplando pequenas modificações no interior dos livros didáticos e das cartilhas. Surgiram, assim, estampas coloridas, no formato, nas próprias páginas, porém não fugiam muito dos moldes europeus.

Figura 3-

Página do 1º Livro de Leitura de Felisberto Carvalho, 1900.



Fonte: da pesquisadora

¹⁰ Foi somente a partir do Decreto – Lei nº 1006 que se tornou obrigatório a autoria das cartilhas e dos livros didáticos. (DIETZSCH, 1990, p.39)

Surgiam as primeiras organizações de uma forma de hipertexto nos livros didáticos. O desenvolvimento de técnicas para aprimorar a utilização de recursos na escola – caracterizados, até então, pela organização da escrita em manuais pedagógicos é expandido pelas descobertas e invenções posteriores, que foram sendo integradas aos interesses e ao discurso educacional de cada época.

Os discursos buscavam contribuir para a formação “do novo homem”, a partir da escola burguesa, na qual o Estado iria contribuir para o desenvolvimento da transformação dessa parte da sociedade, que representava a minoria. Porém, se a educação estava ligada estreitamente a atender e garantir a estrutura econômica das classes sociais teria, nesse caso, a confirmação de uma educação atendendo os interesses dominantes.

1.3- A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL: E Os Primeiros Professores Do Estado Do Paraná

Antes da criação da Primeira Escola Normal do Paraná não havia um espaço único destinado à formação de professores do Estado, era aplicado o, então denominado, ensino mútuo, baseado no método francês Lancaster. Este método constituía no ensino dos alunos, que se destacassem no aprendizado, e estes, por sua vez, ficavam responsabilizados em repassar o conhecimento aos outros. Foi somente a partir de 1827, com a implantação da Lei Geral de Ensino, ao ser estipulado a criação das escolas primárias, que se criou a necessidade da organização da formação docente no Estado do Paraná e no resto do país.

Em 1846, o Lyceo de Curitiba é criado com a finalidade de contribuir na formação de professores primários e secundários – a sua criação, também, foi expandida em Taubaté. Os primeiros professores que trabalharam no Lyceo foram: José Cavalheiro (titular de Filosofia Racional e Moral), Manoel Marques dos Santos Torres (professor de Latim e de Francês) e o vereador Miguel Marques dos Santos.

Em 19 de abril de 1879, foi Instituído a Escola Normal para o ensino de pessoas de sexo masculino que quisessem exercer a profissão de professor. A mesma escola tinha, anexado, o Instituto Paranaense sob a denominação comum de “Instituto Normal e

de Preparatórios”. No início, a formação de professores esteve destinada aos homens, porque à mulher cabia o papel dos afazeres domésticos. A Escola Normal surge como um espaço elitista, interdita para mulheres e negros. Houveram vários manifestos para que fosse permitida a entrada da mulher na profissão docente e para que houvesse espaço nas escolas públicas para as meninas e mulheres.

No mesmo Ato foi criado o Conselho Literário Provincial, constituído pelos professores “[...]do Instituto e destinado a dar parecer sobre todos os assuntos referentes ao ensino, julgar pelas faltas, adotar os compêndios para as escolas, dar a base para reformular o ensino” (STRAUBE, 1993, p.26).

A escolha dos compêndios era determinada pelo diretor geral, o mesmo escolhia alguns professores formados para analisar os compêndios a serem adquirido pelo Estado. Nada poderia ser utilizado nas escolas primárias sem antes ter a permissão do diretor geral.

A escola, dessa forma, era elitista, antidemográfica e marginalizada, isso, uma vez que, dentre aqueles letrados, encontravam-se pessoas da classe dominante e raros das camadas populares. Pois, somente aqueles que tinham condições de estudar poderiam se formar. Desta maneira, a concretização da formação dos professores e seus atributos foram baseados na,

[...] transformações ocorridas em um discurso ideológico não dependem de uma força que lhe seria imanente e que faria transformar-se e, sim, que tais transformações decorrem de uma outra história que, por meio da ideologia, a classe dominante procura escamotear; em segundo lugar, e mais profundamente, significa que a tarefa precisa da ideologia está em produzir uma certa imagem do tempo com o progresso e desenvolvimento de maneira exorcizar o risco de enfrentar efetivamente a história. (CHAUÍ, 1997,p.4).

Como era o único meio para se adquirir a formação docente, não se discutia o ensino ofertado para os professores. Eram ofertadas aos professores as seguintes disciplinas: Calligraphia, Grammatica aplicada, Doutrina de Religião Cristã, Arithmética, Systema métrico, desenho linear e noção de História do Brasil. No ano de 12 de abril de 1876, por meio da lei Provincial nº 456, passou a ser chamado de Instituto de Preparatórios, no qual o governo reformula o Regulamento da Instrução Pública, criando o cargo de diretor-geral, a quem cabe a responsabilidade da administração da instrução

pública. Ao diretor geral de ensino ficava a função de ser responsável pela manutenção da escola primária.

A freqüência dos Alunos da Escola Normal era simultânea com a nos Institutos. “Em 1884, foram adotados livros; Português, de Hilário Ribeiro e Sotero dos Reis; História do Brasil, de Joaquim Manoel de Macedo; História Universal, de V.Dorny e Geografia, de Pedro de Abreu” (STRAUBE, 1993, p.34). Os professores aprendiam em cima destas obras e aplicavam o estudo nas escolas primárias anexas a Escola Normal.

Nos registros encontrados no Arquivo público, os Livros de Leitura de Felisberto Carvalho foram utilizados em todas as séries do ensino primário com o intuito de alfabetizar as crianças, o material serviu por muito tempo como referência nacional. Os professores, à medida que aprendiam os métodos de ensino de leitura, aplicavam o conteúdo às crianças. Como se pode perceber, a maioria do material utilizado foi escrito pelos jornalistas e políticos da época, e esses procuravam enfatizar os aspectos históricos e geográficos do Paraná.

Somente a partir de 1887 é que houve aulas de desenho e pintura, isso ocorreu por meio de um trabalho voluntário de Antonio Mariano de Lima que gratuitamente se oferecera para regê-la. Embora existisse todo um esforço para manter diferentes disciplinas no Instituto, eram poucos os que freqüentavam, pensou-se, então, em adotar medidas duras com sanções para que houvesse o comparecimento por parte dos membros da cidade.

Em 7 de junho de 1888, o governo criou as disciplinas de Corografia e História do Brasil, Ciências Naturais, Física e Química, atendendo às representações dos professores do Instituto (IDEM, 1993, p.35). Embora ocorressem todas essas transformações, não havia o incentivo e nem a oportunidade para as mulheres. Pensava-se na criação de Escola Normal para professoras, alegando que,

[...] em nada inferior o homem, em faculdades intelectuais e capaz de percorrer com brilho todos os domínios da ciência a mulher, em sua primeira mocidade não pode sujeitar-se, sem extrema violência, ao seu organismo e ao seu pudor, ao mesmo regime disciplinar de estudos que o homem (IDEM, 1993, p.35).

Era pensada uma escola onde houvesse a separação por cadeira e por sexo, para que, desta forma, ocorresse uma diminuição das potencialidades femininas. A educação, assim, era baseada fundamentalmente nas seguintes concepções: a submissão às normas e à autoridade do professor; disciplina e controle por parte da escola quanto à

produção do conhecimento; no recalque de formas ideológicas que poderiam eventualmente resultar na formação de uma moral proletária; e, sobretudo, na inculcação da ideologia burguesa, que é, por sua vez, baseada na ordem, na obediência, na competitividade e no mérito.

Na Escola Normal estavam matriculados 50 alunos no 1º ano, 28 no 2º e 18 no 3º, totalizando 96 alunos, cuja maioria era do sexo feminino, “[...] entre os quais, algumas moças das principais famílias desta capital” (IDEM, 1993, p.49). Assim, aos poucos, as mulheres que tinham condições econômicas favorecidas foram ocupando o mercado de trabalho. Elas começaram a ocupar, cada vez mais, o espaço escolar, isso devido aos laços afetivos que estabeleciam por meio da sensibilidade e do carisma delas. Para a nomeação dos professores da escola Normal se abria concurso cujos candidatos se exibissem por meio do exame e das provas necessárias de habilitação, salvo aqueles que cursaram na Escola Normal.

Uma entre os primeiros professores a lecionarem nas escolas do Estado do Paraná foi Ritta Anna de Cássia Franco, a primeira Mestra Paranaense, mas que se opôs à Cadeira de Mestra de Meninas desta Vila. Assim, sua sucessora foi Leopoldina Leoniza de França, sobre a qual a requerente diz que não existia aula pública de primeiras letras para meninas e que havia a necessidade de tal existência. Em 30 de dezembro, França foi aprovada pela Câmara como professora interina das moças (WERNECK, 1978, p.24).

Cabe lembrar que, nesta época, mesmo após a nomeação, ainda era feito a divulgação do ato oficial nos diários públicos para que todos os membros da comunidade fossem informados das decisões do presidente da República. Maria do Carmo Moraes foi a terceira professora titular a lecionar nas escolas públicas.

[...] A primeira cadeira do sexo feminino fora provida em 1841 pela professora Maria do Carmo de Moraes Martins e funcionava na própria habitação da professora. Achavam-se matriculadas 57 meninas, porém apenas 42 freqüentaram as aulas com certa regularidade. Estavam distribuídas em três classes, sendo 14 na primeira; 20 na segunda e 8 na terceira classe (VECHIA, 2003, p.16).

Havia uma diferenciação salarial entre as categorias do sexo masculino e feminino, para eles o vencimento anual era de 1.400\$000rs já para elas era de 800\$000rs. Esta diferenciação se daria pela visão machista e capitalista da sociedade. Entre os professores que se destacaram estavam Júlio Theodorico Guimarães e José

Cleto da Silva. Estes foram alguns dos colaboradores da arte de ensinar que se deslocaram para diferentes escolas e colégios do Município.

CAPÍTULO II

A PRIMEIRA GERAÇÃO DE ESCRITORES PARANAENSES

[...] todos admiram a variedade encantadora, a riqueza inesgotável da natureza. Ninguém exige que a rosa tenha o perfume da violeta, mas o que há de mais rico, o espírito, só deve ter a faculdade de existir de uma única maneira? [...] A menor gota de orvalho em que se reflete o sol cintila com um inesgotável jogo de cores, mas o sol do espírito, qualquer que seja o número dos indivíduos e a natureza dos objetos em que incide, só pode mostrar uma cor, a cor oficial! A forma essencial do espírito é a alegria, a luz, e fazem da sombra a sua única manifestação adequada. Só deve vestir de negro e, no entanto, não há flor negra entre as flores. A essência do espírito é sempre a própria verdade. E que lhes fixais como essência? A modéstia. Só o mendigo é modesto, diz Goethe. É nesse mendigo que quereis transformar o espírito? Ou será que essa modéstia é a de que fala Schiller, a modéstia do gênio? Então, transformai primeiramente todos os vossos concidadãos e, antes de tudo, os vossos censores em gênios (Marx & Engels: 1986, p.31-32).

No Estado do Paraná, a maior parte do material didático impresso, foi confeccionado pelas mãos de jornalistas, políticos e até poetas que contribuíram no processo de aprendizagem. Outros materiais (como folhetos, jornais e revistas) serviram como meio para expressar as idéias políticas e sociais da época, isso porque apresentavam uma maneira econômica e, ao mesmo tempo, divulgavam, com a maior facilidade, as idéias.

Um dos escritores da História do Paraná foi José Francisco da Rocha Pombo, nascido numa família de professores do litoral do Paraná em meados do século XIX, em Morretes. As atividades econômicas do Paraná, da época, estavam centralizadas na erva-

mate. Rocha Pombo estabeleceu estreitas ligações com o Barão do Serro Azul ¹¹ além da amizade,

[...]foi interlocutor na redação dos jornais e da defesa das principais demandas da classe ervateira – principal personagem do campo econômico local e líder do Partido Conservador, permitem que seja posicionado como membro “dominado” no campo de poder local (CORRÊA, 2002, p.76).

Na condição de jornalista militante, foi eleito deputado pelo Partido Conservador, defensor do império e da escravidão.

Estabeleceu medidas que procurou desenvolver para resolver a crise da indústria ervateira; foram a necessidade de trabalho livre leia-se a abolição e imigração européia, abertura de novas estradas, diminuição de impostos sobre o mate, etc...[...](CORRÊA, 2006,p.79).

Rocha Pombo assumiu também o exercício do magistério, no qual colocava em evidência toda sua dedicação para com a cultura da criança.

Aos 22 anos faz fundar, naquela mesma localidade, uma folha hebdomadária¹², que intitulou “O POVO”, a qual visava à propaganda das idéias republicanas. Mais tarde muda-se para Curitiba e começa a publicar o seminário (ROCHA, 1957, s/p).

Rocha Pombo foi neto de Lindolpho Pombo, ambos se destacaram tanto nos seus escritos, como na política e na educação. José Francisco publicou o hebdomadário “O Paraná”, e seu avô publicou outras obras, das quais se destacaram a Geografia ilustrada e o Brasil na escola. Ambos enfatizavam, em suas obras, tanto os aspectos históricos e quanto os geográficos do Estado do Paraná, sempre ressaltando a noção de civismo.

Lindolpho Pombo trouxe uma contribuição para a educação, que é a *Cartilha Progressiva*, utilizando nela o método intuitivo para a alfabetização nas escolas primárias do Estado do Paraná, como reflexo do momento político e econômico vivido por ele.

¹¹ Barão do Serro Azul- Ildefonso Pereira Correia nasceu no dia 06 de agosto de 1849 em Paranaguá, filho do tenente – coronel Manoel Francisco Correia Júnior e de Francisca Antonia Perreira Correia. O Barão foi um grande comerciante de erva-mate, fazendo negócios com Montevidéu e Buenos Aires.

¹² Folha hebdomadária- quando um jornal é mais que uma referência, uma verdadeira instituição hebdomadária, concentra toda a sua estratégia para manter a liderança.

Em 1987, José Francisco da Rocha Pombo, mudou-se para o Rio de Janeiro, lá teve início a sua carreira de historiador após lançar a obra *História da América*, o primeiro fruto que lhe intitolou-o como Historiador na República Velha. Durante o período em que viveu no Rio, aproximou-se dos literatos anarquistas e teve como a maior obra histórica, seu livro “*História do Brasil*”, composto por 10 volumes.

Ambos, Lindolpho Pombo e Rocha Pombo, contribuíram para a disseminação da ordem e do progresso do Estado do Paraná, o neto lutou para que fosse realizada a concretização do sonho do avô de trazer para o Estado do Paraná a primeira Universidade Pública.

Em um país que estava em pleno desenvolvimento, lutar e se opor a outros partidos políticos em prol de seus próprios ideais, levou Rocha Pombo a ter uma vida economicamente difícil.

Outra pessoa, cuja luta é aqui reconhecida, foi Vicente Machado da Silva Lima¹³, nascido em agosto de 1860, em Castro, foi jornalista e obteve a formação jurídica tradicional da elite brasileira, ainda contribui com a liderança republicana no Estado do Paraná. Oriundo de uma família com fortes laços políticos e de grande poder aquisitivo, manteve-se nas idéias do Partido Liberal e assumiu o cargo de Promotor Público de Curitiba. Escreveu alguns artigos no jornal Província do Paraná, opondo-se às idéias de Rocha Pombo, salientando a defesa da abolição dos escravos. Em 18 de maio de 1888, publicou uma nota da Gazeta Paranaense divulgando que, nas semanas anteriores, houvera a abolição dos escravos.

Lima foi também superintendente da instrução Pública do Paraná, lecionou por um pequeno período de tempo Filosofia no Instituto Paranaense e foi redator político do jornal “A Republica”. A partir do momento em que começou a ocupar vários lugares de destaque, recebeu o apoio e o envolvimento das camadas letradas e fez a aliança com os republicanos paulistas, principalmente com Francisco Glicério e Herculano de Freitas, esta aliança acarretou para ele algumas inimizades. Para poder governar, foi necessário se unir aos grupos dominantes locais, à burguesia ervateira composta pelos antigos conservadores. Fundou mais tarde o Partido Republicano Federal, que predominou nas primeiras décadas da República.

Em 1892, foi relator da Constituinte do Estado do Paraná, liderou a elaboração da Carta Constitucional Republicana, quando Francisco Xavier da Silva foi eleito governador

¹³ Vicente Machado da Silva Lima assumiu, em 21 de maio de 1890, “[...] o cargo de superintendente geral do ensino público; nova denominação dada pelo decreto n 85 da mesma data” (PARANÁ, 1988, ANO XIII, p.35)

e Vicente Machado seu vice. A partir de 1893, transfere-se para Castro e foi muito criticado por ter deixado Curitiba e o Paraná. Sua carreira foi fortemente interrompida com a sua morte em 1907.

Outro contribuidor foi Manoel Correia de Freitas. Ele nasceu em 1853, em Paranaguá e esteve inserido na rede de alto escalão da propaganda republicana. Aos 15 anos de idade já empreendia campanhas abolicionistas e republicanas. Colaborou com “vários periódicos como “A Verdade” escrito junto com Rocha Pombo e “Livro do Paraná”, periódico também abolicionista e republicano”.

Em 1890, Freitas participou da arregimentação democrática ao lado do General Cardoso Júnior,

[...] com quem fundou a União republicana Paranaense no Rio Grande do Sul e defensor do voto popular. O Manifesto escrito por Correia lançou as bases do partido, propondo que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul compusessem um bloco coeso pela semelhança do meio físico, da identidade étnica e da uniformidade de costumes (CORREA, 2006, p.107)

Em 1891, concorreu nas eleições para a vaga de deputado, porém perdeu o pleito. Foi eleito deputado e lutava em prol dos operários e de recursos para a educação. Ele foi o criador da Bandeira do Paraná, conseguindo a aprovação da Junta do Governo Provisório do estado em 9 de janeiro de 1892 para o modelo apresentado e por ele desfraldado perante enorme massa popular.

Além dos redatores, houve um grupo de escritoras e jornalistas que contribuíram nas obras de Freitas destinadas ao ensino primário, entre as colaboradoras se encontram Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944), Júlia Lopes de Almeida (1867-1934) e Francisca Júlia (1871-?). Presciliana se destacou ao escrever a revista Mensageira, publicada no quinto dia de cada mês durante o período de 1897 e 1900. O subtítulo “REVISTA LITERÁRIA DEDICADA À MULHER BRAZILEIRA” era destinado ao público feminino, isso com o intuito de colaborar no sentido das letras para a formação da mulher. Presciliana, ainda, fundou, junto com o seu marido, um Colégio, onde foi diretora – além de exercer funções no magistério, ela escrevia matérias para o jornal O Colibri.

A primeira obra destinada à educação e utilizada nas escolas brasileiras foi Páginas infantis; em seguida (em 1914), é lançada uma antologia poética, também de uso escolar, denominada O livro das aves (VIDAL e SOUZA, 1999).

Quanto à Júlia Lopes e à Francisca, a contribuição consiste no fato de que as mesmas escreviam várias matérias para jornais tais como: Gazeta de Campinas, O Tempo, Jornal das Senhoras, A Estação, A Semana, O País e outros. Ambas se pronunciavam a favor da educação da mulher, do direito ao voto e, paradoxalmente, da conservação de certos valores que reafirmam a figura da mãe e esposa como pilares da família (IDEM, 1999).

Francisca Júlia é uma poetisa centrada no parnasianismo; escreveu dois livros infantis: O Livro da infância (1899), aprovado pelo governo do Estado de São Paulo e, o outro, publicado pela diretoria da Instrução do Distrito Federal, A Alma Infantil (1912), sendo este último um material semelhante aos livros paradidáticos, pois contemplava vários exercícios. O período republicano foi marcado por inúmeras contribuições de jornalistas, poetas, políticos que se preocupavam com o ensino público no país e no Paraná, mais especificamente.

Assim, outros colaboradores que se destacam foram: Olavo Bilac, Coelho Neto, Raimundo Correia, Afonso Coelho, Alberto Pimentel, Silvio Romero, Afrânio Peixoto e outros. Cabe ressaltar que eles não só acumularam cargos políticos e públicos, como, alguns deles, assumiram os encargos de professores e diretores da escola pública (IDEM, 1999, p.68).

Destacou-se, também, Leôncio Corrêa. Nascido em Paranaguá, em 1º de setembro de 1865, Corrêa fez o curso primário em Paranaguá e foi, depois, cursar humanidades no Instituto Paranaense em Curitiba. Foi Deputado Estadual e Federal, diretor da Instrução Pública do Paraná, Diretor do Ginásio Fluminense, Delegado Fiscal dos Estabelecimentos de Ensino, professor de História da Escola Normal e Diretor Geral da Imprensa Nacional (WERNECK, 1978).

Fora as personalidades aqui destacadas, havia ainda um grupo de professoras memorialistas composto por Carolina Nabuco, Horacel Lopes de Almeida e Maria José Dupré. Todas elas foram escritoras de várias obras que contribuíram para o ensino da alfabetização. A Cartilha escrita por Horcel Lopes foi utilizada nas séries iniciais do ensino primário, intitulado Sidney, em homenagem ao seu filho.

“Maria José Dupré foi fundadora e sócia da Editora Brasiliense, sediada inicialmente em sua casa, com a qual estabelece um contrato de publicidade para suas obras e as de outros escritores como Monteiro Lobato” (IDEM, 1999, p.69). Dupré publicou a obra Aventuras de Vera, Lúcia, Pingo e Pipoca – sendo esta seu primeiro livro infantil, o qual foi premiado pela Academia de Letras e teve sua vez entre os bancos

escolares. Cada prática de leitura e literária se insere em um espaço, em consonância aos fatores políticos e históricos.

Embora alguns desejassem a educação para as mulheres e para a massa proletária, foram desejos difíceis de serem concretizados, já que era uma época na qual a escola era destinada para poucos e a maior parte dos professores não recebiam uma formação adequada – a maioria dos professores que obtiveram os títulos passou pela Escola Normal.

Nas escolas do Paraná, a formação dos professores e dos alunos estava embasada na idéia da nacionalização e pelo amor à Pátria. Muitos professores obtiveram a sua formação na Escola Normal.

2.1- AS PRIMEIRAS ESCOLAS DO ESTADO DO PARANÁ.

No início do período republicano, a instrução no Estado do Paraná tinha os seguintes níveis de ensino: jardim-de-infância, ensino primário, Escola Normal e ensino secundário.

Durante os primórdios da república, o nº de escolas era superior ao nº de professores preparados para assumir as cadeiras de ensino elementar oferecidas; assim, muitas escolas permaneciam fechadas, embora a reclamação do povo da província era de que havia poucas escolas e nº de crianças eram relativamente grande (NASCIMENTO, 2006, p.331).

O ensino primário, na província, será dado em escolas públicas e particulares. As primeiras escolas serão as fundadas pelo governo e oferecidas gratuitamente para todos, salva a criação de asilos que servem como um meio para atender os indigentes. Umas e outras escolas funcionarão sob a inspeção do governo. Em uma perspectiva liberal, a escola inculca a ideologia da competência, do mérito do progresso, apropriada à implantação e expansão do capitalismo e da dominação burguesa. A função da escola é dissociada das condições econômicas e políticas, e estes reflexos são, conseqüentemente, repercutidos nas escolas do estado do Paraná.

A criação dos grupos escolares representava uma medida econômica, pois

[...] reunia duas ou mais escolas que funcionavam na mesma localidade, com vários alunos de séries diferentes e uma equipe

de trabalho – todos num mesmo prédio, que reunia as necessárias condições de capacidade e de higiene, constituindo uma organização administrativa e didático-pedagógica. Cada grupo contava com uma equipe administrativa, um diretor, porteiro e serventes que, assim como os professores eram selecionados por concurso público, assim o controle era mais uniforme (IDEM, 2006, p.333).

O primeiro mestre da Vila de Curitiba foi o padre Manuel Rodrigues de Souza, ele ensinava a ler e escrever o pessoal da vila. A educação era um direito das pessoas mais ricas. Assim, eram poucas as pessoas instruídas, devido às condições financeiras pelas quais passava a população.

As primeiras instituições surgiram em 1849 quando foi fundado o Colégio para meninas sobre a direção de Jessica James e sua filha Willie. Elas recebiam todos os tipos de moças e meninas que desejassem aprender. As educandas podiam ser: internas, semi-internas e externas. As matérias a serem ensinadas eram: Doutrina Cristã, Caligrafia, Leitura, Aritmética, Línguas (portuguesa, francesa e inglesa), Geografia, História, Desenho, Música, Piano, Danças e Prendas Domésticas. O ensino ofertado na escola era determinado pelo Regimento da Instrução Pública. Embora não houvesse a fiscalização por parte do diretor Geral de ensino, muitos seguiam as leis e regimentos estabelecidos pelo estado.

A consolidação dos grupos escolares no estado do Paraná ocorreu com o Decreto nº 2.078, através dos Atos da Interventoria Federal do Estado, que decreta: ficam classificados de acordo com a relação anexa, assinada pelo Secretário Interior, da Justiça e Segurança Pública os grupos escolares do Estado.

Tabela nº 1

Relação a que se refere o artigo primeiro do decreto n.2078, 23.3.45 - 1ª classe

ESCOLA	LOCALIDADE
Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores	Capital
Grupo escolar "Dr. Xavier da Silva"	Capital
Grupo escolar "Tiradentes"	Capital
Grupo escolar "D. Pedro II"	Capital
Grupo escolar "Barão do Rio Branco"	Capital
Grupo escolar "Generoso Marques	Cambará
Grupo escolar "Duque de Caxias	Irati
Grupo escolar "Manoel Pedro	Lapa
Grupo escolar Hugo Simas	Londrina
Grupo escolar "Barão de Antonina	Rio Negro
Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores	Jacarezinho
Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores	Ponta Grossa

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná, 6 de abril de 1945.

Em 1879, foi fundado, pelo eminente professor Nivaldo Teixeira Braga, o Colégio Curitibano. Os ensinamentos oferecidos pelo diretor eram tão elevados que equivaliam aos da Escola Normal. No ano de 1883, foi fundado, pelo erudito Laurentino de Azambuja, o Colégio Partenom Paranaense. Nele estudara Romário Martins, escritor da obra História do Paraná. Este foi um período no qual surgiram vários escritores que, ressaltando o que aprenderam de certa forma, foram os reprodutores do ensino recebido.

Em 1882, Antonio Mariano de Lima (cenógrafo, pintor e escultor português) se encontrava no Rio de Janeiro, neste momento, recebeu um convite para executar a decoração do Teatro São Teodoro, em Curitiba. Após a conclusão da obra, apresentou ao governo paranaense um projeto inovador, direcionando as atividades escolares para a Arte. No período de 28 de julho de 1897 e considerando a criação da Escola de Artes e Indústria do Paraná (WERNECK, 1978).

Em 1896, as Irmãs da Congregação de São de Tarentais (Saboia – França) fundaram o primeiro orfanato para receber as crianças da Vila. As irmãs constituíram, ainda, os seguintes estabelecimentos, o Colégio e escola Técnica de Comércio São José, em Curitiba; Colégio Escola Normal e escola Técnica de Comércio São José em Castro; Educandário São José, em Paranaguá, Colégio São José, em São José dos Pinhais (VIDAL, 2005, p.71).

Em 1892, foi fundada, em Curitiba, pelas professoras Mary Parker e Elmira Kuhl, ilustres americanas, a Escola Americana. O professor Belmiro Cesar foi quem deu continuidade à obra.

Em 1886, surgem os primeiros colégios religiosos, entre eles se encontrava: Bom Jesus, São José, Divina Providência. O Colégio Senhor Bom Jesus foi fundado pelo padre Franz Auleng (IDEM, 2005, p.70), por ele passaram vários franciscanos.

O Colégio Divina Providência foi fundado em 16 de julho de 1903 pelas reverendas irmãs Arnolda, Geralda, Hildegard e Inocência. Foi um dos maiores colégios da Capital, continha 979 alunas matriculadas.

Essas foram algumas das escolas que surgiram com o intuito de auxiliar no ensino paranaense. A democratização do ensino por meio da expansão das escolas era um avanço inicial estabelecido como forma de transformação política do país.

A socialização do saber acumulado foi feito por meio dos livros escolares e das cartilhas. Isso, já que estas foram um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes; foi, também, um instrumento privilegiado de construção da identidade e com um papel político importante.

2.2- A PRIMEIRA CARTILHA PARANAENSE: Cartilha progressiva

No Brasil, com a organização republicana, observa-se o início de um movimento de escolarização e das práticas de leitura e escrita, no qual se discutem as questões dos métodos de ensino e a cartilha. Esse movimento foi se consolidando como um instrumento de ensino imprescindível tanto para o professor como para o aluno.

Foi na República que houve as primeiras alterações na educação em termos da formação de professores e da criação dos grupos escolares.

A educação estava alicerçada na “pedagogia” moderna e na instrução proporcionando, dessa forma,

[...] alfabetizar para integrar o povo à política, moralizar o povo, higienizar espaços sociais, (para o grupo urbano-industrial até alimentou - se a aspiração pedagógica de minar as bases da oligarquia antiburguesia, formar as mentalidades para o trabalho, homogeneizar a nação, transformando a instrução quase num fetiche (NORONHA, 2004, p.79-80).

A questão da higienização escolar, ressaltada nos próprios regimentos internos da instrução pública, tinha como finalidade proporcionar um ambiente higienizado e adequado para receber as crianças. Isso devido ao fato de que as poucas escolas que existiam na época funcionavam em lugares inadequados, assim, tentavam-se adaptar espaços, como casas e centros comerciais, para ser uma futura sede escolar. Além dos espaços adquiridos serem pequenos, havia um contingente grande de crianças nas salas de aula apertadas, propiciando a propagação de algumas doenças contagiosas, devido à falta de higienização escolar.

A escola passava tratar dessa matéria-prima, que era o aluno, utilizando-se dos recursos tais como a cartilha, e o fazia como uma forma de ensino que servia para disseminar, manipular e, ao mesmo tempo, tornar-se coerente com os aspectos ideológicos do Estado. Tal questão se tornava inegável quando era argumentado que a maneira como a ideologia educacional, enraizada pelos ideais republicanos, foi produzida (muitas vezes de maneira despótica) influenciou significativamente no processo de formação dos indivíduos.

2.3- O primeiro livro de leitura utilizado nas escolas primárias, no Estado do Paraná

A Cartilha foi o primeiro livro de leitura utilizado nas escolas primárias, no Estado do Paraná. Algumas delas possuíam diferentes formatos: pequenos cadernos de leituras, outras pareciam pequenos livros de bolso. E como se pode perceber, era centrada em um ensino técnico de alfabetização.

A Primeira Cartilha utilizada no estado do Paraná foi A Cartilha Progressiva, escrita pelo paranaense Lindolpho Pombo como apontado anteriormente

FIGURA- 4
Lições na Escola
Cartilha Progressiva



Fonte: Arquivo Público do Paraná

O método utilizado pelo autor foi o Método Intuitivo ou Objetivo, por este método se começa ensinando, já, as palavras (3ª lição) como símbolos de coisas, de sons, ou objetos cujos nomes são representados pelas palavras faladas, palavras preferidas e figuradas.

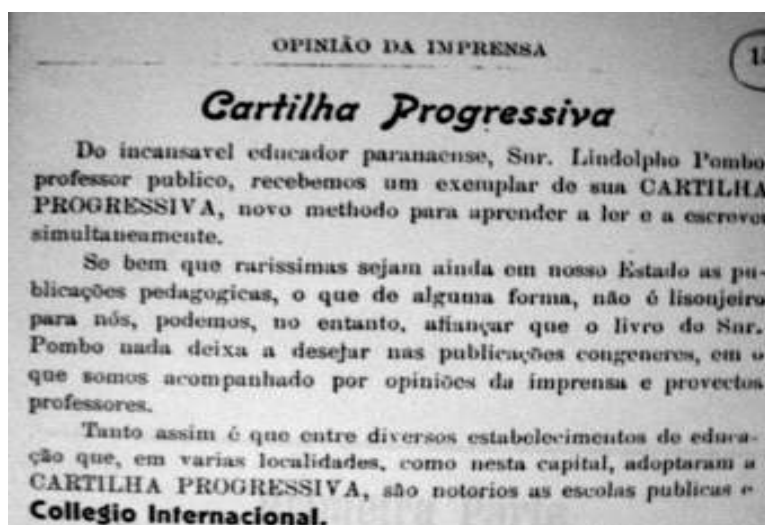
A cartilha, elaborada por Lindolpho Pombo era

[...] baseada nos princípios modernos da Pedagogia, foi composta de acordo com os mais simples processos de ensino prático. Por ella a criança aprende, em pouco tempo, as letras minúsculas maiúsculas e manuscritas, e vai progressivamente desde a leitura simples e corrente até os princípios elementares da leitura explicada e expressiva. (POMBO, p.3, 1907).

Esse modelo de alfabetização, para ensinar a ler e escrever, foi colocado em prática pelo próprio autor nos Collegios S. Helena e Nossa Senhora da Luz, em Curitiba e outro colégio que usufruiu do método do Lindolpho Pombo foi o Collegio Internacional.

O que se pode verificar por meio de uma nota publicada pela imprensa anexada na Cartilha de Lindolpho Pombo,

FIGURA 05
OPINIÃO DA IMPRENSA- CARTILHA PROGRESSIVA, 1907



Fonte: Arquivo Público do Paraná

Constata-se na nota publicitária, que a cartilha Progressiva de Lindolpho Pombo, foi também utilizada pelo Colégio Internacional, como uma proposta de ensino, nas séries iniciais. Na capa da própria cartilha há uma ressalva salientando que a obra fora adaptada para as principais Escolas Públicas e Colégios Particulares do Paraná e de outros Estados da República. Houve a propagação do Método: Lições na escola.

Despertar e aguçar o sentido da observação, em todas as idades, em todos os graus de ensino, colocar a criança na presença das coisas, fazê-las ver, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, enfim, conhecer/aprender, estes são os objetivos das lições no ensino primário. Lições essa cuja aplicação pode ser feita por meio de dois sistemas descritos pelo autor:

Há dois sistemas: um faz das lições das coisas um exercício à parte, tendo sua hora reservada no programa, tendo seu quadro sistemático e de alguma forma seu formulário traçado com antecedência; o outro, ao contrário, colocando a lição das coisas em todos os lugares e em tudo, não a inscreve em nenhum lugar como lição distinta (BUISSON, 1897, p.13, IN: SCHELBAUER, 1897, p.4).

A Cartilha Progressiva está estruturada em quatro etapas cada uma com suas diferenciações. A primeira etapa da cartilha consta de exercícios começados pelas letras e sílabas de cada lição precedentes.

FIGURA- 6
Lições na escola



Fonte: Cartilha Progressiva página- 19

O ensino proposto está centrado no método fonico, no qual se começa ensinando já as letras (1ª lição) com sinais representativos dos sons da linguagem ou a sílabas (2ª lição) como elementos das palavras.

Na primeira etapa, começava-se por ensinar a forma e, simultaneamente, os sons das vogais e, na segunda, a forma os sons das consoantes. Primeiro, combinavam entre si as vogais, logo se ensinava as combinações com uma consoante, por exemplo: tua, até, teu, ata, e assim, sucessivamente, as palavras eram combinadas formando frases e orações que enchiam duas ou três cartilhas de exercícios (BRASLAVSKY, 1962).

CAPÍTULO III

A IDEOLOGIA NA CARTILHA PARANAENSE

Eu, de minha parte, asseguro-lhes, cavalheiros, eu prefiro acompanhar os grandes acontecimentos mundiais, analisar o rumo da história, do que pelejar com ídolos locais, com policiais, com tribunais. Não importa o quanto esses cavalheiros podem se considerar grandes em suas próprias imaginações, eles não são nada, absolutamente nada nas titânicas lutas dos dias de hoje. Considero um verdadeiro sacrifício quando decidimos medir forças com estes oponentes. Mas, de uma vez por todas, é o dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta [...]. O primeiro dever da imprensa, portanto, é minar todas as bases do sistema político existente (Marx: 1980, p.70).

A classe dominante determina a visão de mundo, que é, por sua vez, sustentada por grupos poderosos, ideólogos e que justificam seus interesses como sendo o da “maioria” de toda sociedade. O homem é um ser egoísta, voltado inteiramente para o seu interesse próprio, mas que é capaz de aprender a se voltar para o interesse comum para não deixar de ser egoísta, pois o egoísmo é fundamento da riqueza e do progresso na sociedade burguesa (LEONEL, 1994).

Desta forma, cada indivíduo é considerado social, pois, ao nascer, adquire responsabilidades que não são necessariamente direitos e sim função essencial para o mundo da produção econômica,

[...] cria ao mesmo tempo uma ou várias camadas de intelectuais, que lhe dão sua hegemonia e a consciência de sua própria função, não somente no domínio econômico, mas também no domínio político e social (GRAMSCI, A. GLI INTELLETTUALI. TORINO, 1955, p. 3).

O papel da ideologia é de dominação, esta apontará para uma ordem social determinada por uma classe dominante como sendo de bem estar para toda sociedade. Dentro de uma sociedade capitalista esses benefícios têm destinos certos à ideologia ou

às idéias que dirigem a maioria da sociedade, como isso, são representados os interesses da totalidade.

As idéias da classe dominante são também as idéias predominantes em cada época, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é também a força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe ao mesmo tempo dos meios de produção intelectual, de modo que, por essa razão, as idéias daqueles que não dispõem dos meios de produção intelectual ficam sujeitas à classe dominante (MARX, 1965, p. 45).

Tem-se, ainda, que, cada novo grupo ou classe social que entra no lugar do que dominava,

[...] antes dela é compelida, para alcançar sua finalidade, a representar seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, ou, para usar uma formulação no plano das idéias, essa classe é obrigada a dar às suas idéias formas de universalidade, a representá-las como sendo as únicas razoáveis, as únicas universalmente válidas (IDEM, 1965, p. 46).

As idéias da classe dominante são influentes em cada época histórica. Essa mesma classe é a que tem a sua disposição os meios para ter acesso à produção material. Neste mesmo sentido, pode-se afirmar que a classe dominante também irá dispor das idéias dos que são silenciados dos direitos como cidadão e, então, orquestrá-las.

Para isso, é importante ter presente, implícita na concepção de educação, a concepção burguesa de homem, pois é

[...] de onde derivam todas as disputas. Concepção estas, forjada nas lutas de classes, entre duas formas distintas da existência humana, onde as forças se degladiam em dois campos concomitante: o material e o intelectual. As produções intelectuais dessas épocas são expressões dessas lutas (LEONEL, 1994, p.13-14).

A dualidade entre estes campos: entre o ser material e o ser moral, entre o interesse individual e o interesse comum, entre o homem real e o ideal, entre a sociedade civil e o Estado, (em uma palavra) entre o privado e o público; é a chave para a compreensão, tanto dos limites da emancipação da política burguesa, quanto das dificuldades do

pensamento liberal, porque tomam o indivíduo isolado e não as classes, como fundamento da sociedade (Idem, 1994).

Criando a divisão entre trabalho físico e trabalho intelectual, como forma de separar os que são responsáveis em fornecer os pensadores e os demais que serão passivos e receptivos diante da sociedade. A escola é uma das instituições que fazem com que as crianças nas séries iniciais assimilem este tipo de comportamento.

O Estado se utiliza da estrutura oferecida pela escola, tornando-a um meio apropriado para a veiculação ideológica¹⁴, pois

[...] a escola é o instrumento para formar intelectuais de vários níveis. No sistema educacional burguês tradicional são formados os intelectuais orgânicos da classe burguesa que contribuem para a manutenção da hegemonia. Existem nesse grupo de intelectuais indivíduos que têm uma concepção de mundo que transcende os seus interesses de classe e auxiliam na formulação da contra-hegemonia. Esses dois tipos de intelectuais são formados na escola mas, no que se refere a esse último grupo, a sua consciência é formada fora da escola, isto é, no partido político (GRAMSCI, 1981, p.218).

A escola pública surgiu da necessidade imposta pelo desenvolvimento da sociedade burguesa, “[...] no momento que ela expõe suas contradições entre o trabalho social e a apropriação individual da riqueza e a contradição entre as classes” (SCHELBAUER, 1996, p.109). Por isso, é importante ter presente a concepção burguesa de homem, implícita na concepção da educação, da qual derivam todas as disputas. Dessa concepção de homem decorre uma educação voltada para a transmissão de conteúdos a partir da experiência como fonte a moral.

Por meio da utilização da cartilha como aparato ideológico, na proposta do ensino da leitura e da escrita, é que o modo de produção material reforça a idéia de que o pensamento não pode ser considerado autônomo e independente em relação às condições objetivas de sua produção. Dessa forma, o modo de produção da vida material está condicionado à estrutura econômica, política e social.

Assim, o modelo de ensino da leitura e da escrita reproduzida nas cartilhas tem um papel importante na configuração, na disseminação e na reprodução da ideologia dominante e, conseqüentemente, na consolidação do consenso social, na preservação do

¹⁴ A ideologia é um processo que o presumível pensador segue, sem dúvida conscientemente, mas com uma consciência falsa. As verdadeiras forças motrizes que o impõem são-lhes desconhecidas, pois, se assim não fosse, não se trataria de um processo ideológico. (MARX, ENGELS, 1986,p.21)

bloco histórico dominante e na reprodução da própria estrutura de produção da formação econômica do referido grupo (SEVERINO, 1986).

A educação ofertada nas escolas¹⁵ públicas e privada, nas séries iniciais do antigo primário, foi ancorada por meio das cartilhas, tornando-a um instrumento valioso de exercício da hegemonia da classe dominante, pois a educação desempenhava, dessa maneira, a função de direção em relação aos demais grupos. Sendo assim, a cartilha foi estruturada pela

[...] classe que dispõe dos meios de produção material dispõe; ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual de maneira que, em média, as idéias aquelas a quem são recusados os meios de produção intelectual estão desde logo submetidas a classe dominante (MARX, 1986, p.10).

Já que é a classe dominante que produz o meio material, a ela cabe a escolha de a quem destinar o ensino e a forma de ensinar. São os seres considerados pensantes que determinam a realidade, que estabelecem o modo de produção, bem como a forma como será disponibilizado o saber e ressaltam a divisão intelectual.

O aprendizado se trata de um processo intelectual, do qual se deduz o conteúdo, a forma do pensamento puro, e isso se dá, quer do próprio pensante, quer dos próprios predecessores veiculados a questão ideológica (MARX, ENGELS, 1986).

Assim, a criança aprende a ver o mundo pelos discursos que assimila dos adultos e, na maioria das vezes, reproduz esses discursos em sua fala e ação. As crianças que foram submetidas a esse método de ensino que conduz

[...] à maciça inculcação dessa ideologia não irão apenas aprendê-la, mas terão toda a sua estrutura de pensamento impregnada por ela. E tudo isso se passa numa idade em que as crianças não possuem ainda discernimento para poderem adotar, ou não, qualquer ideologia, segundo suas opções pessoais, tendo assim seus valores, seus conceitos e sua visão de mundo determinado totalmente pelo que domina (NOZELLA, 2007, p.45).

¹⁵ A educação popular identificada como a escola pública, tal como nós a conhecemos hoje, é uma instituição recente. Foi no final do século XIX e início do século XX que os países desenvolvidos reorganizaram e implantaram os Sistemas Nacionais de Educação, do maternal às Universidades, tornando obrigatório, gratuito e laico o ensino fundamental dos- 5-7 aos 9-16 anos com variação conforme o país.

“Por isso, a formação ideológica “[...] corresponde a uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo”. (FIORIN, 1990, p.32)

A cartilha contempla essa repercussão ideológica por meio das imagens, textos e palavras, impondo “o que pensar” e o que “deve ser dito” pelos alunos. Dessa forma, compreende-se o papel relevante que passaram a assumir livros de leitura e cartilhas

[...] na consolidação da ideologia republicana, fazendo com que várias gerações lessem, escrevessem, decorassem e recitassem não só os velhos ensinamentos religiosos e morais já tão entranhados na escola, como as máximas fábulas e contos morais, mas também textos que construíam a idéia de pátria moderna e civilizada, ou seja, conteúdos que combinavam temas patrióticos, regras de civilidade e índices de modernidade e progresso (RAZZINI, 2005, p.107).

Os livros escolares foram reformulados aos poucos, passando a contemplar, ao longo da República, imagens correspondentes aos símbolos da pátria, incorporando idéias de nacionalismo e civismo. Esse processo de inculcação de valores patrióticos nas mentes das crianças, que supostamente garantiria a construção de uma nação civilizada, pode ser melhor compreendida por meio de determinadas práticas escolares.

As cartilhas de alfabetização, também, sofreram alterações em torno dos métodos de ensino da leitura e da escrita e quanto ao modo de aplicá-los. Apesar das alterações e da concepção do ensino da leitura e da escrita, a cartilha persistia, ainda, em

[...] uma mera técnica a ser transmitida, sem que se considere sua condição de produção. Trabalhar a leitura e a escrita resume-se a uma questão de memória e de exercícios repetitivos. A palavra é desfigurada de seu sentido ao ser dissecada e enquadrada para o ensino de letras e sílabas, sem atenção ao mundo e à vida da criança (DIETZCH, 1996, p.45).

A estrutura oferecida pela cartilha impossibilitava uma leitura de mundo, uma vez que, em sua estrutura, se detinha às repetições e não privilegiava os processos de associação e análise necessários para uma efetiva compreensão de conteúdo. Partia-se do princípio de que a criança não entende e, então, basta repetir as palavras, que não são identificadas com nada, fazendo, assim, com que os alunos se tornassem pessoas conformistas e passivas.

É ela, a cartilha, enquanto livro que serve de texto (ou pretexto) para a aprendizagem do que

[...] supõe-se, ser língua escrita: um amontoado de sílabas desconexas que se juntam por razões desconhecidas, formando as chamadas palavras simples, que mais tarde formarão breves frases ausentes de coesão e/ ou coerência (NOSELLA, 2007, p.43).

A instrução fornecida pela cartilha se limitava a uma mera técnica de leitura, permanecendo, apenas, na decifração de um elemento gráfico para um elemento sonoro.

A padronização da cartilha reduz o pensamento a símbolos pré-determinados e que não condizem com o contexto. O contexto das páginas da cartilha, por sua vez, não considerava e não priorizava as peculiaridades da lógica do desenvolvimento cognitivo do aluno, tornando, assim, mas fácil e prática a sua utilização, porque se preocupam tão somente com os processos técnicos e repetitivos.

As cartilhas, da maneira como foi demonstrado, preparavam as crianças para serem submissas às ordens dos governantes ou a qualquer outro representante do Estado.

No período republicano, as cartilhas foram muito utilizadas nas escolas primárias,

[...] pois tinham uma função cumprir: reproduzir a ideologia dominante. O que ocorre é que a ideologia dominante considera a produção intelectual autônoma e desconhece a base material como instância determinante (FARIA, 1980, p.122).

Isso significa que a cartilha não está contemplando a realidade, ela está, na verdade, cumprindo com a sua finalidade, de inculcar o pensamento ideológico. O eixo central da questão que aqui se coloca é o de compreender: a quem a escola e o material nela utilizado servem? A qual clientela se quer servir?

A partir do momento em que é compreendido o fato de que a escola serve como o aparelho ideológico do Estado, é compreendido, também, a forma de ensinar e a escolha do material a ser utilizado. Por meio da violência simbólica aplicada,

[...] por meio desse aparelho escolar, e principalmente, na rede de ensino primário, onde a maioria da clientela pertence à classe

proletária, uma visão da classe dominante, como sendo única e verdadeira (DUARTE, 1989, p.21).

Dessa forma, os aspectos ideológicos são utilizados não só para mascarar a realidade, negando, assim, a liberdade, os direitos e os deveres, a fraternidade universal a todos como determinante da condição enquanto pessoa inserida na sociedade.

As idéias difundidas para a massa encobrem os inúmeros problemas apresentados pela sociedade, deixando clara, dessa maneira, a discriminação exercida pela sociedade capitalista mediante a escola, proporcionando a qualificação apenas para uma minoria e ignorando as desigualdades sociais, a escola, assim, baseia-se num modelo autoritário, antidemocrático. Negando as condições da classe trabalhadora e privilegiando as idéias da classe dominante como única e verdadeira.

Portanto, as mensagens ideológicas transmitida pelas cartilhas têm justamente o propósito de não deixar que as crianças da classe dominante questionem a sua posição sócio-econômica privilegiada em relação às outras crianças da classe trabalhadora.

O predomínio do pensamento burguês não pode conceber as classes e, por isso, tem que dissolver essa contradição social no próprio indivíduo; e o faz dando ao próprio indivíduo essa dualidade: é membro da sociedade civil, onde é homem natural, egoísta, voltado para seus interesses particulares e é, ao mesmo tempo, membro da sociedade política, na qual é cidadão, abstrato moral e voltado para o interesse geral. Portanto esse homem cidadão age nas duas esferas: privado e público – enquanto homem é um cosmopolita, determinado pelas trocas sob a lei da concorrência, enquanto cidadão é nacionalista, humanista, espiritualista, patriota e cristão (LEONEL, 1994, p.15).

Assim, os livros didáticos e as cartilhas não relacionam, nos seus textos e páginas, “[...] os sérios problemas sociais, econômicos e políticos por que passa o povo brasileiro, e a dependência econômica e política, no contexto mundial”. (NOSELLA, 2007, p.96).

O ensino que se transmite à massa proletária reproduz o pensamento dominante, auxiliando o capital na sua exploração, impedindo essa massa de enxergar a realidade para compreender que a pobreza, o desemprego e a miséria a que está submetida é consequência de um sistema econômico perverso, que determina as condições materiais existentes, tirando da massa, toda e qualquer oportunidade de desenvolvimento.

Ao propor um ensino voltado para a escola capitalista - essa enquanto instituição da burguesia de poder, separada totalmente o “homo faber” do “homo sapiens”, por meio da

separação intelectual –, propõe, na verdade, formar o trabalhador e o pequeno burguês, e o faz quando estipula a forma de ensinar e a quem ensinar (FARIA, 1980).

A concepção burguesa de homem contém essa dualidade: o burguês – egoísta e o cidadão político. Havia a manutenção da ideologia massificante por parte da burguesia na hora da oferta do ensino elementar de qualidade para a criança operária, isso porque temia os efeitos da formação intelectual das massas, visto que a partir da aquisição de conhecimentos, os operários teriam mais condições para formarem ideais a respeito das contradições existentes na sociedade capitalista.

Uma vez que a classe dominante tem consciência da realidade, ela procura forjar situações demonstrando a sua preocupação com as crianças e jovens por meio da educação precária e desprovida da realidade política e social.

O capital opera uma dupla frustração das massas. Em primeiro lugar, o corpo especializado de pensadores, de artistas e de professores que transmitem o saber de geração em geração, para o "reproduzir", conservando-o e perpetuando-o, tira o que há de melhor no saber e na sensibilidade que emana do trabalho das massas, enquanto, elas próprias permanecem incultas (MARX; ENGELS, 1978, p.15).

Pelos fatores apresentados, o trabalhador recebe o mínimo do conhecimento, somente o elementar para poder trabalhar – aprende a ler e a escrever, resolver as operações básicas e algumas noções de geografia e história. Inicialmente, o ensino da leitura e da escrita, nas séries iniciais, é realizado por meio de exercícios como os de cópia, de interpretação de textos, aqueles que privilegiam a caligrafia; passando a ser, esses exercícios, uma exigência na hora de aprender a escrever.

O trabalho tem sido, na sociedade burguesa, a base das desigualdades sociais que antes eram explicitadas pelos privilégios de classes e que, agora, são entendidas como naturais e determinadas pelas diferenças de capacidades físicas, intelectuais e morais de cada indivíduo (LEONEL, 1994). As séries seguintes existem justamente com a finalidade de complementar a formação, porém somente aqueles que têm um alto poder aquisitivo, são os que conseguem prosseguir nos estudos.

Nas escolas capitalistas, a educação é seletiva e classista e está permeada pela filosofia liberal, dessa maneira, o que se propaga é que todos têm direito iguais e com possibilidade de ascensão social somente com o que se aprende na escola.

Nesse contexto, foi possível verificar que há uma ligação direta entre os responsáveis pelo ensino público no país e os governantes, atrelando a educação aos ideais políticos e econômicos do Estado. Houve a racionalização do sistema de produção da mercadoria escolar,

[...] tendendo a extrair dela o rendimento máximo, reforçando a submissão do trabalho ao capital; daí a educação, que é o trabalho humano, aparecer ante os ideólogos conservadores da economia da educação como capital humano, numa suprema falácia (TRAGTENBERG, 1980, p.80).

O Estado capitalista faz valer o interesse da classe que domina economicamente, sendo assim, ele não é o representante da massa proletária, exigindo o máximo do rendimento dos trabalhadores, em prol da economia, que faz em torno da educação oferecida para a classe trabalhadora.

3.1 - A cartilha e o método aplicado para leitura

O método aplicado contemplou os aspectos positivos e negativos na formação das crianças que poderão ou não dar resultados de acordos com a classe social da criança. Os negativos são:

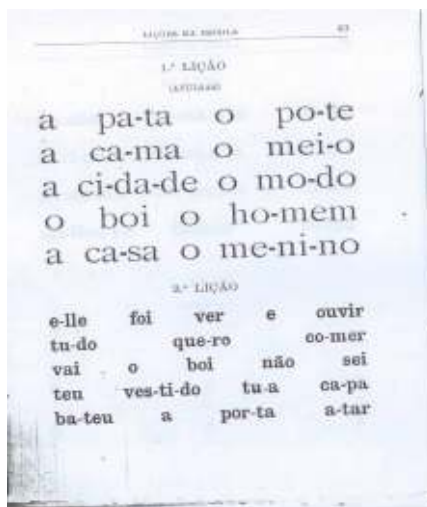
[...] quando se trata de pronunciar separadamente uma consoante agregam-se a ela outros sons que, depois, entorpecem a leitura das palavras, pois esses sons supérfluos costumam subsistir, como parasitório (BRASLAVSKY, 1962, p.53).

Como a criança se encontra no estágio da construção da escrita e da leitura, é necessária certa cautela, pois, quando ocorre o aprendizado incerto, são gerados problemas futuros na fala e na escrita.

Na segunda parte, há exercícios começados e terminados pelas sílabas de cada lição precedente.

FIGURA- 7

1ª. Lição Da Cartilha Progressiva-PR



Fonte: Acervo Da Seção Paranaense

Na segunda parte da cartilha, percebe-se que o escritor parte das palavras e termina introduzindo uma historieta. Na lição 14ª (avulsas), começa assim, a historieta¹⁶.

*o homem é bom
é, uma cadeira boa
a menina é nobre
é um livro útil
a escova é bonita .*

A proposta de leitura se tornava uma mera técnica a ser reproduzida, não podendo esperar, de tal ensino, uma formação crítica e consciente dos alunos que freqüentavam as escolas primárias brasileiras, pois frases soltas e desconexas faziam parte do ensino ofertado nas escolas primárias.

A escola tinha como função ser a equalizadora de oportunidades, a educação passou a ser vista, então, como um direito de todos e dever do Estado, garantindo, dessa forma, a possibilidade de educar a todos indiscriminadamente e assegurando que a educação não fosse monopolizada por grupos ou por interesses particulares.

¹⁶ Historieta retiradas da página Cartilha Progressiva do Paraná.

O papel do professor estava representado pela transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados por meio de uma metodologia formal-intelectualista. A escola, dessa maneira, organizou-se centrada no professor, tendo este como o elemento mais “importante” da estrutura relacional entre os métodos de ensino propostos de aprendizagens.

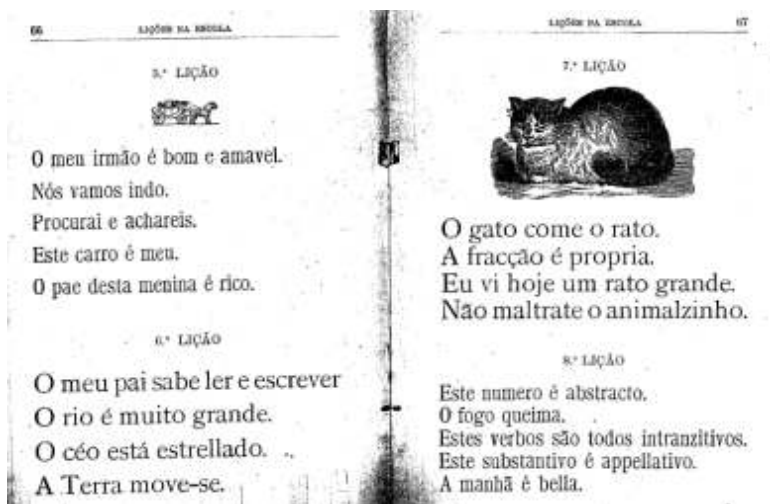
Na terceira parte da cartilha, verificamos os exercícios de leituras (Maiúsculas). Nessa parte da cartilha, o ensino estava centrado nos sinais ortográficos, na utilização das letras maiúsculas e minúsculas e na diferenciação das letras cursiva, manuscrita e outras. Acrescentando, também, historietas no final de cada lição, não havendo nenhuma correspondência com os outros aspectos ensinados. Simplesmente, pensava-se em um método que atingisse o propósito de ensinar a ler e a escrever.

A quarta parte, exercícios de leitura simples, corrente, explicada e expressiva, trazendo várias historietas, com vários assuntos tais como aspectos geográficos, históricos, com pequenas noções na área de Ciências.

Finalmente, a cartilha apresentava noções gerais dos conteúdos a serem aplicados nas séries iniciais da escola primária.

FIGURA - 8

5ª. Lição



Fonte: Cartilha Progressiva, p.46, 1907.

A cartilha estava ancorada ou no método intuitivo ou no objetivo e, além disso, era incorporado a ela o método fonético. Esses métodos proporcionavam o ensino das

palavras, já na 3ª lição, como símbolos de coisas, de sons ou de objetos cujos nomes são representados pelas palavras faladas (palavras preferidas e figuradas).

O autor transferia o sucesso do método à responsabilidade do professor, quando afirmava: “O professor, sabendo utilizar-se do quadro preto, dará vida a estas Lições na escola e ao ensino da criança” (POMBO, 1907, p.20).

O professor não pode se responsabilizar sozinho pela aprendizagem dos alunos, pois há vários fatores que podem interferir no aprendizado da criança, entre eles temos a própria estrutura familiar, social e econômica.

Além dos alunos, também o professor – embora este seja o representante do Estado, no que se referia ao ensino, quando exercia a sua ação – era influenciado pelos aspectos ideológicos dos seus representantes.

Lindolpho Pombo lançou mão do método fonético, do intuitivo e do objetivo, para atingir seus objetivos na alfabetização das crianças. Este método parte dos elementos simples dos sons. Na 1ª etapa, começa a serem ensinados, simultaneamente, as formas e os sons das vogais; já na segunda, são ensinados as formas e os sons das consoantes. Assim, primeiro, eram combinadas, entre si, as vogais como, por exemplo, ai, eu, aio, ia, e logo: li, leu, ali, ala, lele. Dessa maneira, é que se combinavam palavras, frases, orações, as quais enchiam duas ou três cartilhas de exercícios.

É certo que o método intuitivo foi uma marca indelével do ensino proposto na história dos grupos escolares e, constantemente, utilizada como forma de convencimento para essa moderna pedagogia que se tornava uma realidade.

A palavra intuição, que não é ainda de uso comum, é uma palavra perfeitamente formada, que pertence a nossa boa língua: e, como todos aqueles que experimentam um fato muito simples, é mais fácil de compreender que de definir. Aqui mesmo, senhores, se eu não me engano é na Sorbone que ela fez sua entrada no ensino oficial, por volta dos anos de 1817, com todo o esplendor que havia então a palavra do Senhor Cousin. A intuição, é o ato mais natural e mais espontâneo da inteligência humana, aquele pelo qual o espírito apodera-se de uma realidade, sem esforço, sem intermediário, sem hesitação, [...] Nós procedemos pela intuição todas as vezes que nosso espírito, seja pelos sentidos, seja pelo julgamentos, seja pela consciência, conhece as coisas com este grau de evidência e de facilidade que apresenta ao olho a visão distinta de um objeto . Assim, a intuição não é uma faculdade a parte, não é algo de estranho e de novo na alma humana. É a própria alma humana percebendo espontaneamente o que existe nela ou em torno dela (BUISSON, 1897, p.7-8).

O método consiste não na aplicação de tal procedimento, mas na intenção e no hábito geral de fazer agir, de deixar agir o espírito da criança em conformidade com o que era chamado, a pouco, de instintos intelectuais (IDEM, 1897). Foi um novo método adotado que perpetuou nas cartilhas do ensino primário das escolas paranaense.

Lindolpho da Rocha Pombo¹⁷ nasceu em 2 de abril de 1863¹⁸. Foi escritor de várias obras utilizadas nas escolas primárias do Estado do Paraná, tais como a Cartilha Progressiva, o 1º livro de leitura progressiva indicado para o ensino da leitura nas séries iniciais.

A Cartilha Progressiva oferecia um método de ensino que favorecia o reconhecimento das letras e trazia, também, questões de pontuação e conhecimentos gerais. De acordo com o Anuário de Ensino de 1907, é apontada para o ensino nos grupos escolares a seguinte programação:

No 1º Anno, as atividades que compunham o ensino da língua materna (combinação de letras, leitura, linguagem escrita e oral, caligrafia) preenchiem 44% do tempo escolar, sendo que a leitura tinha a maior duração, com 210 minutos semanais. No 2º Anno, apesar de o tempo dedicado à língua portuguesa ser menor (35%), o período dispensado à leitura (contando com a leitura suplementar) era bem maior, com 270 minutos semanais (Anuário do Ensino, 1907-1908:416-423).

O modelo proposto pelas cartilhas atingia os requisitos exigidos no Anuário por meio da leitura, dos exercícios de caligrafia e das cópias.

Embora não conste a Cartilha Progressiva na relação das obras indicadas pelo governo do Estado, a mesma foi encontrada nas listagens dos livros indicados para ser usados nas escolas primárias. O que também é possível quanto à outra obra do mesmo autor, O livro de Leitura Progressiva, como se pode observar abaixo:

Leituras progressivas, de Lindolpho Pombo.
A vida infantil, de Mario Bulcão.
3º e 4º Livros de leitura, do Barão de Macahubas.
Chorographia do Paraná, de Sebastião Paraná.
História do Paraná, de Romário Martins.
Historia da América (volume grande), de Rocha Pombo.
Grammatica da infância e cânticos Escolares, de Abilio C. Borges.

¹⁷ Foi professor, fundou a sua própria escola e escreveu algumas obras tais como: “geografia ilustrada (a infância paranaense, Curitiba 1910) e O Brasil nas Escolas (Leitura, 4ª ed. Curitiba, 1912).

¹⁸ Casou-se com Maria do Rosário. Faleceu na cidade de Campo Largo, no dia três de julho de 1936, seu sepultamento foi no cemitério da mesma cidade (POMBO, 1957).

Cultura dos campo, de Assis Brazil.
Revista do Ensino, do Estado de S. Paulo.
Manual de Gymnastica Escolar, de M. Caldas e E. de Carvalho.
Grammatica Portuguesa (3º anno) de João Ribeiro.
(Documento nº MFN-1293- Arquivo Público do Est. Do Paraná)

As obras de Pombo só foram escolhidas para serem utilizadas nas escolas paranaenses e em outros estados da República, porque representavam os aspectos ideológicos do Estado.

O Estado exigia que, para qualquer publicação no Estado do Paraná, o autor verificasse alguns itens, a fim de ser permitida a sua publicação. Não poderiam constar nas páginas dos livros escolares e das cartilhas os itens seguintes:

- a) qualquer forma contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
 - b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
 - c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
 - d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
 - e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
 - f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação aos das demais regiões;
 - g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
 - h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
 - i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
 - j) que atente contra a família, que pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais, etc...
- (PINSKY, 1985, p.44)

As obras recebiam autorização para publicação, após passar por um crivo, por membros da comissão avaliadora, compondo um número de sete integrantes, era escolhida pelo Presidente da República. Os critérios utilizados para tal seleção de membros eram: o preparo pedagógico e o valor moral, além de terem um olhar para os

ideais republicanos – os quais foram influenciados pelas idéias de Comte¹⁹ e Rousseau²⁰, perpetuando a noção de ordem e progresso, o respeito à Pátria, o amor a Deus e o respeito à natureza. Para isso, baseava-se no método proposto e oficial que era o sintético.

No final do século XIX, a leitura era um dispositivo importante para a educação cívica e moral, e poderia ser adquirida por meio dos livros de leitura, tornando-se a “mola real do ensino”. Nos textos das cartilhas, a ideologia que informava os aspectos ligados à cidadania geralmente se referia à família, à escola e à pátria. A família era apresentada, nas cartilhas, como um mundo à parte, em si e para si, desvinculada da realidade social e econômica. Os textos moldavam uma personalidade de indivíduo subordinado às autoridades públicas e desprovido de visão do mundo de tipo participativo. Entretanto, são esparsas as informações sobre as cartilhas entre os séculos XIX e XX.

Ficava notória a imposição de valores e a manipulação da conduta moral e cívica por parte desses manuais de leitura, pois eles objetivavam a normalização e o enquadramento dos comportamentos sociais. Fica demonstrado, dessa forma, uma clara intencionalidade do ensino e dos conteúdos de alfabetização, que, em tempo algum, permaneceram neutros às imposições ideológicas e sociais da época.

O conhecimento proporcionado pela cartilha era, portanto, relativo, porque “[...] se limita a penetrar o encadeamento e as conseqüências de certas formas da sociedade e do Estado existentes, apenas num dado tempo, por determinados povos, e, por naturezas transitórias” (MARX; ENGELS, 1986).

As verdadeiras forças motrizes que impediam o verdadeiro conhecimento do indivíduo eram desconhecidas deste, pois se assim não fosse, não se trataria de um processo ideológico (IDEM, 1986).

Para compreender o processo de evolução da sociedade, faz-se necessário analisar a maneira que se desenvolveu o trabalho para a composição do Estado no interior da própria sociedade. Entender, então, a forma como prevaleceu uma classe

¹⁹ COMTE- o francês Auguste Comte (1789-1857), propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente teologia ou metafísica. Assim, o Positivismo – na versão comteana, pelo menos- associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte.

²⁰ ROUSSEAU- nasceu em Genebra 28 de junho de 1712, cujos antepassados protestantes vinham da região de Paris e da Sebóia e se refugiaram na cidade de Calvino, durante as guerras do século XVI. Escreveu o Contrato Social – diz sobre o sistema político de Roma nas notas do livro III e nos sete capítulos iniciais do último livro. Foi escritor do ensaio pedagógico o Emílio e nele procurou traçar as linhas gerais que deveriam ser seguidas com o objetivo de fazer da criança um adulto bom.

sobre a outra e quais foram os modos de produção, para depois confrontar as conclusões obtidas com a visão adotada pelos livros didáticos e cartilhas de alfabetização.

Todo o Estado era formado por famílias, estas auxiliavam na produção dos bens materiais e na manutenção dos aspectos ideológicos da classe burguesa.

Este determina como a função do homem como sendo a de ganhar os meios de vida e alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras, dando-lhe, assim, uma posição dominadora, que não exigiam privilégios legais especiais.

O desempenho dos papéis se sobressaiu com a divisão do trabalho, isso numa nação que obrigava:

[...]em primeiro lugar à separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola, e, como consequência, à separação entre a cidade e o campo e à oposição aos seus interesses (MARX e ENGELS, 1986, p.20).

Assim, “[...] o trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades” (MARX, 1975, p.480).

O trabalho, então, passou a ser representado no seio da família, implicando, com isso, em alguns casos, nas divisões de papéis: para o homem coube o papel do provedor da família; para a mulher sobrou o papel de mãe, de quem cuidava dos seus familiares. Foi se estabelecendo formas de organização familiar que mudavam de época em época, que iam se adequando à região e ao país e que se mantinham de acordo com as leis e crença de cada membro da sociedade. A família passou a ser considerada como:

[...] o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evoluiu de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente (MORGAN, IN: ENGELS, 1979, p.30).

Assim, o homem passou a ser considerado como o burguês e a mulher representada pelo proletário (ENGELS, 1990, p.80). O predomínio do homem sobre a mulher, tanto em relação à família quanto ao trabalho, só mudaria a partir do momento em que ambos tivessem seus direitos e valores definidos.

Em toda a Primeira República, o sistema patriarcal predominou, sistema esse no qual a mulher e os filhos eram vistos como propriedade privada do provedor da família, para o qual todos deveriam se dirigir com diligência e o respeito. O homem,

[...] apoderou-se da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. É aquela que lhe dará herdeiros, para que se confirme a propagação da sua espécie (ENGELS, 1979, p.61).

As mulheres eram proibidas de saírem de casa sem a companhia do seu marido ou sem a dama de companhia (nas classes burguesas). A mulher era privada da sua liberdade, pois ficava restrita às ordens, já que caso não as obedecesse poderia ser devolvida.

Na classe proletária, a mulher ficava em casa fazendo as suas atividades domésticas, assim, de uma forma geral, eram consideradas como uma propriedade. Exemplo dessa afirmação pode ser constatado na época da escravatura e após o mesmo período, já que por todo esse tempo as mulheres eram violentadas pelos senhores dos cafezais e por seus senhores, isso, vale ressaltar, devido ao fato de serem consideradas como instrumento de pertença.

Na casa-grande, as mulheres eram obedientes, mesmo sabendo que eram enganadas, exigia-se delas que se tolerasse tudo e, por sua vez, que se guardassem castas e fiéis em relação ao ato conjugal rigoroso ao qual pertenciam. Cabe observar que, o casamento entre escravos não era um ato comum, pois dificultava a sua venda para outros locais. Ambos, mulheres e filhos,

[...] tornaram-se escravos do marido. A escravidão, todavia muito rudimentar certamente latente na família, é a primeira forma de propriedade, que, já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual é o direito de dispor da força do trabalho do outro. Além disso, divisão do trabalho e propriedade privada são termos idênticos: um deles referido a escravidão o mesmo que o outro, referido ao produto desta (MARX; ENGELS, 1972, p.33/34).

A mulher estava submissa às decisões do seu provedor, assim, este, muitas vezes, cometia abusos e violência como forma de demonstrar o domínio em relação a sua “propriedade”. Desta forma, a cartilha “[...] desconhece o papel da mulher também na

produção, reforça sempre seu papel dentro da casa e este é o seu trabalho, já que trabalho significa fazer alguma coisa” (FARIA 1980, p.70).

A cartilha foi introduzida na escola com a função recíproca de veicular a ideologia dominante, sem, ao mesmo tempo, tentar desmistificar o papel do Estado e da família. Assim, o fazia aproveitando que as crianças estavam em fase de desenvolvimento para, então, incutir nas mesmas idéias e modelos de comportamento. A instituição escolar, enquanto elemento privado da sociedade civil [...] não atua isoladamente, ela representa os interesses da sociedade burguesa.

Nessa linha de raciocínio, a instituição escolar utiliza a fé como meio para a expansão dos aspectos ideológicos, o que se verifica nas mensagens ideológicas contida nas cartilhas. A educação adquirida pelas crianças no seio familiar nada mais era do que:

[...] uma educação, que não estava confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente. A convivência diária que mantinha com os adultos a introduzia nas crenças e nas práticas que seu grupo social tinha por melhores, a criança adquiria a sua primeira educação sem que ninguém a dirigisse expressamente as crianças se educavam tomando parte nas funções da coletividade. E, por que tomava parte nas funções sociais, elas se mantinham, não obstante as diferenças naturais, no mesmo nível que os adultos. (PONCE, 1958, p.16/17).

Como as crianças raramente freqüentavam a escola, muitas aprendiam no convívio familiar, sendo este, então, o local de transmissão dos valores, crença e ideais. Alguns dos trechos, da página da cartilha destacados a seguir, explicitam esta forma de pensamento: “*Amai vosso pai*”, “*O homem e bom* “. “*O meu pai sabe ler e escrever*” (Cartilha Progressiva, 1907, p.49).

A mensagem ideológica, claramente presente nestes textos,

[...] reproduz, de maneira fixa, a figura paterna, limitando-a a dois comportamentos fundamentais: sustentar o lar e fazer passeios. Isto teria a finalidade de esvaziar a riqueza da personalidade de cada pai, tornando-o um indivíduo único (NOSELLA, 1978, p.37).

Na primeira republica eram poucas as mulheres que tinham permissão, por parte de seus pais e depois de seus esposos, para estudar. A maioria estava destinada aos afazeres domésticos, lavar, passar, cuidar dos filhos entre outros. O que se justificava pelo fato de que, em uma sociedade em que o papel do homem estava determinado, era uma desonra, para ele, se sua mulher o substituísse no papel de provedor do lar.

Nesse sistema familiar, os filhos sempre contribuíam com o serviço da casa, muitas crianças ficavam sem ir para a escola devido ao trabalho que realizavam em casa. Não havia uma preocupação por parte dos pais em incentivar os seus filhos a freqüentarem a escola.

Eram poucas as crianças proletárias que freqüentavam a escola, pois se sentiam desmotivadas, pois:

[...] para o aprendizado dos alunos de origem social desfavorecida o fato de as crianças personagens das cartilhas de alfabetização e livros didáticos terem pais e avós que possuem carros, fazendas, ruas asfaltadas e servidas de água e esgoto, telefones e sofisticados aparelhos eletrodomésticos. A pesquisadora observou que as escolas descritas nos textos didáticos são bonitas e arejadas, têm prédios adequados, bibliotecas, bandas de música e farto material didático (MARIZ, 1982, p.17).

O contexto transmitido nas cartilhas, não condizia com a realidade vivida pela maioria das crianças, pois as escolas eram precárias – faltava material didático, os professores eram mal qualificados, as salas eram pequenas devido à falta de espaço. O mundo apresentado para a criança, por meio do texto e da imagem representada na cartilha, levava-os a pensar em uma cidade ou região organizada, limpa, saudável, aonde não havia problemas nenhum. Podemos constatar esta colocação, nas páginas da Cartilha Progressiva, quando cita:

Esta é a casa do meu tio.



Nesta imagem, o poder aquisitivo da família e que esta não era uma família qualquer, pela própria condição econômica que representava. Havia uma ênfase muito grande no papel da família, pois foi o aparelho ideológico do Estado que fixou essa imagem de que: a família é o santuário dos filhos, contemplando nas cartilhas a idéia e a

imagem de que a família era um grupo fundamental para o bom desenvolvimento do Estado.

Ainda sobre a questão da representação da família, nota-se que era colocado que em toda família deveria conter regras de obediência ao detentor do poder, que seria, no caso, o pai e depois ao Estado – observando que este último já obtinha uma função complementar à ação da família, com a escola, saúde e outros estabelecimentos. Não é retratada nas páginas da cartilha a exploração do trabalho infantil, a exploração das mulheres, assim, constatava-se que os ensinamentos propostos nas cartilhas eram aleatórios e não condiziam com o contexto real.

Não eram mostradas, nas cartilhas, as outras formas de exploração utilizadas pelo provedor do lar, que era “[...] sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos” (MARX, 1975, p.451). Desta forma, os membros da família começavam a vender sua força de trabalho, como valor –de- troca. Assim, quanto maior fosse o número de filhos, maior era a contribuição no meio familiar.

A partir do momento em que a venda da força do trabalho não compensava, dado o valor baixo da troca, o esforço e o tempo de serviço, o trabalhador passava a ser, então, explorado pelo capital. Nas páginas da cartilha, verifica-se que não havia uma preocupação com os dilemas da sociedade, tais como: o desemprego, a falta de moradia, a exclusão dos mais pobres que não tinham direito a escola.

Assim, toda cartilha, é uma

[...] mercadoria e, como tal, é dependente das condições materiais, econômicas e técnicas de uma determinada época, no quadro de uma determinada sociedade. Como mercadoria, é dependente também do mercado que o acolhe e para o qual se destina: é subordinado, de um lado, às relações que a indústria livreira em geral estabelece com seu mercado, particularmente, a sua estrutura e às possibilidades (de acolhimento, de recusa, de indiferença) que esse mercado oferece para a colocação e a circulação da produção editorial, é também, por outro lado, subordinado aquela instituição que constitui seu mercado consumidor por excelência: à escola e o estado do desenvolvimento histórico dos sistemas de ensino da oferta de matrícula, das populações discentes e docentes e de suas relações com a escola e a cultura, da estrutura curricular e das disciplinas às quais está tão intimamente ligado (BATISTA, 1998, p. 566).

A cartilha, enquanto mercadoria, vai veicular os aspectos ideológicos do Estado, independente do contexto real ou não, cabe, dessa forma, à indústria livreira a inserção do material no mercado de consumo. Portanto, conclui-se que a cartilha oculta o que é realmente o trabalho desenvolvido pelas famílias na sociedade capitalista, torna-o tal como um fetiche, o toma como natural e o faz adquirir as características de outro momento histórico (FARIA, 1980).

A divisão das tarefas, conforme o sexo, a idade e a competência intelectual e manual, fazem parte do trabalho. Aqueles que não conseguiam capacidade de conquistar uma propriedade pelo trabalho, são excluídos, pois são considerados incapazes intelectualmente de se autogovernar e pertencer à sociedade. Nesse contexto, a criança aprende somente o que está determinado pela classe dominante.

A grande preocupação dos autores da cartilha se concentra nas atividades de ler e escrever. Embora, na grande maioria se tratem de exercícios que trabalham estas atividades apenas superficialmente, na totalidade da cartilha.

3.2- A CARTILHA PROGRESSIVA E OS ASPECTOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO

Tanto a Igreja (os dogmas religiosos) quanto o Estado “[...]serviram de freios para os homens, ao mesmo tempo em que justificavam as estruturas hierárquicas do estado autoritário, a nova ordem [...]” (LEONEL, 1994, p.90). Justificavam a sua estrutura por meio da idéia de que:

[...] isso quer dizer que o homem é um ser egoísta, voltado inteiramente para o seu interesse próprio, mas que é capaz de aprender a voltar-se para o interesse comum para não deixar de ser egoísta, pois o egoísmo é o fundamento da riqueza e do progresso (IDEM, 1994, p.87).

Um exemplo desse aspecto ideológico é quando encontramos na cartilha Progressiva frases que nos levam a pensar sobre esse homem egoísta e que deseja se adaptar à sociedade para não ser excluído. Nas lições de nº 4 e nº 11, podem ser encontradas frases que disseminavam a idéia de um cidadão bom, dócil e obediente.

FIGURA 10 - Lições na escola



Fonte: Cartilha progressiva, p. 64, 1907

O homem, enquanto um ser político alimenta a fantasia do público, sujeitando-se aos interesses da classe burguesa. Decorrente destes aspectos ideológicos, a educação está baseada na instrução, voltada para a transmissão de conhecimentos centrada na moral.

A cartilha decorrente deste período, assim se utiliza dos aspectos morais como meio de controle deste homem egoísta, porque é através deste que ocorre a consagração da sociedade burguesa. Essa trama de poder que se coloca, e é aqui demonstrada, nada mais é do que o desenvolvimento das forças individuais no terreno econômico e político (LEONEL, 1994).

3.3- Produção didática utilizada na escola

Ao analisar a produção didática utilizada na escola, verificamos que as cartilhas se destinavam prioritariamente ao professor, devendo a este último assegurar ao aluno o conteúdo a ser transmitido e “[...]a garantia da ideologia desejada pelo sistema de ensino” (BATISTA, 1998, p.550).

A cartilha utilizada nas escolas públicas do Paraná contribui para a ênfase nos aspectos ideológicos, como se pode ver ao ressaltar a importância da Nação, da Pátria. Lindolpho Pombo (1926) estava convicto de que é

[...] pelo conhecimento dos feitos de nossos cidadãos benemeritos e dos exemplos fecundos de civismo e de patriotismo – que elles nos dão – que havemos de ir retemperando – no coração da infância brasileira- o amor, que ella consagra á terra em que nasceu”. É comum encontrarmos na sua cartilha, frases como: A Terra é redonda. O Brazil é a nossa querida Terra (Cartilha Progressiva, 1907, p.64).

A mensagem ideológica que é transmitida nas cartilhas de alfabetização e nos outros materiais didáticos é que o nosso país é maravilhoso, que não apresenta problema nenhum, e que devemos venerar os nossos governantes. Na sociedade capitalista, a Nação vai se constituindo como espaço de mercado, onde se dão as relações capitalistas de produção, facilitando ascensão da burguesia e o acúmulo do capital.

O escritor muitas vezes esquece, que nem tudo é maravilhoso, que por traz dos governantes da sociedade há corrupção, falta de compromisso com a população e que a maioria dos atos heróicos escritos nos livros escolares e nas cartilhas foram um ato revolucionário, opondo-se a ordem estabelecida.

Nesta época obter uma visão realista e consciente sobre o contexto ensinado na escola para a formação do aluno consiste em:

[...] mascarar as diferenças e produzir fornadas de indivíduos enquadradas na Sociedade Burguesa, Dependente e Consumista, a escola exige aqueles que resistem e impõem a dominação pelo consenso àqueles que permanecem nela até o fim da escolaridade aprendendo a não ser para se tornarem “bons alunos” e “bons cidadãos (MARQUES,1993, p.41).

A impressão causada pelos textos é “a de que o país constitui uma “entidade” com personalidade própria, independente dos indivíduos que formam o seu povo “(NOSELLA, 1978, p.78).

Para manter esse Estado fraco, democrático, separado da sociedade civil e voltado para o interesse geral, ao mesmo tempo em que permite o livre desenvolvimento do homem egoísta, o pensamento liberal se debate para levar o ser material a uma condição de ser moral (LEONEL, 1994). O pensamento liberal se concentra nesse esforço de transformar os cidadãos em trabalhadores, reforçando a idéia de civismo e nacionalismo.

Os autores do final do século XIX se constituíam como os homens de confiança do poder tomando para si o papel patriótico de difundir a verdadeira ciência e os valores morais, religiosos e econômicos necessários para o desenvolvimento da civilização brasileira. Assim, nasceu através da literatura e da educação

[...]um homem público e virtuoso o suficiente para se impor sacrifício e morrer, se for preciso, em honra da pátria. Pode parecer estranho que um tal sentimento possa existir nos tempos modernos, quando não há mais pátria e nem interesse geral, tão só porque a mercadoria não tem pátria e seu interesse é o lucro individual (LEONEL, 1994, p.56).

Por meio da educação que se tentava impor medidas de profilaxia social, com a finalidade da formação de um novo homem, capaz de lutar por sua pátria, de sobrepujar as dificuldades. Foi na Primeira República que os aspectos educativos estavam voltados para: alfabetizar, integrar o povo à política, moralizar o povo, higienizar espaços sociais para o grupo urbano-industrial, formar a mentalidade para o trabalho, homogeneizar a nação; transformando, com este posicionamento, a instrução quase num fetiche. Era por meio da moral que tentavam resolver os problemas egoístas do homem social, levando-o a crer na possibilidade de igualdade de direitos, camuflando a desigualdade ou fazendo dela um atributo individual.

O autor Lindolpho Pombo, ao escrever a Cartilha Progressiva, rebuscava suas frases com a intenção de mostrar ao leitor o que acreditava compor o seu país, o Estado e as Regiões. Assim, por exemplo, na lição 13 enfatiza a importância dos rios e as ilhas, utilizando hipertextos como: “O rio Amazonas é o maior do mundo”, “Na foz deste rio estão situadas as duas ilhas de Marajó e Caviana”, “A mais importante destas duas é a de Marajó”. Em nenhum momento, pensava-se na preocupação em compreender a

importância dos rios e a sua preservação para a manutenção da população. A ideologia dominante, subjacente aos textos de leitura,

[...] com mensagens singelas sobre a necessidade da preservação da “árvore”, mascara as especulações econômicas que determinavam a devastação de florestas, a contaminação de rios, mares e do ar pelos produtos tóxicos das indústrias (NOSELLA, 1978, p.104).

Assim, a cartilha implantada nas escolas, por sua vez, vem quase sempre limitar o conhecimento fornecido para o aluno, esquecendo que o mesmo pertence a uma realidade, admitindo que os textos sejam trabalhados como verdade absoluta. Para os autores apresentarem as belezas da natureza, a expansão do nosso território, que representa o nosso lar e a Pátria.

Desta forma,

[...] a ideologia que impregna tais textos de leitura tem como objetivo transmitir aos brasileiros os sentimentos de orgulho patriótico, acrílicos, inculcá-los nas crianças e, conseqüentemente, nos adultos, induzindo-os a seguirem todas as normas de comportamento que lhes foram ditadas, para a consecução da união, do progresso e da felicidade da pátria (IDEM, 1978, p.87).

Eram essas características, inclusive, tomadas como requisitos necessários para que os livros e cartilhas escolares fossem veiculados nas escolas. Muitos materiais traziam uma visão totalmente distorcida da realidade, apresentando falsos conhecimentos da realidade física, geográfica e histórica, como, por exemplo, na página:

O mundo é redondo como uma laranja, e está dividido em cinco grandes continentes, cujos nomes são: America, Europa, Asia, Africa e Oceania. Cada continente tem muitos países. America por exemplo, tem dezoito. (Cartilha Progressiva, 1907, p.71)

Os conhecimentos veiculados na cartilha têm uma verdade a ser transmitida, porém o faz com pouco ou nenhuma dimensão geográfica. Assim, pode-se questionar a respeito da cartilha o porquê de comparar o mundo com uma laranja ao invés de apresentar à criança o real espaço geográfico. Dessa maneira é que se considera que a educação oferecida pelo governo deve se limitar à instrução.

A Igreja encontrou na religião, um meio para controlar o homem dos seus devaneios, pois aquela acredita que é somente através desta ordem e da fé que ela será

capaz de controlar a ambição humana. Assim, para alcançar esse controle da totalidade, a Igreja acredita ser necessário criar um mecanismo que atinja a todos e facilite esse controle, onde todos possam ser adestrados a agirem sem refutar as idéias impostas. Para colaborar nesse processo é que surge a escola com as cartilhas didáticas²¹. Estas foram os primeiros livros didáticos e foram confeccionados pelos padres jesuítas para que estes pudessem ensinar a ler e a escrever. Vale ressaltar que as cartilhas sofreram inúmeras alterações no decorrer dos anos.

Como se pode observar, as idéias aqui levantadas predominavam no século XIX através de materiais didáticos como as cartilhas e livros escolares. Estas mesmas idéias se fazem presente na Cartilha Progressiva, por exemplo, na página 56.

FICURA Nº 11
CATHEDRAL DE CURITIBA



A imagem representada na cartilha mostra o destaque que se dava para a obra religiosa na Igreja. O sentimento religioso:

[...] é um facto universal. Percorri os continentes, os paizes, as cidades do globo e ahi onde respirar um homem- pensa-se em Deus. Não há, pois, povo sem religião, sem crença. Ella é uma necessidade suprema da alma humana, e a ella devemos as mais poderosas manifestações do genio humano. Tudo na natureza está organizado de conformidade com um plano, com um ideal de perfeição anteriormente concebido, e que se realisa admiravelmente ante toda a criação (POMBO, 1926, p.41).

Assim, os posicionamentos teóricos que colocavam,

²¹ Foram as Primeiras Cartilhas de bé-á-bá.

[...] a educação pública como meio de apoderar-se da opinião dos homens, para conformá-los à adoção de uma certa quantidade de idéias religiosas, morais, filosóficas e políticas, são contrários à liberdade individual (LEONEL, 1994, p.151).

Isso porque a individualidade do sujeito o atrapalha, pois o mesmo, enquanto indivíduo isolado, busca saciar as suas necessidades de homem natural e, com isso, sobrepoem qualquer valor para suprir seus anseios e desejos. Outro exemplo encontrado na cartilha, reforçando os aspectos ideológicos, é: “*JESUS DISSE: EU SOU O CAMINHO*” (Cartilha Progressiva, 1907, p.68).

Depois da Bíblia, a cartilha veio como um instrumento ideológico para propagar as idéias religiosas, mas tendo a cartilha um alcance maior, pois o ensino religioso predominou por muito tempo nos currículos e nos programas de ensino.

As crenças disseminadas tinham em comum a idéia de fazer com que o homem se volta para suas misérias e para os sofrimentos desse mundo para o outro. Foi, assim, incutida nesse homem, cidadão que freqüentava a escola pública, a ideologia do interesse público para a conservação da associação, que não é outra coisa senão assegurar, neste mundo, a riqueza do burguês egoísta (LEONEL, 1994, p.147).

Essa, então, foi a maneira encontrada pela a Igreja para manter o seu poder e o seu “status quo”, uma vez que controlava, assim, uma fatia do mercado econômico. Por meio do dízimo, e da fé dos fiéis, vai estabelecendo sua estrutura política e econômica, manipulando as idéias dos indivíduos através da pregação e das sanções, utilizando-se dos termos “pecado” e “vida eterna”. Em outro trecho da cartilha podemos observar que: “A ALMA É IMORTAL” – 3ª Lição, p.5., 1907

Por isso, era preciso

[...] assenhorar-se das almas, ao conceder liberdade religiosa ao homem na vida privada, impondo-lhes deveres para com Deus, e assenhorar-se dos espíritos, impondo-lhes os deveres para com o estado, ao criar a escola obrigatória para a formação do novo cidadão e leitor (LEONEL, 1994, p.158).

Foi a Igreja a primeira a estabelecer conceitos como: bondade, solidariedade, humildade, piedade, indulgência. Mas, é a única que não respeita o que prega, pelas condições econômicas que dispõe não faz nada pelo seu próximo – embora pregue

“Amai-vos o próximo como a ti mesmo”. Uma Igreja que não pensa em seus fiéis não está digna de suas promessas. Dentro desse posicionamento, o lugar adequado encontrado por ela para manipular os indivíduos, induzi-los a permanecerem fiéis aos aspectos ideológicos dela, foi a Escola.

A partir do momento em que a Igreja admite que tem o poder de se apoderar da alma, do pensamento e da ação do indivíduo, ela toma todo o cuidado, cercando-se dos seus dogmas para que o homem não

[...] deixe de crer nessa ordem sobrenatural, logo a desordem entra no homem e na sociedade. A ordem natural está aberta à ciência do homem, aí ele exerce uma ação e seu poder, enquanto que a ordem sobrenatural está aberta à sua fé e à sua esperança, a ele se submete (IDEM, 1994, p.160-161).

Como podemos observar, tanto a Igreja como o Estado se utilizam dos aspectos filosóficos, sociológicos e teológicos para manter o seu status quo. Buscam na Filosofia, meios para explicar a existência do mundo e do homem e a sua ação entorno do meio em que vive. Utilizam-se dos pensamentos filosóficos para justificarem as suas próprias ações.

O predomínio da Filosofia é relevante na constituição da cartilha, o que se nota através de um exemplo citado na Cartilha Progressiva: “A PHILOSOPHIA É NECESSÁRIA” (1907, p.68).

Se partirmos do princípio que a Filosofia trabalha com os princípios elementares, tais como a essência humana, a diferenciação entre o senso comum e o conhecimento, a questão da ética, a aceitação do eu; veremos que tal relevância que a Filosofia ganha nas cartilhas é uma grande contradição, pois a Igreja e o Estado mesmo se utilizando de discurso humanista ou qualquer outro, jamais irá abordar as questões vitais para o desenvolvimento humano. Para finalizar se faz necessária a ilustração do trabalho com uma historieta que esboça as idéias discutidas e a contradição posta na estrutura escolar. Segue a transcrição da historieta:



Um menino chamado Archimedes encontrou-se um dia com um gatinho muito gordo e bonito. Acariciando-o e dizendo- que bonitinho Archimedes entreteve-se muito tempo com o gatinho como si fosse com um menino como elle.

Passando-lhe a mão pela espinha dorsal, alizando-a, perguntava o Archimedes ao gatinho:

- *Você sabe alguma coisa util, gatinho bonitinho?*
- *Sei muitas cousas, respondia o gatinho.*
- *Que é que você sabe?*
- *Sei caçar rato, saltar para traz, trepar-me, miar, correr, lavar a cara com uma mão só e outras cousas.*
- *Está bem. Já que sabe tudo isso, diga-me: -Sabe ler e escrever?*
- *Não sei, isso sim, não sei! Até agora não pude saber onde posso aprender a ler e a escrever.*
- *Pois então, meu bonito gatinho, você está mal no mundo- porque não sabe ler nem escrever não pode viver!*
- *Onde é que se aprende a ler e a escrever? pergunta anciosamente o gatinho.*
- *Ora essa, na Escola, respondeu o menino.*
- *Mas eu, replicou o gatinho, não posso ir para a Escola porque não há, com certeza, Escolas para gatos!*
- *Isso sim, eu também não sei. Só sei que você não sabendo ler nem escrever não pode viver no mundo.*
- *Estou muito incomodado e triste por não saber ainda ler nem escrever, disse o gatinho. Depois de estar algum tempo pensativo e triste, o gatinho foi-se apartando do menino e se foi embora. Passados alguns dias, o menino Archimedes encontrou o mesmo gatinho olhando fixamente para um livro como se estivesse aprendendo a ler*

(LINDOLPHO POMBO-1907, 76/78).

O autor, por meio de seu texto, tenta passar uma idéia distorcida, pois nem todos os habitantes do nosso planeta têm acesso à escola e nem por isso deixaram de viver e de serem felizes. Através deste texto podemos levantar alguns questionamentos tais como: Qual é a idéia de mundo? Qual é a função da escola? Que tipo de sociedade é está que exige que suas crianças pequenas vão até escola para aprender a ler e escrever, pois caso contrário, não poderão viver neste mundo? Que ser humano pretende formar? O que se segue na Igreja é conveniente com as medidas que o Estado estabelece? Desde quando leitura e escrita é sinônimo de educação? São vários os questionamentos a serem feitos, porém alguns com respostas precisas e outros uma incógnita a ser decifrada.

3.4. Os manuais didáticos: na sociedade brasileira

Assim, os manuais didáticos são de fato entidades nefastas que refletem, é [...] evidente, uma percepção que a sociedade brasileira faz de si, uma concepção irreal, mas que sustenta o ser brasileiro, o fato de alguém se considerar brasileiro (SANTOS, 1987, p.99).

O processo de aprendizado dos elementos constitutivos da identidade do trabalhador se dá com ou sem o apoio institucional da escola. O texto contido na cartilha é um reflexo, de um sintoma da sociedade e a questão principal a ser atacada é a doença e não o sintoma da estrutura escolar. Entretanto, a cartilha como veículo de comunicação não está livre das distorções em suas informações, principalmente porque é um componente precioso para a industrial cultural.

Em uma sociedade capitalista, composta pela questão ideológica, percebemos que nem todos têm acesso a escola e que a maioria não está na escola, não porque não quer e porque não tem condição. Ainda, tem-se que nem sempre “instrução” é sinônimo de “educação”, muitos alunos que tiveram acesso à leitura e à escrita, atualmente não estão empregados. Embora o texto reforce a idéia de que é necessário ir para a escola, ela não garante a empregabilidade e nem a melhora de vida, pois a estrutura da sociedade está caótica.

Conclusão

O modelo de material adotado nas escolas públicas e privadas, no início da República, no Estado do Paraná, para o processo de alfabetização, foram as cartilhas e livros escolares. Destaca-se neste trabalho, em especial, a Cartilha Progressiva, por ter sido a primeira cartilha paranaense produzida e utilizada nas séries iniciais, escrita por Lindolpho Pombo, professor, diretor, escritor e trazendo em suas veias os ideais republicanos.

A cartilha veio como um instrumento ideológico para propagar as idéias da classe dominante, por ter um alcance maior, predominou por muito tempo nos currículos e nos programas de ensino, reforçada também pelos aspectos políticos e sociais. Na obra escrita por Lindolpho Pombo a Cartilha Progressiva, fica nítida estes aspectos de amor à pátria, à família e a Deus, ressaltando também as normas e modelo de comportamento social. Pois, neste sentido, a educação se torna um processo social que se enquadra numa concepção particular de mundo, a qual determina os fins a serem atingidos pelo ato educativo, contemplando os ideais da época e do espírito coletivo (professores, Estado e classe dominante).

A educação na sociedade capitalista tem a escola como um dos instrumento de dominação, cujo papel é de reproduzir a sociedade burguesa, por meio da inculcação dos aspectos ideológicos contidos nos livros didáticos e nas cartilhas, contemplada no processo de alfabetização dos alunos das séries primárias.

Por trás de todo e qualquer material didático (cartilha ou livro escolar), está camuflado os aspectos ideológicos, que nada mais é que a representação social e intelectual da classe dominante. A existência de um determinante ideológico em torno da cartilha e de seus conteúdos propostos nas páginas faz com que a sociedade crie uma variedade de determinações que impõem seus próprios interesses. Tanto é verdade que o Estado tomou toda a cautela em selecionar os livros escolares e cartilhas que a seriam adotadas nas escolas públicas, pois sobre nenhuma hipótese poderiam obter um material que viesse contra os aspectos ideológicos do Estado. Pois se as idéias viessem no sentido contrário, fariam com que as pessoas pensassem sobre a sociedade e sobre a sua própria condição de indivíduo pertencente a uma sociedade, podendo gerar uma ação revolucionária.

Por isso, o Estado necessitava deste direcionamento do olhar da população, justificado, assim, todo esse critério na escolha da cartilha ou livro a ser utilizado na escola para o processo ensino aprendizagem.

As editoras somente iriam produzir e vender seus produtos se estes forem correspondentes ao olhar e, acima de tudo, aos ideais do Estado. Para neutralizar a ação da população, optou-se, então, pela padronização do material didático, por parte da classe dominante, por meio das editoras e livrarias, para que ocorresse essa uniformização das massas populares por uma educação minimizada.

Os professores das poucas escolas públicas enfrentavam muitas dificuldades em relação ao ensino: falta de espaço físico, falta de material didático, de um globo, de quadro-negro, de uma biblioteca. Mesmo com todas essas dificuldades presentes nos seus cotidianos, procuravam organizar as suas turmas de modo a atender ao conteúdo propostos nas cartilhas.

Assim, tanto na escola como na educação, os professores são os principais executores do aparelho ideológico do Estado. Inseridos na sociedade capitalista esses benefícios têm destinos certos, a ideologia ou as idéias se dirigem à maioria da sociedade como isso representasse os interesses da totalidade.

Uma vez que a classe dominante tem consciência da realidade, procura forjar situações, e o faz demonstrando a sua preocupação com as crianças e jovens, por meio da educação precária e desprovida da realidade social e econômica.

REFERÊNCIAS:

ABRÃO, José Carlos, **Alfabetizar: quem se habilita?**(A propósito de cartilhas e relatos de práticas alfabetizadora com crianças), Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. São Paulo, 1990.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Brasília, Inep; São Paulo, PUC-SP, 2005.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros, **O espaço da cartilha na sala de aula**, Dissertação. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação. Mestrado em Educação Escolar Brasileira. Goiânia, 1994.

ALVARENGA, Georfravia Montoza, **Cartilhas de Alfabetização**. Tese. Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Educação, 1988.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1991.

BRASLAVSKY. Berta P. de. **Problemas e métodos no ensino da leitura**. Trad. Agostinho Minicucci. Edições melhoramentos. São Paulo, 1968.

BELLO, José Maria. **História da República. 1889-1954**. Síntese de sessenta e cinco anos de Vida Brasileira. 6 ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1969.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Práticas de leitura em livros didáticos**. Revista da Faculdade de Educação/ Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUS, V.22, n.1, jan.jun.1996.

_____ **O Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado em História. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.

_____ **Práticas de Leitura em Livros Didáticos**. Revista. Fac.Educ. São Paulo, v.22,n.1,jan/jun,1996.

_____ **Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar**. Tese de doutorado..USP, São Paulo, 1993.

BOTO, Carlota Malta Cardozo dos Reis. **Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

_____ **Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lente do livro didático**. Educação e Pesquisa. São Paulo. V 30, n.3, 2004

BOMENY 1994 Helena (org.) **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

BUISSON, Ferdinand.(dir.) **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Publique**. Paris:Hachette,1912.

BUISSON, Ferdinand.**Conférence sur l'enseignement** intuitif.In:Conférences pédagogiques faites aux instituteurs delegues à l'Exposition Universelle de 1878.

Paris:Librairie Ch.Delagrave,1897.

CHAUÍ, Marilena de.S. **O que é ideologia**. 1ª ed. – Brasiliense, 1985.

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CORREA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná**: prosografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Orientador Prof. Drº Renato Monseff Perissinotto. Curitiba, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República momentos decisivos**. 3 ed. Brasiliense, 1985.

_____, **Da senzala à colônia**. 6 ed. São Paulo, 1966.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileiras**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez/ Moraes, 1978.

_____. **O público e o privado na educação brasileira contemporânea**: posições e tendências. Cadernos de Pesquisa, n 81, mai./1992, p.33-44. São Paulo.

CURY, Carlos Roberto Jamil. & NOGUEIRA, M.A.L.G. **O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino**. In: CUNHA, L.A. Escola pública, escola particular e a democratização do ensino. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1986.

DEMARTINI, Zeila. **Cidadãos analfabetos** – Propostas e realidade do ensino rural em São Paulo na Primeira República. Fundação Carlos Chagas, 1989

_____. **Além das páginas do Livro Didático**. Em Aberto, Brasília. Ano16, n.69, jan/mar,1996

DIAS, Vânia A. Costa. **Livros na roda**: leituras na roda um estudo exploratório sobre práticas de leitura de professores no meio rural do Alto Vale do Jequitinhonha. Dissertação do Mestrado em Educação. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

DIETZSCH. Mary Júlia. **Cartilhas: um mundo de personagens sem texto e sem história**. Cadernos de Pesquisa. N.75, nov., 1990.

_____. **Além das páginas do Livro Didático**. Em Aberto, Brasília, ano 16, jan/mar, 1996.

DUARTE, Lídia N. **A ideologia da classe dominante nos livros infantis**. Monografia apresentada ao Curso de especialização em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Paraná. Joinville, 1989.

FARIA Ana Lúcia. **O Trabalho**: uma análise da ideologia do livro didático. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação do Mestrado em Educação, 1980.

_____. **Ideologia no livro didático**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1996, v.37.

FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**. TOMO III. 1ºV. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Difel. São Paulo. 1975

FREITAS, Helena Costa Lopes de, **Alfabetização e universo cultural**: análise de Cartilhas utilizadas nas Escolas da Cidade de Campinas, Tese. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1979.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura na escola primária brasileira. Presença Pedagógica. v.4,n.24, nov/ dez, 1998.

GENTILI, Pablo(org.). **Pedagogia da Exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GOMES, M. C. A. **A prática sócio-institucional do licenciamento ambiental**: a tensão entre os gêneros discursivos, discursos e vozes. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**. Porto Alegre: EDUCS, 1991.

_____. **Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. In: _____. Os Alemães no sul do Brasil. Canoas: ULBRA, 1994.

_____. **Magistério e Imigração Alemã**: O professor Paroquial Católico Teuto-Brasileiro do Rio Grande do Sul no Movimento a Restauração. São Paulo: PUC, Tese de (Doutorado); Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático**: um (quase) manual de usuário. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan/mar.1996.

LEONEL, Zélia. **Contribuição à história da escola pública** (Elementos para a crítica da teoria liberal da educação) 1994. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Campinas, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. V.I. 13ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Ana . 1890.

_____. **A liberdade de Imprensa**. Ed. L&PM, Porto Alegre, 1987

_____. **História. Organizador**. Florestan Fernandes. 3.ed São Paulo. Editora Ática S.a. 1989.

MARX, Karl e ENGELS. F. **A ideologia alemã I**: crítica da filosofia alemã recente.. v. 1, 3 ed. Brasil: Livraria Martins fontes, 1979.

_____. **Crítica da educação e do ensino**: introdução e notas de Roger Dangeville. Ed. Moraes. Lisboa, Portugal, 1978.

_____. **Sobre literatura e arte**. 3 ed. Global editora. S.Paulo, 1986.

_____. **Notas sobre as recentes instruções prussianas relativas à censura**. In.:

_____. **Sobre literatura e arte**. 3ª edição. Tradução Brasileira de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1986.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3 ed. Curitiba, Guairá, 1957.

MARTINS. Ana Luiza. **Revistas em revista** – Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo: Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 2000.

MORTATTI, Maria do R. Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: UNESP/ CONPED, 2000.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de professoras dos Campos Gerais. Paraná**. Tese Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade em Educação, 2004.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

NORONHA, Maria Olinda. **Educação, Trabalho e ideologia**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2004.

NOZELLA, Paulo. “ **A escola brasileira do final do século**”. In: Frogotto, G. (org.) Educação e ser do trabalho: perspectiva do final do século. Petrópolis, Vozes Oliveira, F. O elo perdido. Classe e identidade de classe. São Paulo, Brasiliense, 2007.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As Belas Mentiras**: Ideologia subjacente: aos textos didáticos. 4.ed. Editora Moraes. São Paulo, 1978.

OLIVEIRA. Maria Cecília. **Organização escolar no início do século XX**: o caso do Paraná. Revista Educar, Curitiba, n.18, Editora da UFPR, 1994.

- POMBO, Lindolpho. **Cartilha Progressiva**. 3.ed. Augmentada e Melhorada. J. Fonseca Saraiva & C^a. - editores. Rio de Janeiro 1907.
- POMBO, Ruth Rocha. **Contribuição às festas comemorativas ao centenário de nascimento de Rocha Pombo**. Curitiba – Paraná, dezembro de 1957.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Trad. de José Severo de Camargo Pereira. 11 ed. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1898.
- PFROMM, Netto, Samuel et al. **O Livro na Educação**. Rio de Janeiro: Primor, INL, 1974.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2000.
- RAMOS, Graciliano. **Infância**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. **Livros e leitura na escola brasileira do século XX**. In: Histórias e Memórias da Educação no Brasil. VolIII – Século XX./Maria Stephanou, Maria Helena (org.) – Petrópolis, R.J. Vozes, 2005.
- ROCHA, Cristiany Miranda. **A família escrava na historiografia brasileira**. Editor UNICAMP, 2004.
- ROCHA, H. Aline Fialho da. **Alfabetizar Letrando: um repensar da aquisição da língua escrita**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu , Universidade Católica de Petrópolis, 2005.
- ROUSSEAU, Jean Jaques. **Do contrato social**; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: Discurso sobre as ciências e as artes/Jean Jaques Rousseau; trad. De Lourdes Santos Machado; introd. e notas de Paulo Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Saraiva, 1973.
- _____. **Breves considerações sobre fontes para a história da Educação**. In: LOMBARDI José C. NASCIMENTO Maria Isabel M. (orgs.) Fontes, História e Historiografia da Educação. São Paulo: Editores associados, 2004.
- _____. **Uma estratégia para a defesa de a escola pública retirar a educação da tutela do Estado**. Revista do Ensino de Física, ano 2, n.2, mai./ São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1984.
- _____. **A defesa da escola pública**. Ensino público e algumas falas sobre universidade. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Políticas e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Da instrução à educação**. In: Revista Unimar. Ciências Humanas e Sociais. Órgão oficial da Universidade Estadual de Maringá, 18(1)96.

O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. História e Memórias da Educação no Brasil. Vol II- Século XIX Petrópolis: Vozes, 2ª Ed., 2006, p.132-149.

STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria (orgs.) **História e memórias da educação no Brasil**, vol.III, Petrópolis, R.J. Vozes, 2005 In: A Política Educacional no Brasil. (Saviani, D.)

SILVA, Antonio Carlos. **Projeto de pesquisa**; estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão do primeiro grau- nível 1. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nov.1987

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem**. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan/mar.1976.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. ED. Alfa Omega, São Paulo: SP, 1986.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem**. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan/mar.1996.

SHIROMA, Eneida Oliveira. **Política Educacional**. Rio e Janeiro: DP&A, 3ª edição, 2004.

SIQUEIRA, Augusta. **SÃO PAULO (Estado) Anuario do Ensino do Estado de São Paulo**. São Paulo. São Paulo:1907/1908.

SOARES, Magda Becker. **“Letramento/Alfabetização”** Presença Pedagógica, nº10 vol.2 Belo Horizonte: Dimensão, jul/ago 1996

TRAGTENBERG, Maurício, CHAUI, Marilena, ROMANO, Roberto. **Descaminhos da Educação Pós-68**. Editora S.A. São Paulo.1980.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, Nacional e Mestra. Queres Ler?** Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.) **Grupo escolares: cultura escolar e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, S.P: Mercado de Letras, 2006.

Cultura escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França final do século XIX) 1. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005. V. 1, 187.p

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.); SOUZA, M.C.C.C. (Org.). **A memória e a sombra.**Belo Horizonte: Autêntica, 1999, v.1.158 p.

Fontes Primárias

POMBO, Lindolpho. **Cartilha Progressiva.** 3 ed. Augmentada e Melhorada. J. Fonseca Saraiva & C^a. Editores. Rio de Janeiro. 1907.

RELATÓRIO, Apresentado Ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado/ pelo Professor César Pietro Martinez/ Estado do Paraná/ 1920.

PARANÁ. Relatório do inspetor geral do ensino, César Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, 1920.

RELATÓRIO do Estado do PARANÁ de 31.12.1914

RELATÓRIO da Escola Pública da Villa.

ANEXO

ANEXO Nº 1- CARTILHA PROGRESSIVA.

Lições na Escola
CARTILHA PROGRESSIVA

METHODO NOVO

PARA SE APRENDER A LER E A ESCREVER SIMULTANEAMENTE

POR

Lindolpho Pomba

Publicada para uso da INFANCIA BRAZILEIRA

Adoptada nas principaes Escolas Publicas e Collegios
Particulares do Paraná e de outros
Estados da Republica

3.^a EDIÇÃO AUGMENTADA E MELHORADA

J. Fonseca Saraiva & C.^a — editores

Rua da Assembleia, 1 — Sobrado

RIO DE JANEIRO

1907

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ
Nº 46087

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ
NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA



30 190 086



Typ. a vapor da Empresa Litteraria e Typographica
178, Rua de D. Pedro, 184 — Porto



Todos os exemplares d'esta CARTILHA PROGRESSIVA
levam a assignatura do autor,



Homenagem e Gratidão

AOS

benemeritos paranaenses e Ex.^{mas} Srs.:

Dr. Vicente Machado da Silva Lima,
Presidente do Estado do Paraná;

Dr. Francisco Xavier da Silva,
Senador da República;

Dr. Victor do Amaral e Silva,

C.^o Joaquim de Macedo.

*pelos relevantissimos serviços prestados por S. S. Ex.^{as} ao
engrandecimento do Estado do Paraná.*

Respeitosamente

Lindolpho Tombo

AO LEITOR

(Da primeira edição)

Apresentamos hoje á infancia brasileira a nossa modesta **CARTILHA PROGRESSIVA**.

Esta **CARTILHA**, baseada como está nos principios modernos de Pedagogia, foi composta de accordo com os mais simples processos de ensino pratico.

Por ella a criança aprende, em pouco tempo, as letras minúsculas, maiúsculas e manuscriptas, e vai progressivamente desde a leitura simples e corrente até os principios elementares de leitura explicada e expressiva.

Este methodo, posto em pratica pelo autor nos Collegios **S. Helena e Nossa Senhora da Luz**, em Curitiba, deu-lhe os mais satisfactorios resultados.

Convencido, pois, de que esta **CARTILHA** é de muita utilidade para a infancia, expomol-a á luz da publicidade, esperando que os nossos patricios, amigos como são da instrucção e educação popular, a recebam como uma prova do amor, que consagramos ao progresso da instrucção publica no Paraná.

Lindolpho Tombo

Duas palavras sobre o methodo da CARTILHA PROGRESSIVA

A Cartilha Progressiva tem por objecto servir para ensinar a ler e a escrever em pouco tempo.

Por ella a criança aprende simultaneamente a conhecer e a escrever as letras minusculas, maiusculas e manuscriptas, e vai progressivamente desde a leitura simples e corrente até os principios elementares de leitura explicada e expressiva.

O methodo da CARTILHA PROGRESSIVA é completamente novo e o mais simples e natural possivel. A criança, sabemol-o todos, logo que começa a **querer fallar**, principia syllabando: ba-ba, da-da, na-na, ta-ta, ra-ra, vo-vo, pa-pa, ma-ma, ve-ve, do-do, ca-ca, be-be, fa-fa, e etc.

Depois — instinctivamente, combinando essas syllabas com outras, vai a criança proferindo as palavras mais simples da lingua, até exprimir pensamentos. É isso o que temos sempre observado.

Eis ahí a razão por que começamos as nossas primeiras lições com as vogaes mais elementares combinadas progressivamente com as consoantes b, c, d, t, f, r, p, v, s, etc., afim de seguirmos á risca o methodo que a propria natureza nos está ensinando.

No lar, ouvindo fallar os seus pais, a criança vai naturalmente, instinctivamente esforçando-se para chegar a pronunciar as palavras que ouve. Começa syllabando e acaba fallando.

A criança, pois, deve aprender a ler na Escola como aprendeu a fallar no lar.

Eis ahi a base deste methodo.

« — »

Quanto aos valores das vogaes, das invogaes, e dos ditongos, o professor os exemplificará (na loisa ou no quadro preto) logo que reconhecer que o alumno póde ter consciencia dos elementos phonicos das invogaes, e de que as vozes são representadas sómente pelas vogaes; pois é esse um ponto que só uma classe já bem versada om leitura corrente e explicada pode comprehender e praticar. Não acreditamos que uma criança de 6 ou mesmo de 8 annos possa ligar importancia aos valores phonicos, proferiveis, improferiveis, nazaes, agudos e a mil cousas mais do mechanismo de nossa lingua, sem saber primeiro comprehender bem o assumpto de que se trata. Embora o professor se esbofe de tanto fallar e explicar, não acreditamos que a criança lucre cousa alguma—porque não está na altura de comprehender ainda um assumpto tão intrincado. O resultado pratico e theorico é, incontestavelmente, nullo. Só depois que o alumno puder ler correntemente, e comprehender o que ler, é que o professor se occupará da explicação dos valores certos, proferiveis e improferiveis das letras—v, f, z, rr, ç, x, j e das articulações—b', d', g', m', lh', n', q', r', l'. Estas explicações serão dadas no quadro preto, diante da classe, preferindo o professor, para estes exercicios importantes, as palavras mais apropriadas. (*)

(*) O professor deve ter em vista exercitar os alumnos na analyse dos caracteres.—Para exemplificar os valores dos ditongos, o professor deve escolher as palavras apropriadas.

Logo que os alumnos souberem ler a 6.^a lição, começará o preceptor a ensinar-lhes a escrever — primeiro debuxando e depois imitando na loisa ou nos cadernos—as letras, as syllabas, as palavras, os pensamentos e os trechos de cada lição precedente, prestando a maior attenção em corrigir os erros do escripta e do pronuncia. (*)

« — »

Os exercicios de leitura explicada devem ser feitos de accordo com o assumpto da lição estudada. Fazendo perguntas e explicações sobre as lições e pedindo ao alumno que se explique tambem sobre o assumpto, o professor se convencerá desde logo se o alumno comprehendeu ou não o que leu.

Desse modo o professor, que é a alma de todo o ensino, desenvolverá na criança o espirito de observação, as faculdades de percepção, de imaginação e de raciocinio, fornecendo-lhe ao mesmo tempo uma instrucção profundamente racional.

(*) O alumno deve saber bem a lição para poder passar para outra.

Lindolpho Tombo

Opinião da imprensa sobre a Cartilha Progressiva

O -Sr. Lindolpho Pombo é um dos raros professores que neste Estado se tem compenetrado de sua nobre e elevada missão.

O seu devotamento pela instrução da infancia, não se poupa ás lições na Escola; é uma preocupação continua e louvavel, que o leva ás vigílias para offerecer aos que começam a aprender este livro de facil assimilação e de rapida comprehensão. Ainda assim acaba o operoso e intelligente paranaense de publicar um excelente livro escolar sob o titulo de CARTILHA PROGRESSIVA, livro muitissimo recomendavel para os espiritos que desabroçam, pois é destinado a "ensinar a ler e a escrever em pouco tempo".

Em verdade presidiu á confecção desse trabalho um methodo racional e pratico de ensinar, de maneira a que as intelligencias infantis se não fatiguem do estudo, nem delle se aborrecam.

Agradecendo ao distincto Professor -Sr. Lindolpho Pombo a remessa de um exemplar de seu livro, felicitamol-o pelo serviço inestimavel que, com a publicação do mesmo, acaba de prestar á sua terra.

(Do "*Diario da Tarde*", de 25 de Julho de 1900. Curitiba)

Cartilha Progressiva

É um novo methodo para se aprender a ler e a escrever simultaneamente, compilado pelo abalizado professor Lindolpho Pombo, que, como esta, possui outras obras para o ensino primario, dignas de serem adoptadas nas escolas publicas e particulares, pela facil intuição das suas regras.

Felicitamos ao Sr. Professor Lindolpho Pombo, por mais esta util producção, que acaba de publicar e a recommendamos aos competentes interessados pela aceitação que merece.

(Da "*Tribuna Paranaense*", de 16 de Setembro de 1901).

Cartilha Progressiva

Do Illustrado professor paranaense, Lindolpho Pombo, recebemos a CARTILHA PROGRESSIVA, novo methodo para se aprender a ler e a escrever simultaneamente.

Essa obra estava annunciada ha muito tempo, e ora nos apparece impressa ricamente nas officinas do Sur. Cesar Schulz.

Para deante, trataremos desse trabalho, que, folheado de passagem nos pareceu preencher todos os requisitos do ensino moderno.

Agradecidos pelo exemplar que nos foi remettido.

(Do "*Commercio*", de Curitiba, 23 de Julho de 1900).

Cartilha Progressiva

Do incansavel educador paranaense, Snr. Lindolpho Pombo, professor publico, recebemos um exemplar de sua CARTILHA PROGRESSIVA, novo methodo para aprender a ler e a escrever simultaneamente.

Se bem que rarissimas sejam ainda em nosso Estado as publicações pedagogicas, o que de alguma forma, não é lisonjeiro para nós, podemos, no entanto, atiançar que o livro do Snr. Pombo nada deixa a desejar nas publicações congeneres, em o que somos acompanhado por opiniões da imprensa e provecos professores.

Tanto assim é que entre diversos estabelecimentos de educação que, em varias localidades, como nesta capital, adoptaram a CARTILHA PROGRESSIVA, são notorios as escolas publicas e **Collegio Internacional.**

Ao digno professor Pombo os nossos agradecimentos.

(Da « Republica », de Curityba 20 de Outubro de 1900).

Cartilha Progressiva

Do intelligente e trabalhador Sr. Lindolpho Pombo, digno professor publico desta capital, recebemos um precioso livro de sua lavra, intitulado CARTILHA PROGRESSIVA. Nesse pequeno livro se vê a combinação do novo methodo para o ensino da infancia. Esse livro é digno de apreciação e de figurar entre os livros uteis e necessarios.

Ao illustre professor Lindolpho Pombo nossas felicitações por mais uma obra que, se é pequena na apparencia, é grande quanto á sua utilidade.

(Do « Operario Livre », do 1.º de Julho de 1900).

Primeira Parte

EXERCÍCIOS CORRIGIDOS PELAS LETRAS E SILLABAS
DE CADA LIÇÃO PRECEDENTE

1.ª LIÇÃO (*)

a

u

t

b

e

2.ª LIÇÃO

au

a-te

a-be

ba

be

bu

ta

te

tu

(*) O professor, querendo, pode começar a ensinar a 2.ª lição antes da 1.ª ou a 3.ª antes da 2.ª e assim as seguintes, pois a CARTILHA PROGRESSIVA, como se vê, adapta-se perfeitamente aos dous seguintes methodos mais preconizados no mundo pedagogico: —

Methodo Phonico — Começa-se ensinando já as letras (1.ª lição) com signaes representativos dos sons da linguagem ou as syllabas (2.ª lição) como elementos das palavras;

3.ª LIÇÃO

au-ta	a-te	ab-a
ba-te	be-be	bu-be
ta-ba	teu	tu-ba

4.ª LIÇÃO

a	tu-a	a-ta
ba-te	a	ta-ba
be-ba	e	ba-be

Método Substitivo ou Objectivo: — começa-se ensinando já as palavras (3.ª lição) como símbolos de coisas, de sons ou de objectos, cujos nomes são representados pelas palavras substitutas: — palavras preferidas e figuradas.

O professor, sabendo utilizar-se do quadro preto, dará vida a estas Lições na Escola e ao ensino da criança.

1.ª LIÇÃO

(letras manuscritas)

a

u

t

b

e

2.ª LIÇÃO

au

a-te

a-be

ba

be

bu

ta

te

tu

1.ª LIÇÃO

v

i

r

d

2.ª LIÇÃO

va

ve

vi

vu

ra

re

ri

ru

ia

ie

iu

ie

da

de

di

du



3.ª LIÇÃO

va-ra ve-de vi-re ve
rai-a rei ri-a ru-a
da-rei dei dia du-ra



4.ª LIÇÃO

a tu-a aia
da-va a vi-da
ve-de a veia



1.^a LIÇÃO*(letras manuscriptas)*

u

i

r

d

2.^a LIÇÃO

va ve vi vu ve

ra re ri ru ri

ia ie iu ia ie

da de di du

1.ª LIÇÃO

f

g

c

2.ª LIÇÃO

fa

fe

fi

fu

ca

ce

ci

ce

ga

gue

gui

gu



3.ª LIÇÃO

fa-da	fei-a	fi-ga	fu-ga
ca-da	ce-de	ci-da-de	
ga-ba	gue-rra	gui-a	

4.ª LIÇÃO

a	re-de	e	a	bi-ca
dei	teu			bi-fe
tua	fa-ca			a-fi-a-da
a	gui-a	e	a	gue-rra



1.ª LIÇÃO

(letras manuscriptas)*f**c*

2.ª LIÇÃO

*fa**fe**fi**fu**ca**ce**ci**cu**ga**ge**gi**gu*

1.ª LIÇÃO

l

m

o

2.ª LIÇÃO

la	le	li	lo	lu
ma	me	mi	mo	mu
ou	oe	oi	ou	



3.ª LIÇÃO

la-va le-ve li-a lo-do lu-va
ma-ma meia mi-mo
mo-do mu-do
ou-yir o-vo oi-to o-ra

4.ª LIÇÃO

dei o teu li-vro
a ca-ma e o re-lo-gio
lu-va e co-bre
o mi-mo e a ru-a



1.ª LIÇÃO

(letras manuscritas)

30190086

m

e

2.ª LIÇÃO

la le li lo lu

ma me mi mo mu

cu ce ci eu



1.ª LIÇÃO

p

j

h

2.ª LIÇÃO

pa

pe

pi

po

pu

ja

je

ji

jo

ju

ha

he

hi

ho

hu



3.ª LIÇÃO

pa-ta	pe-ta	pi-pa
ja-to	po-te pu-a	gi-go
	je-ju-o	
	jo-go ju-ro	
ha-ver	hei-de	hi-a-to
	ho-ra hu-go	

4.ª LIÇÃO

vai	o	boi	e	mo-rre
tu-do	pe-de	e		be-be
a	por-ta	da		lo-ja
ja	foi	o		boi



1.ª LIÇÃO

(letras manuscritas)

p

j

h

2.ª LIÇÃO

pa pe pi po pu

ja je ji jo ju

ha he hi ho hu

1.ª LIÇÃO

n

z

q

2.ª LIÇÃO

na

ne

ni

no

nu

za

ze

zi

zo

zu

qua

que

qui

quo



30 190086

3.ª LIÇÃO

na-da nei-va ní-na

no-no nu-vem

za-ma ze-ro zi-ta

zoi-lo zu-nir

qua-dro que-da qui-to

quo-ta

4.ª LIÇÃO

a me-ni-na e o ho-mem

que-ro es-tu-dar bem

e-lle vai brin-car

va-ra com-pri-da

1.ª LIÇÃO

(letras manuscriptas)

n

z

f

2.ª LIÇÃO

na ne ni no nu

za ze zi zo zu

qua que qui quo

1.ª LIÇÃO

x

k

y

s

2.ª LIÇÃO

xa

xe

xi

xo

xu

ka

ke

ki

ke

ya

ye

yo

yu

sa

se

si

so

su



3.ª LIÇÃO

xa-ro-pe	xe-lo	xi-ro
	xe-xe	xu-xu
ka-ga-do		ke-pi
	ki-lo-li-tro	
ya-pok	ye-do	yo-do
	yu-cca	
sa-ra	se-rei	si-ta
	so-lo	su-a

4.ª LIÇÃO

o xa-ro-pe e a xa-re-ta
a ci-da-de e o yo-do
o ya-ck e o ca-po-te
sua capa de se-da

1.^a LIÇÃO
(letras manuscriptas)

• x h
y • s

2.^a LIÇÃO

xa xe xi' xo xu

ha he hi' ho hu

ja je ji' jo ju

sa se si' so su

Segunda Parte

EXERCÍCIOS COMEÇADOS E TERMINADOS PELAS SYLLABAS
DE CADA LIÇÃO PRECEDENTE

1.ª LIÇÃO

(AVULSAS)

a pa-ta o po-te
a ca-ma o mei-o
a ci-da-de o mo-do
o boi o ho-mem
a ca-sa o me-ni-no

2.ª LIÇÃO

e-lle foi ver e ouvir
tu-do que-ro co-mer
vai o boi não sei
teu ves-ti-do tu-a ca-pa
ba-teu a por-ta a-tar

3.ª LIÇÃO

nha	nhe	nhi	nho	nhu
lha	lhe	lhi	lho	lhu
cha	che	chi	cho	chu

4.ª LIÇÃO

ma-nha ga-nhe ga-nho sa-nhu-do
 lha-no o-lhe o-lho fi-lhi-nho
 a-lho

cha-me chei-ro chi-ta cho-ro
 chu-lo

me-lho pa-lha pu-lha fo-lhu-da
 ne-nhu-ma fa-ri-nha fo-lha

5.ª LIÇÃO

ga-nho	ta-ma-nho	pi-nho
fa-ri-nha	ca-mi-nha	ba-ru-lho
ca-na-lha	for-na-lha	fi-lha
mi-lhei-ro	fa-lhar	fa-lha

6.ª LIÇÃO

(AVULSAS)

á	é	ó
ã	ú	ô
ü	ç	õ

7.ª LIÇÃO

ão	bão	cão	ca-tão	dão
gão	hão	ião	jão	lão
mão	não	pão	quão	rão
são	tão	vão	xão	zão
ca-ço	pa-ço	fá-ço	fa-rá	até

8.ª LIÇÃO

ir-mão	zan-gão	ca-pão	no-tão
ci-pó	con-tra-pór	ca-fé	fé
ju-á	fa-rá	ta-fúl	ja nó
es-ta-vão	a-tra-são	en-tão	
can-çar	fa-ço	tra-ço	pa-ço

9.ª LIÇÃO

(PALAVRAS SOLTAS)

alma amará amigo amo
barril briga bater brigar boa
casa cama carro caso cada
dou dura dama durante
ella elles ellas elle eu

10.ª LIÇÃO

farei foi fomos fui facto
garrote gama gola gala gaba
houve havia houver hoje
ilha ilhéu ira irar irra
junho julho janeiro jantar

11.ª LIÇÃO

lama	largo	linha	legua	
mando	mares	maré	mar	
nada	nua	nimbo	néro	
orar	oiro	ouvir	ouve	onde
parar	perú	pai	patria	pá

12.ª LIÇÃO

quadril	qualidade	quando		
rural	riso	rio	rico	ramo
são	saio	sujo	santo	sobe
tudo	tinta	tio	tia	tatú
uma	um	unha	untar	

13.ª LIÇÃO

vai	viu	vimos	vôa	vá
xisto	enxó	xú	xui	xai
zoilo	zico	zinco	zarcão	
kilo	kilometro	kisto	kilo	

14.ª LIÇÃO

(AVULSAS)

**o homem é bom
é uma cadeira boa
a menina é nobre
é um livro útil
a escova é bonita**



Terceira Parte

EXERCÍCIOS DE LETRAS

(MAIÚSCULAS)

1.ª LIÇÃO

B

E

T

A

U

2.ª LIÇÃO

Baba

bebe

buló

Este

esta

elle

Tara

tua

tia

Alma

ama

anna

Um

uma

uns

1.ª LIÇÃO

(letras maiúsculas e manuscriptas)

A

U

I

B

E

2.ª LIÇÃO

*Benedicto é um menino bom.**A mulher é rica e bonita**Tudo está bem feito.**Elle é estudioso.**Um homem feliz.*

1.ª LIÇÃO

C

M

O

F

H

2.ª LIÇÃO

Cama

carro

caros

Mares

maré

mania

Orar

orei

ora

Fui

fomos

fonte

Houve

havia

hoje

3.ª LIÇÃO

Cathedral de Curitiba
Mares glaciaes.

Ora, não diga nada.
Foi hontem o navio.
Houve briga e morte.



1.ª LIÇÃO

(letras maiúsculas e manuscritas)

C

M.

O

F

H

2.ª LIÇÃO

(AVULSA)

(SINAES ORTHOGRAPHIQUES)

.

VIRGULA

..

DOIS PONTOS

...

RETENÇÃO

;

PONTO E VIRGULA

.

PONTO FINAL

?

PONTO DE INTERROGAÇÃO

!

PONTO DE ADMIRAÇÃO

()

PARENTHESE

1.ª LIÇÃO

P

L

J

S

Q

2.ª LIÇÃO

Para	pera	pai	pua
Já	jaula	juro	jóta
Lar	largo	laura	lua
Saio	sahir	seu	soube
Quero	queremos	qual	



3.ª LIÇÃO

Para todos comerem.

Jurou falso.

Largue da machina.

Quero comer carne.

Sahio hontem



1.ª LIÇÃO

*(letras maiúsculas e manuscriptas)**P**Z**S**Q**L*

2.ª LIÇÃO

*Pedro é inteligente.**Já foi?**São boas.**Quando veio?**Laura é estudiosa.*

1.ª LIÇÃO

X

Z

N

K

Y



2.ª LIÇÃO

Xagú

xelo

xó

Zaco

zico

zinco

Nariz

nunca

nadar

Kisto

kilo

kilogramma

Yack

yapok

yapo

3.ª LIÇÃO

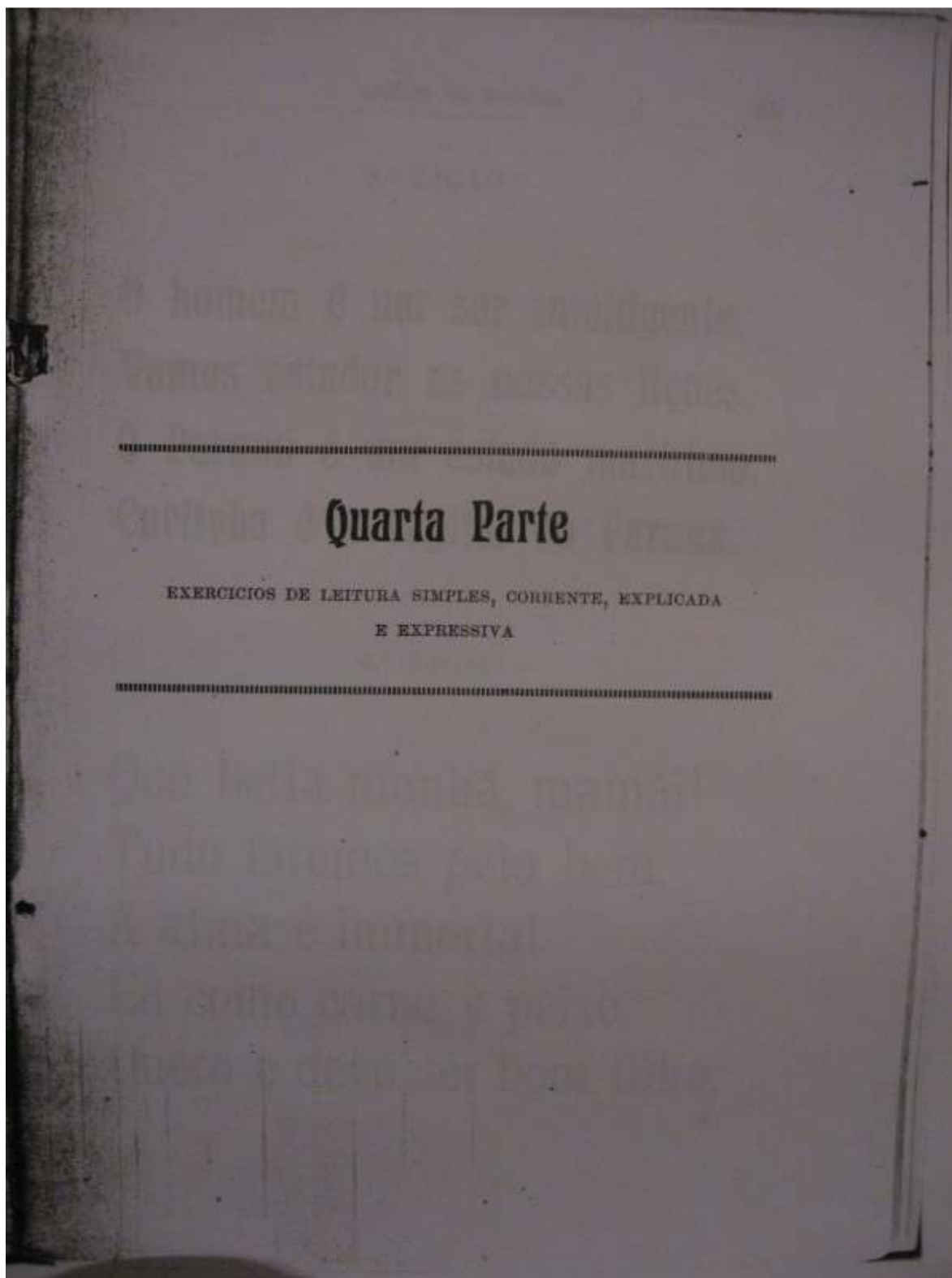
O nariz é grande.

O zinco é meu.

O kilo é de chumbo.

O navio é de meu pae.







1.ª LIÇÃO

O boi é bonito e bravo.
O lar é o santuário dos filhos.
A menina é estimada.
O menino é inteligente.
O mal é inerente à vida.

2.ª LIÇÃO

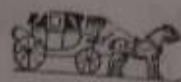
A Terra é redonda.
O Brasil é a nossa querida Pátria.
Faço tudo com prazer.
Queremos comer carne.
O sol é o centro de systema planetario.

3.ª LIÇÃO

O homem é um ser inteligente.
Vamos estudar as nossas lições.
O Paraná é um estado marítimo.
Curitiba é a capital do Paraná.

4.ª LIÇÃO

Que bella manhã, mamãe!
Tudo faremos pelo bem.
A alma é immortal.
Eu como carne e peixe.
Quero e devo ser bom filho.

5.^a LIÇÃO

O meu irmão é bom e amavel.

Nós vamos indo.

Procurai e achareis.

Este carro é meu.

O pae desta menina é rico.

6.^a LIÇÃO

O meu pai sabe ler e escrever

O rio é muito grande.

O céo está estrellado.

A Terra move-se.

7.ª LIÇÃO



O gato come o rato.
A fracção é propria.
Eu vi hoje um rato grande.
Não maltrate o animalzinho.

8.ª LIÇÃO

Este numero é abstracto.
O fogo queima.
Estes verbos são todos intransitivos.
Este substantivo é appellativo.
A manhã é bella.

9.ª LIÇÃO



Esta casa é de meu tio.
A cadeira é de balanço.
Tudo está escripto.
Para onde vai, meu amigo?
O livro é util.

10.ª LIÇÃO

Que! Vai hoje? Não.
Digo: Quero aprender.
Elle, que é bom, merece elogios.
Jesus disse: Eu sou o caminho.
A Philosophia é necessaria.

11.ª LIÇÃO

Hoje é dia de brincar.
João é bom e nobre.
Usei muito este remédio.
Amai vosso pai.



12.ª LIÇÃO

(AVULSA)

pha phe phi pho pha-le-na,
phe-no-me-no, phi-si-ca,
pho-ne-ti-co, al-pha, phi-lo-
so-pho, ta-chi-gra-pho, te-le-gra-
pho, bi-o-gra-phia.

13.ª LIÇÃO

OS RIOS E AS ILHAS

O rio Amazonas é o maior do mundo. Na foz deste rio estão situadas as duas ilhas de Marajó e Caviana. A mais importante destas duas é a de Marajó.



14.ª LIÇÃO

Este menino, que é estudioso, vai indo bem e merece, por isso, os applausos de seus amigos e os elogios do nosso professor.

15.ª LIÇÃO

A TERRA E OS CONTINENTES

O mundo é redondo, como uma laranja, e está dividido em cinco grandes continentes, cujos nomes são:

America, Europa, Asia, Africa e Oceania. Cada continente tem muitos paizes. A America, por exemplo, tem dezotto.

16.ª LIÇÃO

A Terra, nosso mundo, tem dous movimentos: um de rotação e outro de translação. Ella faz o movimento de rotação em vinte e quatro horas.

O mar propriamente dicto é uma grande massa d'agua salgada, que banha os continentes.

17.ª LIÇÃO

AS CIDADES E OS RIOS

A cidade que está situada perto do mar, é marítima, e a que se acha longe—central.

Os rios têm duas margens: uma chamada direita e outra esquerda. Distingue-se uma da outra descendo o rio. A margem, que fica do lado esquerdo, é a esquerda, e direita a do lado direito.

18.ª LIÇÃO



OS ANIMAES

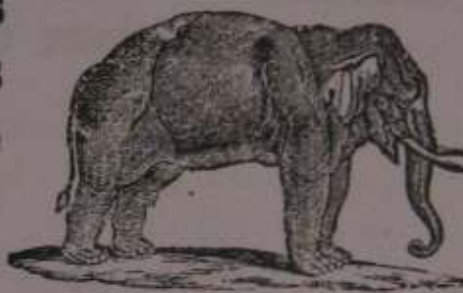
O reino animal acha-se espalhado por toda superficie da Terra: no mar, no ar e até no nosso proprio corpo.

Os animalculos, que vivem na nossa pelle e no tartaro de nossos dentes, chamam-se bacterios, vibrões, virgulinos e etc.



Os zoophytos não têm olhos nem cabeça, e se parecem muito com os vegetaes. A palavra zoophyto significa: animal planta.

Os animaes articulados dividem-se em cinco especies que são: anellados, crustaceos, myriapodes, arachnides e insectos.



Os animaes, que têm quatro pés, chamam-se quadrupedes.



19.ª LIÇÃO



Os animaes, que têm quatro pés, pertencem á classe dos quadrupe-des, como: o boi, o camello, o bode, o porco, o cavallo, o veado, a cotia, a anta, o tatú e muitos outros.

A Natureza está dividida em tres grandes reinos, cu-jos nomes são: Reino animal, Reino vegetal e Reino mineral.



Todos os seres, que se movem e sentem, pertencem ao Reino animal.

O homem é um animal racional porque tem a faculdade da razão: elle raciocina.



2ª LIÇÃO

O menino e o gato

Um menino chamado Archimedes encontrou-se um dia com um gatinho muito gordo e bonito. Acariciando-o e dizendo — que bonitinho — Archimedes entreteve-se muito tempo com o gatinho como si fosse com um menino como elle.

Passando-lhe a mão pela espinha dorsal, alizand-a, perguntava o Archimedes ao gatinho:

— Você sabe alguma coisa útil, gatinho bonitinho?

— Sei muitas cousas, respondia o gatinho.

— Que é que você sabe?

— Sei caçar rato, saltar para traz, trepar-me, miar, correr, lavar a cara com uma mão só e outras cousas.

— Está bem. Já que sabe tudo isso, diga-me: — Sabe ler e escrever?

— Não sei, isso sim, não sei! Até agora não pude saber onde posso aprender a ler e a escrever.

— Pois então, meu bonito gatinho, você está mal no mundo — porque quem não sabe ler nem escrever não pode viver!

— Onde é que se aprende a ler e a escrever? pergunta anciosamente o gatinho.

— Ora essa, na Escola, respondeu o menino.

— Mas eu, replicou o gatinho, não posso ir para a Escola porque não ha, com certeza, Escola para gatos!

— Isso sim, eu tambem não sei. Só sei que

você não sabendo ler nem escrever não pode viver no mundo.

—Estou muito incommodado e triste por não saber ainda ler nem escrever, disse o gatinho.

Depois de estar algum tempo pensativo e triste, o gatinho foi-se apartando do menino e se foi embora.

Passados alguns dias, o menino Archimedes encontrou o mesmo gatinho olhando fixamente para um livro como se estivesse aprendendo a ler.



21.ª LIÇÃO

OS NUMEROS E OS MEZES

1 2 3 4 5 6 7 8 9 0

um dois tres quatro cinco seis sete oito nove zero

Estes algarismos chamam-se arabicos porque foram inventados pelos arabes.

São simples porque se escrevem com um só numero.

I

um

O anno tem 12 mezes, cujos nomes são :

Janeiro, Fevereiro, Março, Abril,
Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro,
Outubro, Novembro e Dezembro.

Os numeros que se escrevem com mais de um algarismo chamam-se compostos.

De 10 para diante, todos os numeros são compostos.

Numero abstracto é aquelle que não exprime a especie de unidades, como : — 6, 9, 8, 7 e etc.

Numero concreto é aquelle que exprime a especie de unidades. Por exemplo : — 5 *meninos*, 3 *laranjas*, 6 *homens* e etc.

Algarismos romanos são as sete seguintes letras do nosso alphabeto :

I V X L C D M

um cinco dez cinquenta cem quinhentos mil

22.ª LIÇÃO

(AVULSAS)

Alphabeto maiusculo

A B C D E F G H I
J K L M N O P Q R
S T U V X Y Z

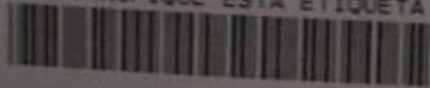
Vogaes

a e i o u y

Alphabeto minusculo

a b c d e f g h i j
k l m n o p q r s t
u v x y z .

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ
NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA



30 190 085

